

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

WILLIAM LOFFI DE AZEVEDO

**A REPRESENTAÇÃO DO VALOR DO BEM NO BALANÇO PATRIMONIAL DE
UMA EMPRESA E SEUS EFEITOS EM FACE DA DEPRECIAÇÃO E INFLAÇÃO**

**FLORIANÓPOLIS
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A REPRESENTAÇÃO DO VALOR DO BEM NO BALANÇO PATRIMONIAL DE
UMA EMPRESA E SEUS EFEITOS EM FACE DA DEPRECIÇÃO E INFLAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Loreci João Borges

**FLORIANÓPOLIS
2010**

William Loffi de Azevedo

**A REPRESENTAÇÃO DO VALOR DO BEM NO BALANÇO PATRIMONIAL DE UMA
EMPRESA E SEUS EFEITOS EM FACE DA DEPRECIAÇÃO E INFLAÇÃO**

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis/SC, 02 de dezembro de 2010.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor Loreci João Borges, Dr.
Orientador

Professor Luiz Antônio Costa, Esp.
Co-orientador

Professor Darci Schnorrenberguer, Dr.
Membro

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me iluminar, ajudar e guiar em todas as situações e decisões de minha vida.

Aos meus maiores amores, minha mãe, Maria Teresinha, e, meu pai, Valmir, por terem me colocado no mundo e por estarem presentes em todos os momentos da minha vida, dando todo amor, suporte, ensinamento e compreensão que eu preciso.

À minha irmã, Gizely, que, com muita atenção, deu sugestões para o melhoramento de minha monografia.

Ao meu amigo, Adriano, que, ao longo dos últimos três anos, acompanhou muitos dos meus momentos de aflição com algumas disciplinas, provas e trabalhos, e sempre esteve presente, dando-me apoio e dizendo que tudo ia dar certo.

Aos meus queridos colegas de curso, por todo incentivo e companheirismo, marcando minha trajetória acadêmica. Cada um com sua característica marcante que jamais esquecerei.

Aos representantes da empresa estudada, Gildo e Erves, os quais colaboraram com este estudo, enriquecendo-o com as informações da empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda.

Aos meus professores, que no decorrer do curso foram mais que professores muitas vezes amigos. Por transmitir todo o conhecimento que será essencial para minha vida profissional.

E, especialmente, ao meu orientador, Prof. Dr. Loreci João Borges, e ao meu co-orientador, Prof. Esp. Luiz Antônio Costa, pela paciência, dedicação e orientação, tanto nas disciplinas ministradas, no decorrer do curso, quanto no período de orientação do meu TCC.

“Love lives forever”

“O amor vive para sempre” – traduzido pelo autor

Michael Jackson

*“Suba o Primeiro degrau com fé.
Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas de o primeiro passo.”*

Martin Luther King

*“Não desista enquanto você ainda for capaz de fazer um esforço a mais.
É nesse algo a mais que está a sua vitória.”*

Roberto Shinyashiki

*“Inspiração não é uma questão de, eventualmente, acordar-se com ela.
A Inspiração é uma questão de, noite após noite, ano após ano, não dormir por conta dela.”*

Marcelo M. Soriano

*“O segredo não é limitar-se a acreditar num sonho.
O sonho nada mais é que uma pitada de inspiração. Para torná-lo real teremos que acrescentar ainda elementos como, atitude, ação, persistência e transpiração.”*

Ivan Teorilang

RESUMO

AZEVEDO, William Loffi de. **A representação do valor do bem no balanço patrimonial de uma empresa e seus efeitos em face da depreciação e inflação.** 2010, 116 f. Monografia (Curso de Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

Atualmente as empresas sentem a necessidade de ter o valor de seus bens representados em seu valor real no Balanço Patrimonial, para que se possa gerenciar corretamente o patrimônio. Acontece que alguns fatores impedem que isso aconteça, como a depreciação dos bens através de uma taxa pré-fixada pela Secretaria da Receita Federal e a impossibilidade de se atenuar os efeitos da inflação, desde 1996, atendendo-se à Lei nº 9.249/95. Problemática esta presente nas empresas que possuem um Imobilizado preponderante no patrimônio, tal qual o caso das empresas de transporte coletivo. Sendo assim, a presente pesquisa busca responder a seguinte pergunta: Qual seria a real representação dos bens no balanço patrimonial de uma empresa de transportes coletivos, caso fosse fixada uma taxa de depreciação econômica adequada e considerados os efeitos inflacionários no mesmo período? O estudo de pesquisa foi realizado na empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda., situada em Florianópolis, no bairro de Capoeiras, e tem por objetivo evidenciar as dificuldades encontradas por um gestor, de fixar uma taxa de depreciação que permita retratar o legítimo patrimônio da empresa nas demonstrações contábeis e sobre a dificuldade na adequação destas demonstrações aos efeitos inflacionários. Como resultado da pesquisa, obteve-se uma diferença entre o valor contabilizado no Balanço Patrimonial da empresa e o valor que seria contabilizado caso fosse efetuada a depreciação dos bens de uma forma adequada e considerados os efeitos inflacionários no mesmo período. Diferença esta que corresponde ao percentual de 126,84% do valor que foi contabilizado no Balanço Patrimonial da empresa. A trajetória metodológica desta pesquisa se divide em três fases. A primeira fase é a fundamentação teórica, na qual se estudam os temas pertinentes ao assunto, tais como: conceitos acerca do Balanço Patrimonial, Depreciação e Efeitos Inflacionários, abordando as legislações pertinentes. A segunda fase é o estudo de caso, onde é apresentada a empresa estudada e suas particularidades. Na terceira e última fase, comparam-se os valores registrados na contabilidade da empresa, com os obtidos no estudo e é feita uma análise dos resultados alcançados com o estudo na empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda.

Palavras-chaves: **Depreciação. Efeitos da Inflação. Valor do Patrimônio.**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura do Balanço Patrimonial a partir de 2008	24
Quadro 2 – Estrutura do Balanço Patrimonial antes de 2008.....	25
Quadro 3 – Critérios de Avaliação dos ativos e de registro dos passivos	26
Quadro 4 – Cálculo da Taxa Anual de Depreciação	31
Quadro 5 – Cálculo da Quota de Depreciação	34
Quadro 6 – Exemplo de Quota de Depreciação Anual.....	35
Quadro 7 – Diferença entre o VC e o VCC do Imobilizado de 2009.....	48
Quadro 8 – Precificação, ao valor de Mercado, da Frota da empresa Estrela.....	50
Quadro 9 – Diferença entre o valor real dos veículos e o valor registrado	50
Quadro 10 – Cálculo da Real Representação dos Bens em 2009	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Prazos de Vida Útil e Taxas de Depreciação dos Bens	30
Tabela 2 – Índices Medidores de Inflação Anual dos Últimos Anos	39
Tabela 3 – IPCA de 2005 a 2009.....	44
Tabela 4 – Análise do Balanço Patrimonial de 2004	45
Tabela 5 – Correção Monetária do Balanço Patrimonial de 2005.....	46
Tabela 6 – Correção Monetária do Balanço Patrimonial de 2006.....	46
Tabela 7 – Correção Monetária do Balanço Patrimonial de 2007.....	47
Tabela 8 – Correção Monetária do Balanço Patrimonial de 2008.....	47
Tabela 9 – Correção Monetária do Balanço Patrimonial de 2009.....	48

LISTA DE SIGLAS

AICPA: American Institute of Certified Public Accountants

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

CVM: Comissão de Valores Mobiliários

FGV: Fundação Getúlio Vargas

FIPE: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRACON: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IGP-M: Índice Geral de Preços de Mercado

IN: Instrução Normativa

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IR: Imposto de Renda

LALUR: Livro de Apuração do Lucro Real

NPC: Norma e Procedimentos de Contabilidade

RIR: Regulamento do Imposto de Renda

SRF: Secretaria da Receita Federal

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1.2	TEMA E PROBLEMA.....	10
1.3	OBJETIVOS.....	11
1.3.1	<i>Objetivo Geral.....</i>	<i>12</i>
1.3.2	<i>Objetivos Específicos.....</i>	<i>12</i>
1.4	JUSTIFICATIVA.....	12
1.5	METODOLOGIA	13
1.5.1	<i>Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental.....</i>	<i>13</i>
1.5.2	<i>Estudo de Caso.....</i>	<i>14</i>
1.5.3	<i>Métodos</i>	<i>14</i>
1.5.4	<i>Trajetória Metodológica</i>	<i>15</i>
1.6	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	15
1.7	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	CONTABILIDADE	18
2.1.1	<i>Conceito e Objetivos.....</i>	<i>18</i>
2.1.2	<i>Contextualização</i>	<i>19</i>
2.2	BALANÇO PATRIMONIAL	22
2.3	DEPRECIÇÃO.....	27
2.3.1	<i>Problemas de Vida Útil e Taxa de Depreciação</i>	<i>29</i>
2.3.2	<i>Depreciação Acelerada X Depreciação Desacelerada.....</i>	<i>32</i>
2.3.3	<i>Métodos de Depreciação e Contabilização.....</i>	<i>33</i>
2.4	EFEITOS INFLACIONÁRIOS	36
3	ESTUDO DE CASO	41
3.1	EMPRESA	41
3.2	RECONHECIMENTO DA INFLAÇÃO NA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL	43
3.3	FROTA PRECIFICADA AO VALOR DE MERCADO.....	49
3.4	REAL REPRESENTAÇÃO DOS BENS DA EMPRESA	51
4	CONCLUSÕES.....	53
4.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
4.1.1	<i>Quanto à Problemática</i>	<i>53</i>
4.1.2	<i>Quanto ao Objetivo Geral.....</i>	<i>54</i>
4.1.3	<i>Quanto aos Objetivos Específicos.....</i>	<i>55</i>
4.2	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	56
	REFERÊNCIAS	57
	APÊNDICES.....	61
	ANEXOS	64

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão apresentadas considerações acerca do assunto abordado no estudo, bem como o tema e o problema, seguidos dos objetivos geral e específicos e, ainda, será prestada a justificativa da pesquisa, a metodologia utilizada, as limitações encontradas e, por último, a forma como a pesquisa foi organizada.

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As empresas sentem a necessidade de ter o valor dos bens representados em seu valor real no Balanço Patrimonial para que se possa gerenciar corretamente o patrimônio, conforme pesquisa de Schvirck e Giasson (2006). Fatores que impedem que isso aconteça são: a fixação de uma taxa para depreciar tais bens, em cumprimento às normas tributárias – Decreto nº 3.000/99 e SRF – e, a impossibilidade de se atenuar os efeitos inflacionários – Lei nº 9.249/95.

O prazo de vida útil de cada espécie de bem, para fins fiscais, até 1998, não havia sido definido, adotavam-se, até então, as taxas anuais de depreciação resultantes da jurisprudência administrativa (IN SRF nº 2, de 1969). Apenas, depois do fim da correção monetária das demonstrações financeiras, a partir de 1996, a depreciação registrada na escrituração contábil passou a ser contabilizada com taxa anual de depreciação fixada, em função do prazo, durante o qual se possa esperar a utilização econômica do bem, pelo contribuinte, na produção dos seus rendimentos (RIR/1999, artigo 310).

Acontece que muitas vezes, estas taxas podem não condizer com a verdadeira depreciação sofrida pelos bens, visto que algumas são maiores que as taxas de desvalorização do valor de mercado, e os gestores podem ter dificuldades de fazer com que seu Balanço Patrimonial não seja uma falsa retratação do patrimônio de sua organização.

Outro fator que faz com que o Balanço Patrimonial não exprima a realidade da empresa é a não atenuação dos efeitos inflacionários, a qual foi instituída, no Brasil, pelo artigo 185 da Lei nº 6.404/76, na forma de Correção Monetária. A correção das Demonstrações Contábeis foi revogada pelo artigo 4º da Lei nº 9.249/95. Ficando, portanto,

vedada a utilização de qualquer técnica de correção monetária, inclusive para fins societários, (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBECKE, 2009).

Tendo em vista os pontos supracitados, este estudo discute a dificuldade da fixação de uma taxa de depreciação, condizente com a realidade do desgaste ou perda de utilidade pelo uso, ação da natureza ou obsolescência dos bens tangíveis instalados, postos em serviço ou em condições de produzir de uma empresa e, ainda, trata da dificuldade, decorrente da vedação da aplicação da correção monetária, em 1995, de se adequar os Balanços Patrimoniais dessa empresa à inflação, identificando qual o reflexo de não se ter aplicada a correção monetária neles.

1.2 TEMA E PROBLEMA

A presente pesquisa tem como tema de desenvolvimento a dificuldade de uma fixação da taxa de depreciação, de forma a se determinar o valor econômico/residual do bem. Entende-se por depreciação a diminuição dos valores corpóreos que integram o ativo permanente, em decorrência de desgaste ou perda de utilidade pelo uso, ação da natureza ou obsolescência.

Sempre houve e ainda há uma preocupação crescente por parte das empresas em relação à taxa de depreciação, que deve ser adotada para diminuir o valor de seus bens, uma vez que esta taxa pode não representar a realidade da depreciação desses bens. Uma solução para definir tal taxa se torna necessária para que não se precise efetuar Reavaliação de Bens. Conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009, p. 202):

O princípio de avaliação de bens do Ativo Imobilizado por seu custo de aquisição pode, em determinadas situações, não ser o mais adequado. Há ocasiões em que a avaliação de bens pelo justo valor de mercado é desejável, tais como da:

- a) transformação, incorporação, fusão e cisão;
- b) elaboração de demonstrações financeiras que refletem valores correntes para fins gerenciais e de crédito.

A Reavaliação de Ativos pode ser utilizada para os fins descritos pelo autor acima, como o Gerencial, o qual é muito útil para as empresas, entretanto não pode mais ser utilizada para fins fiscais, obedecendo a Lei nº 11.638/07.

Tem-se a informação de que, ainda segundo Iudícibus *et al.* (2009, p. 202), “não se deve simplesmente aceitar e adotar as taxas de depreciação fixadas como máximas pela

legislação fiscal, ou seja, deve-se fazer uma análise criteriosa dos bens da empresa que formam seu imobilizado e estimar sua vida útil econômica, considerando suas características técnicas, condições gerais de uso...”. Apesar desta informação, os gestores podem encontrar dificuldades em estabelecer uma taxa para depreciar tais bens, de forma a construir um Balanço Patrimonial com um valor contábil que expresse seu real patrimônio, pois o Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 3.000/99) limita as empresas quanto à aplicação de taxas maiores (depreciação acelerada) ou menores das previstas nele mesmo.

A pesquisa aborda, ainda, a impossibilidade de se atualizar um Balanço Patrimonial por meio da correção monetária atenuando os efeitos da inflação, tendo em vista que, segundo Padoveze (2009, p. 63):

A atual legislação brasileira (Lei nº 9.249/95), vigente a partir de 1º-1-96, suspendeu a aplicação do princípio fundamental da contabilidade do CUSTO CORRIGIDO MONETÁRIAMENTE, adotando o princípio contábil do custo histórico ou custo de aquisição.

Diante desta proibição, da aplicação do princípio fundamental da contabilidade do Custo Corrigido Monetariamente, as empresas ficaram impossibilitadas de atenuar os efeitos da inflação e reconhecer a valorização ou desvalorização da moeda nos balanços e demonstrações contábeis.

Para tal análise será traçado um paralelo entre a Contabilidade Fiscal e a Contabilidade Gerencial, em uma empresa de transporte coletivo, mostrando as discrepâncias que acontecem quando, para atender ao fisco, se deixa de utilizar um enfoque, que proporcione uma visão mais realista das empresas nas demonstrações contábeis, subsidiando as tomadas de decisão dos gestores. Sendo assim, surge a seguinte pergunta de pesquisa: **Qual seria a real representação dos bens no balanço patrimonial de uma empresa de transportes coletivos, caso fosse fixada uma taxa de depreciação econômica adequada e considerados os efeitos inflacionários no mesmo período?**

1.3 OBJETIVOS

Neste título serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos, que nortearão o presente estudo.

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral, deste estudo, é demonstrar quão irreal é a representação do valor dos bens de um Balanço Patrimonial, que sofreu os efeitos da depreciação retilínea pela aplicação de uma taxa pré-fixada, em decorrência da legislação tributária, bem como a não consideração dos efeitos inflacionários desde a aquisição desses bens até o encerramento do exercício.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para que o objetivo geral deste trabalho seja atingido e o problema respondido, têm-se como objetivos específicos:

- Verificar como a depreciação e os efeitos inflacionários influenciam nas demonstrações contábeis de uma Empresa de Transporte Coletivo;
- Entender como um gestor de uma Empresa de Transporte Coletivo poderia estabelecer uma taxa de depreciação para os ônibus de sua empresa, de maneira a não ter prejuízos fiscais;
- Compreender o porquê dos efeitos inflacionários não poderem mais ser atenuados no balanço patrimonial e nas demonstrações de uma empresa;
- Evidenciar qual a diferença que se teria no valor dos bens no Balanço Patrimonial de uma Empresa de Transporte Coletivo caso fosse fixada uma taxa de depreciação adequada e considerados os efeitos inflacionários.

1.4 JUSTIFICATIVA

Em um cenário em que a real retratação patrimonial das empresas é fundamental, tanto para tomadas de decisões direcionando suas ações, quanto para análise dos interessados externos, seja em qualquer segmento, torna-se necessário que o Balanço Patrimonial e as

demais demonstrações destas empresas exprimam em valores contábeis, a representação do patrimônio das mesmas.

Com o intuito de fazer valer esta mensuração de um patrimônio, e assim, fazer com que ele passe uma visão apropriada aos usuários através das respectivas demonstrações, torna-se necessário ter-se este estudo.

Portanto, o presente trabalho justifica-se em decorrência da percepção da existência de muitos empresários insatisfeitos com os valores visualizados nas demonstrações de suas organizações, pois, muitas vezes, tais valores não condizem com a sua realidade patrimonial e, por consequência, não exprimem os valores de mercado da empresa.

1.5 METODOLOGIA

O presente estudo de pesquisa será realizado na empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda., situada em Florianópolis, no bairro de Capoeiras, partindo de informações levantadas no referencial teórico e nos documentos da própria empresa, e tem por objetivo oferecer aos acadêmicos do curso de ciências contábeis, um estudo sobre as dificuldades encontradas por um gestor, de fixar uma taxa de depreciação que permita retratar o patrimônio da empresa nas demonstrações contábeis e sobre a dificuldade na adequação destas aos efeitos inflacionários, o que caracteriza a pesquisa exploratória e descritiva.

De acordo com Cervo e Bervian (1972, p. 65), pesquisa é “[...] uma atividade voltada para a solução de problemas. Seu objetivo consiste em descobrir repostas para perguntas, através do emprego de processos científicos”. Tais quais as repostas almejadas para as perguntas do problema deste trabalho. Para chegar-se a estas repostas, usar-se-ão as pesquisas bibliográfica e documental.

1.5.1 Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental

Köche (1985, p. 21) define pesquisa bibliográfica como aquela “que se desenvolve tentando explicar um problema a partir das referências teóricas publicadas em livros ou obras congêneres”.

Sendo assim, será utilizado o procedimento de pesquisa bibliográfica para elaborar o referencial teórico desta pesquisa, onde serão levantados dados e informações da legislação pertinente ao tema, dos doutrinadores que discorrem acerca deste objeto de estudo e de estudos e pesquisas que abordam assuntos dentro deste contexto, além da pesquisa documental do material disponibilizado pela empresa em questão para análise.

Beuren e Raupp (2003, p. 89), definem pesquisa documental como aquela que:

[...] vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Este tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar, e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que os outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica e documental será usada para o levantamento de dados, os quais serão utilizados no procedimento técnico de estudo de caso.

1.5.2 Estudo de Caso

O procedimento técnico de estudo de caso analisará a empresa de transportes coletivos, já citada anteriormente.

Para Gil (1989), o estudo de caso permite um conhecimento amplo e, ainda, detalhado, por ser exaustivo e profundo. O que acontecerá ao ser analisada a empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda.

Será utilizado o estudo de caso, pois se buscou obter o máximo de dados e informações da empresa estudada, para ser feita uma análise acerca da situação da empresa e, de como esta situação poderia ser diferente, caso fossem considerados alguns pontos levantados no referencial teórico da pesquisa.

1.5.3 Métodos

Tendo em vista que este trabalho terá levantamento de taxas e coleta de informações e, comparação de valores e análise de resultados, a abordagem do problema terá aspectos tanto quantitativos quanto qualitativos, e será efetuada por meio destes tipos de pesquisa.

Para tanto, Oliveira (1997), discute que o método quantitativo utiliza técnicas e recursos estatísticos para quantificar dados, o que se usa em pesquisas descritivas onde se relacionam variáveis.

Já, quanto aos aspectos qualitativos, Staw (apud ROESC, 1999, p. 154) relata que “[...] pesquisa qualitativa e seus métodos de coleta de dados são apropriados para uma fase exploratória de pesquisa.”

O método qualitativo possibilitará a correlação entre o que será levantado e abordado no referencial teórico com os dados que serão obtidos no estudo de caso. E o método quantitativo possibilitará a análise dos percentuais calculados a partir das demonstrações da empresa estudada.

1.5.4 Trajetória Metodológica

Diante dos fins e meios expostos, a pesquisa levantará matéria que subsidie o estudo na empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda., com o intuito de identificar as discrepâncias que as demonstrações contábeis desta podem ter sofrido mediante uma depreciação não condizente com a realidade da empresa e o não reconhecimento dos efeitos inflacionários.

Sendo assim, a trajetória metodológica desta pesquisa se dividirá em três fases. A primeira fase é a fundamentação teórica, na qual se estudarão os temas pertinentes ao assunto, tais como: conceitos acerca do Balanço Patrimonial, Depreciação e Efeitos Inflacionários, sempre abordando as legislações pertinentes. A segunda fase será o estudo de caso, onde será apresentada a empresa estudada e suas particularidades. Na terceira e última fase, comparar-se-ão os valores registrados na contabilidade da empresa com os obtidos no estudo e será feita uma análise dos resultados alcançados com o estudo na empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda.

1.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O presente estudo será realizado em uma empresa de transporte coletivo, com sede na cidade de Florianópolis. O estudo será limitado aos Balanços Patrimoniais de 2004 a 2009

desta empresa, nos quais serão evidenciadas as diferenças entre os valores registrados de acordo com a legislação vigente – Lei n°. 6.404/76, Lei n°. 11.638/07 e Decreto n°. 3.000/99 – e os valores que seriam registrados de acordo com uma contabilidade gerencial.

Ressalte-se que a limitação nestes exercícios em que houve um rigoroso controle inflacionário, não teria os mesmos efeitos se este estudo retroagisse aos anos de 1996 a 2004, eis que o processo inflacionário foi contido neste período.

Ainda, que o fato dos assuntos relacionados à depreciação tenham uma alta abrangência, e sua didática e métodos de ensino tenham uma área de pesquisa intensa, existe pouco material que discuta a veracidade dos resultados obtidos com a adoção das taxas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal. O mesmo acontece com a proposta de consideração dos efeitos inflacionários, os quais não são mais atenuados desde a revogação da correção monetária, em 1995, o que acaba por fazer com que tal assunto não seja abordado em estudos desde então.

O desenvolvimento deste trabalho estará delimitado ao tema proposto, sendo estudados assuntos relacionados ao mesmo e, aos objetivos geral e específicos.

No que toca a depreciação, será abordado no presente estudo o Método das Quotas Constantes, pois este é o método usado universalmente pela grande maioria das empresas por ser simples, tanto no seu cálculo quanto no seu funcionamento, e é o método que foi utilizado nas demonstrações da empresa em questão. Já quanto aos efeitos inflacionários, será abordada, apenas, a importância da utilização da forma simplificada de correção monetária (correção pela legislação societária) para o reconhecimento destes.

Cabe ressaltar que o trabalho não tem a intenção de ser conclusivo ou definitivo. Os resultados não devem ser generalizados sem os devidos cuidados para o âmbito da legislação vigente.

1.7 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Tal trabalho é oferecido, de forma estruturada, em quatro capítulos.

O primeiro capítulo é composto pela introdução, a qual apresenta o tema e problema da pesquisa, os objetivos geral e específico do estudo, bem como a justificativa para a realização da pesquisa, a metodologia utilizada, as limitações e a organização da pesquisa.

O segundo capítulo verifica a fundamentação teórica no que toca a contabilidade e as formas de depreciação dos bens instalados, postos em serviço ou em condições de produzir de uma empresa, abordando conceitos acerca do balanço patrimonial e da contextualização do tema na história da contabilidade, e ainda, mostra a evolução da consideração dos efeitos inflacionários, efetuando assim, uma revisão literária.

O terceiro capítulo apresenta o estudo de caso efetuado na empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda., retratando a dificuldade encontrada por esta na fixação de uma taxa de depreciação que permita retratar a realidade da empresa no balanço patrimonial, bem como a dificuldade na adequação das demonstrações contábeis aos efeitos inflacionários.

O quarto capítulo evidencia as conclusões obtidas pela pesquisa, conclusões estas constituídas pelas considerações finais e pelas sugestões para trabalhos futuros.

Por fim, pode-se aferir às referências bibliográficas utilizadas no desenvolvimento deste trabalho e, na sequência, os anexos e apêndices da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo remete a conceitos relacionados ao tema do trabalho, fundamentando teoricamente o estudo por meio de informações disponibilizadas por estudiosos do tema da pesquisa.

É abordada inicialmente a contextualização do tema na contabilidade, percebendo onde as necessidades da depreciação e do reconhecimento dos efeitos inflacionários se inserem, para então serem expostas as informações sobre o Balanço Patrimonial, bem como suas características e especificidades, tendo em vista que essa é a demonstração contábil, que espelha o patrimônio da empresa e é mais comumente visualizada pelos gestores.

Na sequência, serão expostas as formas de depreciação possíveis e aquela que é adotada para a depreciação dos bens tangíveis instalados, postos em serviço ou em condições de produzir de uma empresa, que é onde surgem as dificuldades abordadas nesta pesquisa. E, por último, será feita uma análise acerca dos efeitos inflacionários, desde quando foram reconhecidos até a atualidade.

2.1 CONTABILIDADE

A Contabilidade, como Ciência Social que é, deve ter seu conceito definido e seus objetivos traçados, além de ter sua história conhecida para que se possa desenvolver um estudo referente a ela.

2.1.1 Conceito e Objetivos

Para Padoveze (2009), a Contabilidade é um sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade contábil, a qual corresponde ao conjunto patrimonial pertencente a uma pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, ou a uma pessoa física. E o objetivo desta é o de controlar um Patrimônio, através de coleta, armazenamento e processamento das informações oriundas dos fatos que alteram essa massa patrimonial. Ou seja, resumindo,

Padoveze (2009) relata que “a Contabilidade também é o conjunto de teorias, conceitos e técnicas utilizadas para atingir o objetivo de controlar uma massa patrimonial”.

Iudícibus (2004), ao analisar o que o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) publicou, em 1973, em um relatório do Grupo de Estudos sobre os Objetivos dos Demonstrativos Financeiros, expõe que a função da Contabilidade permanece praticamente inalterada através dos tempos, quanto a prover informação útil para a tomada de decisões econômicas. Iudícibus (2004) descreve, ainda, que o “objetivo básico da Contabilidade, pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”.

Relacionando contabilidade com sistema de informação, não se pode deixar de lembrar o que nos trazem Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009, p. 29):

A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização. [...]

O objetivo principal da Contabilidade, portanto, é o de permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras.

Para que sejam efetuadas estas avaliações e inferências, tornam-se necessários balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que expressem valores contábeis que representem a real situação patrimonial da empresa.

2.1.2 Contextualização

A Contabilidade evoluiu devido à necessidade da informação para acompanhar os processos, desde o tempo dos egípcios, das navegações etc.

Tendo em vista que a evolução da Contabilidade forma uma história longa e complexa, torna-se necessária a divisão desta em períodos para que possa ser estudada. Sendo assim, Sá (1997, p. 15) a divide em “nítidos períodos, cada um servindo de base para demarcar as evoluções, embora a maior parte de nosso saber se tenha situado, apenas, no campo dos registros e demonstrações, em razão do imenso valor que a humanidade atribuiu à escrita, como arte, e ao poder da memória gravada que ela oferece como fonte de evidência, controle, base de decisão e prova”.

Para evidenciar a evolução dos períodos descritos acima, Sá (1997, p. 15) os descreve conforme os períodos que seguem:

- I. INTUITIVO PRIMITIVO: foi vivido nos períodos líticos, da pré-história da humanidade, caracterizando-se pelas manifestações rudimentares de arte e pré-escrita, dedicado à simples memória rudimentar da riqueza.
- II. RACIONAL-MNEMÔNICO: de disciplina dos registros, com o estabelecimento de métodos de organização da informação, ocorrido na antiguidade; iniciou-se cerca de 4.000 anos a.C.
- III. LÓGICO RACIONAL: preocupou-se com a evidência de causa e efeito dos fenômenos organizados em sistemas primários; deu origem à Partida Dobrada, desenvolvido na Idade Média da Humanidade, iniciou-se, segundo provas, a partir da segunda metade.
- IV. LITERATURA: em que a evolução defluiu da produção de matéria escrita de difusão do conhecimento [...], tal período se definiu a partir do século XV.
- V. PRÉ-CIENTÍFICO: em que a imensa busca de raciocínios, definições, conceitos em matéria não só de registros, mas especialmente, de fatos ou ocorrências com a riqueza ensejou a disciplina das contas. [...], tal período começa-se a viver a partir dos fins do século XVI [...].
- VI. CIENTÍFICO: nele apareceram as primeiras obras científicas e estabeleceram-se as escolas do pensamento contábil; [...] vivido a partir das primeiras décadas do século XIX; [...].
- VII. FILOSÓFICO-NORMATIVO: vivido a partir da década de 50 deste século XX, em que a preocupação de normatizar as informações e de penetrar na interpretação conceptual definiu bem as áreas da informação disciplinada e do entendimento profundo e holístico dos fenômenos patrimoniais.

Assim, percebe-se que com o decorrer dos períodos a necessidade de controle e evidenciação tornou-se cada vez maior, estimulando a sociedade a criar métodos para tal.

Sá (1997, p. 15), explicando de onde vem a contabilidade, afirma que ela “nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano”.

Para ser mais preciso, tem-se a teoria de Iudícibus (2004, p. 35), a qual discute que “não é descabido afirmar-se que a noção intuitiva de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez, tão antiga quanto à origem do *Homo sapiens*”, o qual, aproximadamente 2.000 anos a.C., mesmo que de forma rudimentar, inventariava seus instrumentos de caça e pesca, bem como controlava seus rebanhos e estoques. Sendo assim, o mesmo autor citado acima afirma que a Contabilidade é tão antiga quanto o homem que pensa ou quanto ao homem que conta e que é capaz de utilizar a escrita para simbolizar objetos e seres, tal qual Goody (1987, p. 67) ressalta, que da escrita contábil que surgiu a escrita comum na Suméria, o que acaba por complementar o dito anteriormente por Sá.

Falando em registros, sabe-se ainda, por Hendriksen e Breda (1999; p. 39), que:

Sistemas de escrituração contábil por partidas dobradas começaram a surgir gradativamente nos séculos XIII e XIV em diversos centros de comércio no norte da Itália. O primeiro registro de um sistema completo de escrituração por partidas dobradas é encontrado nos arquivos municipais da cidade de Gênova, Itália,

cobrando o ano de 1340. Fragmentos anteriores são encontrados nas contas de Giovanni Farolfi & Companhia, uma empresa de mercadores de Florença em 1299-1300, e nas de Rinieri Fini & Irmãos, que negociavam em feiras e eram famosos em sua época na região de Champagne, na França.

Nesta época, o Frei Luca Pacioli, em 1494, divulgou o método das partidas dobradas, método este que é utilizado até hoje pela contabilidade e surgiu intimamente associado ao Capitalismo.

Uns dos grandes impulsionadores da contabilidade foram os agentes externos, tais quais os acionistas, credores e o fisco, pois tal público exige uma informação adequada, que seja expressa através de um sistema de informações financeiras. Aliás, conforme Iudícibus (2009) narra, a Contabilidade sempre foi muito influenciada pelos limites e critérios fiscais, particularmente os da legislação de Imposto de Renda, o que ao mesmo tempo em que trouxe contribuições importantes e de bons efeitos, limita a evolução de Princípios Contábeis adequados e dificulta a adoção prática dos mesmos, já que a Contabilidade era feita pela maioria das empresas com base nos preceitos e formas de legislação fiscal, a qual nem sempre se baseia em critérios contábeis corretos.

A Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) tentou solucionar tal problema. No entanto, aqui no Brasil, com uma contabilidade que deixou de aplicar a correção monetária, entrando em acordo com a Lei nº 9.249/95, para atender ao fisco, os balanços e demonstrações perderam muito de sua função gerencial, a qual é de suma importância para a empresa atualmente e é uma tendência mundial.

Afirmando o exposto, segundo Iudícibus (1998, p. 21):

a contabilidade Gerencial, num sentido mais profundo está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se encaixem de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador.

Este tipo de contabilidade, a com fins gerenciais, é útil e essencial para uma organização, contudo não pode simplesmente ser utilizada também para fins fiscais, pois, tal qual Iudícibus (2009, p. 5) aborda:

o enfoque essencialmente fiscal que as autoridades governamentais têm inserido em seus estudos não só ignora essa tendência mundial como também representa um retrocesso em relação a algumas evoluções já conquistadas. Situam-se nesse campo, por exemplo, a proibição, inclusive para fins societários, do reconhecimento dos efeitos da inflação nas demonstrações contábeis e de redução ou até mesmo eliminação de provisões tecnicamente corretas e necessárias. Essa é uma atitude que, para nós parece muito pouco madura e incompatível com o objetivo de modernização do Brasil, como todos procuramos.

Sendo assim, hoje se tem de fazer inúmeros relatórios que atendam aos diferentes fins, gerenciais e fiscais. Por isso torna-se cada vez mais necessário criar-se uma maneira de

produzir relatórios que atendam a ambos os fins, tal qual Martins (2001, p. 19) explica e propõe:

As empresas elaboram diversos conjuntos de informações para diferentes usuários [...]. Contudo, devido ao grande avanço tecnológico, talvez seja possível iniciar um movimento migratório para um reduzido número de relatórios que proporcionem variadas informações.

Isso deve acontecer para que os balanços e demonstrações não percam suas funções de atender aos diversos usuários que, conforme a Resolução 774/94, do CFC (2000, p. 41):

tanto podem ser internos como externos e, mais ainda, com interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação de sua situação patrimonial e das mudanças sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro.

No início da história da contabilidade o foco estava no registro e depois de algum tempo passou a ser o fisco e hoje se tem de adequar às tomadas de decisão das empresas, trabalhando com uma contabilidade mais gerencial.

2.2 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem por finalidade apresentar a posição financeira patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática. (IUDICIBUS; MARTINS; GELBECKE, 2009, p. 6)

Iudícibus *et al.* (2006, p. 142) definem balanço patrimonial como “a demonstração contábil que tem por finalidade apresentar a situação patrimonial da empresa em dado momento, dentro de determinados critérios de avaliação”.

O Balanço Patrimonial representa a denominação do conjunto do Ativo e Passivo. Tal nome vem da idéia de equilíbrio entre estes dois elementos, sendo o Ativo compreendido dos bens e direitos, e o Passivo das obrigações e Patrimônio Líquido. Isso para Padoveze (2009), o qual chama atenção expondo que o Balanço Patrimonial “reflete a posição do conjunto patrimonial em determinado instante. Ele é um relatório estático, parado. Pode-se definir, então, Balanço Patrimonial como a representação estática do patrimônio”.

Em uma empresa ocorrem, diariamente, inúmeras operações e seus registros contábeis possuem diversas particularidades que tornam difícil o trabalho de obter dados e analisar as variações que acontecem em um determinado espaço de tempo. É aí que entra o Balanço

Patrimonial, o qual vem para resumir e apresentar tais dados de forma adequada, o que faz com que os diversos usuários verifiquem a situação patrimonial de uma empresa e as variações em um determinado espaço de tempo. Iudícibus *et al.* (2006, p. 142) expõem que tal:

tarefa de resumir e apresentar os elementos para análise e interpretação será simplificada, se a contabilização das operações for feita com critério e calcada em um Plano de Contas bem elaborado.

A grande importância do Balanço reside na visão que ele dá das aplicações de recursos feitas pela empresa (Ativos) e quantos desses recursos são devidos a terceiros (Passivos). Isso evidencia o nível de endividamento, a liquidez da empresa, a proporção do capital próprio (Patrimônio Líquido) e outras análises [...]. A visão de dois balanços consecutivos mostra facilmente a movimentação ocorrida no período e como a estrutura patrimonial e financeira se modificou no período.

Para que esta análise seja feita através de um plano que contasse os registros contábeis, existe a necessidade de um critério de classificação para cada tipo de elemento.

A Lei nº 6.404/76, em seu artigo 178, define que “no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia”.

Três elementos são apresentados de forma ordenada no balanço patrimonial:

- Ativo (bens e direitos): Compreende as aplicações de recursos, normalmente em bens e direitos;
- Passivo (obrigações): Compreende as exigibilidades e obrigações;
- Patrimônio Líquido (diferença entre o ativo e o passivo): Representa o valor líquido da empresa.

Estes três elementos possuem inúmeras contas, por isso Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009, p. 29) ressaltam que:

é importante que as contas sejam classificadas no balanço de forma ordenada e uniforme, para permitir aos usuários uma adequada análise e interpretação da situação patrimonial e financeira. Visando atender a esse objetivo, a Lei 6.404/76, por meio dos arts. 178 a 182, definiu como deve ser a disposição de tais contas, seguindo, para o Ativo, a classificação em ordem decrescente de grau de liquidez e, para o Passivo, em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades, ou seja:

- no Ativo, são apresentadas em primeiro lugar as contas mais rapidamente conversíveis em disponibilidades, iniciando com o disponível (caixa e bancos), contas a receber, estoques, e assim sucessivamente;
- no Passivo, classificam-se em primeiro lugar as contas cuja exigibilidade ocorre antes.

A estrutura do Balanço Patrimonial é apresentada pelo artigo 178 da Lei nº 6.404/76, a qual foi atualizada pela Lei nº 11.941/09, conforme segue:

SEÇÃO III
Balanço Patrimonial
Grupo de Contas

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I – passivo circulante; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

II – passivo não circulante; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

A estrutura do Balanço Patrimonial aplicada a partir 2008, é apresentada pelo artigo 178 da Lei nº 6.404/76, o qual foi atualizado pela Medida Provisória nº 449/08, atualização esta consolidada pela Lei nº 11.941/09, conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
<ul style="list-style-type: none"> ● Realizável a Longo Prazo ● Investimentos ● Imobilizado ● Intangível 	
	Patrimônio Líquido <ul style="list-style-type: none"> ● Capital Social ● Reservas de Capital ● Ajustes de Avaliação Patrimonial ● Reservas de Lucros ● Ações em Tesouraria ● Prejuízos Acumulados
Total do Ativo	Total do passivo mais patrimônio líquido

Quadro 1 – Estrutura do Balanço Patrimonial a partir de 2008

Fonte: o autor, com base na Lei nº 6404/76 e atualizações

Tendo em vista que neste estudo serão analisados Balanços Patrimoniais que datam desde o ano de 2004 até 2009, torna-se necessária também a evidenciação da estrutura aplicada antes de 2008, a qual é apresentada pelo artigo 178 da Lei nº 6.404/76, sem as atualizações da Medida Provisória nº 449/08, consolidadas pela Lei nº 11.941/09, conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Realizável a Longo Prazo	Passivo Exigível a Longo Prazo
Ativo Permanente	Resultados de Exercícios Futuros
<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos • Ativo Imobilizado • Ativo Diferido 	
	Patrimônio Líquido <ul style="list-style-type: none"> • Capital Social • Reservas de Capital • Reservas de Reavaliação • Reservas de Lucros • Lucros ou Prejuízos Acumulados
Total do Ativo	Total do passivo mais patrimônio líquido

Quadro 2 – Estrutura do Balanço Patrimonial antes de 2008

Fonte: o autor, com base na Lei nº 6404/76

Conforme visto nos quadros acima, existem princípios gerais que definem a forma de apresentação do Balanço Patrimonial.

Iudícibus *et al.* (2006, p. 143) apresentam a seguinte forma:

O Ativo é indicado no lado esquerdo ou na parte superior. O passivo no lado direito ou na inferior. O Patrimônio Líquido, que dá a informação adicional, mostrando o investimento e o lucro (ou prejuízo) acumulado, é indicado no lado direito, somado ou subtraído do Passivo, conforme seja positivo ou negativo. (Neste último caso, também pode ficar do lado esquerdo.)

A classificação das contas depende da natureza da empresa e da função de cada uma no conjunto. A liquidez é comumente utilizada como parâmetro. A lei brasileira classifica os ativos dos mais líquidos aos menos líquidos. Os europeus costumam fazer o contrário.

Tais padronizações são essenciais para que as empresas tenham facilidade em elaborar as próprias demonstrações e comparar com as demonstrações das outras empresas, assim como os critérios de avaliação dos ativos e de registro dos passivos que são aplicados dentro do regime de competência devem ser os mesmo para todos e seguir a orientação exposta abaixo:

(continua)

Contas a receber	O valor dos títulos menos provisão para reduzi-los ao valor provável de realização.
Valores Mobiliários (temporário)	Ao custo de aquisição, acrescido dos juros e atualização devida e reduzidos ao preço de mercado, se este for menor.

(continuação)

Estoques	Ao custo de aquisição ou de fabricação, reduzido de provisão para ajustá-lo ao preço de mercado, quando este for inferior.
Ativo Imobilizado	Ao custo de aquisição deduzido da depreciação, pelo desgaste ou perda de utilidade ou amortização ou exaustão. Em certas circunstâncias é admitida a reavaliação de ativos.
Investimentos Relevantes em Coligadas e Controladas (incluindo <i>Joint Venture</i>)	Pelo método de equivalência patrimonial, ou seja, com base no valor do patrimônio líquido da coligada ou controlada proporcionalmente à participação acionária.
Outros Investimentos	Ao custo menos provisão para reconhecimento de perdas permanentes.
Ativo Diferido	Ao custo deduzido de provisão para amortização.
Exigibilidades	Pelos valores conhecidos ou calculáveis para as obrigações, encargos e riscos, incluindo o Imposto de Renda e dividendos propostos. Para empréstimos e financiamentos sujeitos à atualização monetária ou pagáveis em moeda estrangeira, pelos valores atualizados até a data do balanço.
Resultados de Exercícios Futuros	Demonstrado pelo líquido entre as receitas menos os custos e despesas correspondentes ou contrapostos a tais receitas.
Patrimônio Líquido	Os investimentos e reinvestimentos (lucros retidos) feitos pelos sócios e eventuais acréscimos por reavaliação de ativos.

Quadro 3 – Critérios de Avaliação dos ativos e de registro dos passivos
 Fonte: Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009, p. 7)

Cabe ressaltar que o presente estudo será efetuado no *Ativo Imobilizado* de uma Empresa de Transporte Coletivo. Para isso, deve-se ter claro que, de acordo com a Lei nº 6.404/76 em seu artigo 179, alterado pela Lei nº 11.638/07, são as seguintes as contas classificadas no ativo imobilizado:

os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

A Lei nº 6.404/76, ainda trata da diminuição dos valores do Ativo Imobilizado, em seu artigo 187, no § 2º, estabelecendo que os critérios de avaliação serão os seguintes:

§ 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

a) depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

b) amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com

existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

c) exaustão, quando corresponder à perda do valor, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.

Tendo em vista que os bens analisados no estudo de caso desta pesquisa são veículos, entende-se que o critério de avaliação a ser adotado nesta situação é o de depreciação, a qual terá seus valores registrados na conta credora do *Imobilizado* denominada *Depreciação Acumulada*.

2.3 DEPRECIÇÃO

Antes de se definir depreciação é essencial entender que neste assunto temos alguns problemas de terminologia, os quais Iudícibus *et al.* (2006, p. 210) elucidam ao discutir que praticamente e até mesmo nos livros técnicos, costuma-se “falar contabilmente em *depreciação* ou *quotas de depreciação*, quando o procedimento diz respeito ao custo de elementos tangíveis dos ativos fabricados pelo homem, como edifícios, máquinas, móveis etc”.

Iudícibus *et al.* (2006, p. 210), com intuito de diferenciar os bens tangíveis dos intangíveis, expõem o seguinte:

Os elementos do ativo imobilizado podem ser classificados, com relação à sua natureza e aos tipos de apropriação de seus custos, da seguinte maneira:

A. *Tangíveis:*

1. Bens componentes da planta.
 - a) Sujeitos à depreciação.
Exemplos: máquinas, ferramentas, móveis, equipamentos de transporte, edifícios.
 - b) Não sujeitos à depreciação.
Exemplos: terrenos, obras de arte.
2. Recursos naturais.
 - a) Sujeitos à exaustão.
Exemplos: minas, florestas, reservas petrolíferas.
 - b) Não sujeitos à exaustão.
Exemplo: terreno para uso imobiliário.

B. *Intangíveis:*

1. Normalmente, sujeitos à amortização.
Exemplos: patentes, direitos autorais, benfeitorias em bens arrendador (direitos de duração limitada).
2. Normalmente, não sujeitos à amortização.
Exemplos: marca de indústria e de comércio (quando há direitos de vida econômica e legal ilimitados).

Tais esclarecimentos são necessários para se ter claro em qual natureza e tipo de apropriação se encaixam os bens do objeto de estudo desta pesquisa, os veículos da Empresa de Transporte Coletivo. Diante do exposto, percebe-se que tais bens, os veículos, são bens tangíveis, componentes da planta, e sujeitos à depreciação.

Estabelecido o tipo de apropriação para tais bens, deve-se entender o que é depreciação, a qual pode ser conceituada sob vários aspectos.

Conforme Iudícibus *et al.* (2006), na *acepção tecnológica*, tem-se depreciação no sentido de perda de eficiência funcional dos bens, tal qual veículos, instalações, máquinas etc. Já na *economia*, ela está ligada à idéia de diferença entre valores, os quais podem ser objetivos (valores de mercado) ou subjetivos (valores atribuídos pelos proprietários a seus próprios bens). Na *contabilidade*, define-se depreciação como o custo amortizado, ou seja, a depreciação de um período é a parcela do custo de aquisição deste, bem como a parcela do custo amortizado durante a vida útil total do bem é representada pela sua depreciação global. Complementando, o Valor Contábil de um ativo imobilizado é representado pela diferença entre o custo deste bem e o valor total acumulado de depreciação até o momento. Sendo assim, entende-se que, ainda para a contabilidade, a depreciação é a transformação do custo de aquisição. Traduzindo, é a saída ou promessa de saída de Caixa não recuperável pelo valor residual de venda.

Padoveze (2009) define Depreciação do aspecto Contábil, financeiro e de Custos, conforme segue:

Contábil

Podemos definir que, contabilmente, depreciação é a perda de valor dos bens pelo uso, desgaste, ou obsolescência. [...] Em outras palavras, a queda de valor representa o custo com que a empresa teve de arcar pelo uso do bem.

Essa perda de valor do bem é considerada uma despesa contábil. O conceito contábil de depreciação está ligado aos fundamentos da teoria contábil de avaliação de ativos. Desse modo, a depreciação é uma forma de se diminuir o valor dos bens imobilizados; portanto, uma avaliação redutora de ativos.

Financeiro

Sob esse aspecto, podemos definir depreciação como a forma de recuperação dos valores gastos a título de investimento no negócio. O custo do investimento equivale à depreciação, que é considerada na análise do retorno do investimento.

Custos

Esse enfoque é muito importante. Significa entender a natureza diversa dos dois tipos de gastos principais que uma empresa faz para gerir suas atividades operacionais e colocar ou obter os produtos para revenda ou venda.

Os dois gastos, aos quais o autor se refere, na citação acima, são os feitos em dois tipos de bens:

Os feitos nos bens ou serviços que **serão imediatamente consumidos**, os quais significam “despesas” (são debitados em contas de despesa), pois à medida que as empresas recebem/pagam tais itens, eles estão sendo, respectivamente, consumidos ou utilizados.

E os feitos nos bens ou serviços que **não serão imediatamente consumidos**, que significam “imobilizados” (produzem aumentos no valor contábil do ativo), pois a empresa paga por tais itens, no entanto não os consomem ou utiliza de uma só vez. O qual é o caso dos veículos abordados neste trabalho, que terão seus gastos recuperados através da depreciação, onde os gastos são convertidos para despesa de forma proporcional e gradativa ao longo dos anos em que se estima a utilidade destes veículos para a empresa.

Sucintamente, a depreciação representa o declínio da capacidade de gerar receitas, sofrido pelo bem, é a perda de valor decorrente do desgaste físico deste.

Para que tal diminuição dos valores corpóreos que integram o ativo permanente, em decorrência de desgaste ou perda de utilidade pelo uso, ação da natureza ou obsolescência, seja reconhecida através de registros contábeis, tornam-se necessárias estimativas de perda de valor sofrida pelo bem, onde surgem os problemas de vida útil tratados a seguir.

2.3.1 Problemas de Vida Útil e Taxa de Depreciação

Com exceção de terrenos e de alguns outros itens, os elementos que integram o Ativo Imobilizado têm um período limitado de vida útil econômica. Dessa forma, o custo de tais ativos deve ser alocado aos exercícios beneficiados por seu uso e no decorrer de sua vida útil econômica, (IUDICIBUS; MARTINS; GELBECKE, 2009, p. 6).

Para o registro dos custos supracitados, a Lei nº 6.404/76 estabelece que:

A diminuição de valor dos elementos do ativo imobilizado será registrada periodicamente nas contas de:

a) Depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência [...].

O prazo de vida útil de cada espécie de bem, para fins fiscais, ainda não havia sido fixado pela Secretaria da Receita Federal - SRF até o último dia do ano de 1998. Sendo assim, eram adotadas até então as taxas anuais de depreciação, resultantes da jurisprudência administrativa, (IN SRF nº 2, de 1969).

Depois do fim da correção monetária das demonstrações financeiras, a partir do primeiro dia do ano de 1996, as quotas de depreciação registradas na escrituração contábil como custo ou despesa começaram a ser calculadas mediante a aplicação da taxa anual de depreciação sobre o valor contábil do custo de aquisição do bem. Taxa esta fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar a utilização econômica do bem, pelo contribuinte, na produção dos seus rendimentos, (RIR/1999, art. 310).

O Regulamento do Imposto de Renda de 1999 consolida os critérios básicos de depreciação através de seus artigos 305 a 323. Já as taxas anuais de depreciação admitidas pelo fisco e fixadas como máximas para bens usados em turnos de 8 horas diárias são definidas pela SRF - Secretaria da Receita Federal em algumas publicações. Seguem as taxas de depreciação mais utilizadas:

Tabela 1 – Prazos de Vida Útil e Taxas de Depreciação dos Bens

Imobilizado	Vida útil estimada	Taxa anual de depreciação
Terrenos	Indeterminada	não existe
Edifícios	25 anos	4%
Instalações	10 anos	10%
Pátios e caminhos	10 anos	10%
Máquinas	10 anos	10%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Veículos	5 anos	20%
Equipamentos de Informática	5 anos	20%

Fonte: Padoveze (2009, p. 277)

A Tabela 1 nos mostra que o processo de depreciação contábil deverá transformar o valor dos veículos, por exemplo, num prazo de cinco anos a partir de sua aquisição ou uso efetivo. Sendo assim, a taxa anual de depreciação é encontrada dividindo-se o total do percentual do bem (100%), pelo número de anos de vida útil estimada do veículo, no caso, de cinco anos. Desta forma, será obtida a taxa anual de depreciação de 20% para veículos, conforme segue. (PADOVEZE, 2009)

$$\begin{aligned} \text{Taxa Anual de Depreciação} &= \frac{100\%}{\text{Número de Anos de Vida Útil}} \\ \text{Taxa Anual de Depreciação} &= \frac{100\%}{5 \text{ anos}} \\ \text{Taxa Anual de Depreciação de Veículos} &= 20\% \text{ ao ano} \end{aligned}$$

Quadro 4 – Cálculo da Taxa Anual de Depreciação

Fonte: o autor, com base em Padoveze (2009, p.276)

A determinação da vida útil de um bem é feita através do número de anos ou horas de trabalho, em que tal bem opera em condições normais de uso. E é baseada, conforme Iudícibus *et al.* (2006), em *Causas Físicas*, que se referem ao uso, desgaste natural e ação dos elementos da natureza (eram as únicas consideradas antigamente), e em *Causas Funcionais*, que se referem à inadequação e obsolescência. Estas últimas ligadas aos efeitos do aparecimento de substitutos mais aperfeiçoados, o que tem acontecido muito na atualidade, fazendo com que a vida útil física desse espaço à vida útil econômica.

Outro problema com o qual as empresas têm de lidar é o da escolha da base de cálculo. Iudícibus *et al.* (2006) discutem que por muito tempo tomou-se como base de cálculo para depreciação o custo histórico, no entanto os processos inflacionários acentuados que surgiram em alguns países, inclusive no Brasil, fizeram com que a depreciação calculada sobre bases históricas perdesse o significado, gerando prejuízos evidentes para a determinação do custo dos produtos e serviços e do lucro contábil. Sendo assim, correntes de estudiosos foram favoráveis ao uso do custo histórico ajustado pela variação do nível geral de preços, aquele que mede a variação do poder aquisitivo da moeda. Então a legislação brasileira adotou esta técnica, a qual foi vedada com a redução da taxa de inflação brasileira. Contudo, em nenhum lugar se obtém uma taxa de inflação igual a zero, e sem efetuar atualização monetária, novamente, faz-se depreciação com um custo original de muitos anos atrás – o custo histórico – gerando chances de subavaliação e provocando resultados maiores do que os que realmente deveriam ser medidos. Os mesmos autores citados acima ainda expõem que “essa é uma das maiores falhas da Contabilidade no mundo, inclusive nos países desenvolvidos”.

Acontece que, muitas vezes, os bens ao final dos períodos citados na Tabela 1 não estão totalmente inutilizados, conforme Padoveze (2009, 273) explica:

Contabilmente, as taxas de depreciação são determinadas por lei fiscal ou por costume, levando-se em conta os prazos de vida útil estimados por especialistas ou

aceitos genericamente pelo mercado. Adicione-se também que determinados bens ou direitos imobilizados não são objeto de depreciação contábil. No aspecto financeiro, cada empresa tem entendimentos particulares de prazos de retorno de investimento.

Ou seja, os prazos e taxas estabelecidos pela legislação fiscal, levam os valores contábeis à compensação, tendendo ao saldo “Zero”.

2.3.2 Depreciação Acelerada X Depreciação Desacelerada

A Lei nº 6.404/76 define os critérios básicos de depreciação e a Secretaria da Receita Federal estabelece as taxas anuais máximas. Todavia, segundo Iudícibus, Martins e Gelbeck (2009), não se deveria simplesmente aceitar e adotar tais taxas fixadas como máximas pela legislação fiscal. Para eles, o ideal seria que fosse feita uma análise criteriosa dos bens que acabam por formar o *Imobilizado* de uma empresa e que, assim, fossem estimadas suas vidas úteis econômica, considerando as características técnicas, condições gerais de uso destes bens etc.

Quando um bem ou uma classe de bens tem uma vida útil que provavelmente seja diferente da permitida pelo fisco, Iudícibus *et al.* (2009, p. 222) discutem que, “dever-se-ia adotar a vida útil estimada como base para registro da depreciação na contabilidade, e a diferença entre tal depreciação e a aceita fiscalmente seria lançada como ajuste no Livro de Apuração do Lucro Real”. No caso de um prazo de vida útil maior, com uma taxa menor e, conseqüentemente, uma depreciação menor, se teria uma despesa menor, a qual seria aumentada no ajuste, reduzindo o Lucro Real na mesma proporção que este seria reduzido em condições de depreciação normal, tributando o mesmo valor nas duas situações, ao invés de aumentar os tributos para a empresa, sem efetuar tal ajuste no LALUR.

Os autores supracitados discutem que “dever-se-ia”, pois o ideal seria que acontecesse assim, entretanto, a legislação pertinente não reconhece uma depreciação desacelerada (ainda que os bens, muitas vezes, possam ter um prazo de vida útil maior do que o estabelecido como máximo pela Lei) e não permite que o valor registrado na contabilidade seja diferente do utilizado no ajuste do Livro de Apuração do Lucro Real, fazendo com que a carga tributária fique maior para a empresa, conforme explicado no parágrafo anterior a este. A legislação vigente, apenas preconiza que, em determinados casos, a depreciação dos bens do Ativo Imobilizado de uma empresa pode acontecer de forma acelerada.

O Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 3.000/99) é a legislação onde pode ser encontrada a aceitação da situação da Depreciação Acelerada e seu devido registro. Nessa condição, o valor depreciado na contabilidade poderia ser utilizado em sua totalidade na apuração dos tributos no LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real) o que diminuiria a carga tributária para a empresa que teria sua despesa aumentada e seu Lucro Real diminuído. Por outro lado, caso uma empresa queira aplicar uma menor taxa de depreciação, por condizer com a realidade desta empresa, para efetuar seus registros contábeis, não poderá utilizar no LALUR, com o intuito de não ter prejuízos fiscais, a taxa fixada como máxima pela legislação fiscal, pois para que não se reduza o valor do Lucro Líquido, o fisco define que, para fins fiscais, as despesas têm de ser lançadas como ajuste no LALUR da mesma forma que tenham sido registradas na contabilidade.

Tal problema deve ser analisado com cuidado, ainda mais com o que Padoveze (2009, p. 275) lembra ao dizer que:

uma alteração relevante introduzida pela Lei 11.638/07 consiste na obrigatoriedade de se rever a vida útil estimada utilizada para o cálculo da depreciação dos ativos imobilizados e intangíveis. Assim, a partir de 1º-1-2010 todas as empresas deverão rever e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Ou seja, a legislação pertinente define que seja revista a vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis, no entanto não prevê nenhum benefício/incentivo fiscal para o caso de ser constatada uma vida útil maior que acabe por trazer a necessidade da depreciação através de uma taxa de depreciação menor que as fixadas pela SRF.

2.3.3 Métodos de Depreciação e Contabilização

São vários os métodos para se efetuar a depreciação que a doutrina apresenta, todos vêm da idéia de desgaste pelo uso do bem, em função de sua vida útil. São arrolados alguns exemplos na sequência:

- *Método das Quotas Constantes*: estabelece uma taxa anual de depreciação em função da vida útil estimada do bem;
- *Método da Soma dos Algarismos (Dígitos) dos Anos*: somam-se os dígitos que compõem o número de anos de vida útil do bem e encontra-se o número pelo qual

devem ser divididos os números de anos estimados da vida útil deste em forma decrescente ao longo dos anos para achar o valor da depreciação anual;

- *Método do Saldo Decrescente*: considera um desgaste do bem e consequente perda de valor maior nos primeiros anos do que nos últimos;
- *Método de Unidades (Quantidades) Produzidas*: no lugar dos anos, se usam as unidades que se obterão com o bem como base para se achar a taxa de depreciação;
- *Método de Horas de Trabalho*: no lugar dos anos, se usam as horas estimadas de vida útil do bem como base para se achar a taxa de depreciação.

Conforme já mencionado nas limitações deste estudo, dentre os citados, será abordado o Método das Quotas Constantes, o qual foi utilizado na elaboração das demonstrações da empresa em questão.

O *Método das Quotas Constantes* é o método onde a depreciação representa o custo do bem distribuído em função do tempo. Neste método, calcula-se a *Quota de Depreciação* dividindo o valor a ser depreciado (custo do bem menos o valor residual estimado do bem, valor este que o bem terá ao final de seu prazo de vida útil) pelo tempo de vida útil estimado do bem, conforme segue:

$$\text{Quota de Depreciação} = \frac{\text{Custo} - \text{Valor Residual Estimado}}{\text{Período de Vida Útil estimada}}$$

Quadro 5 – Cálculo da Quota de Depreciação
Fonte: o autor, com base em Iudicibus *et al.* (2009, p.223)

Tal método também é conhecido como *Método da Linha Reta* ou *Método Linear*, conhecido desta forma inapropriadamente, pois outros também seguem a mesma idéia.

Entendido o método das quotas constantes, faz-se necessário o entendimento da forma como é feito o registro contábil da depreciação, mediante lançamentos de débito e crédito em contas, conforme seguem:

Débito: *Despesa com Depreciação* (conta dedutora da receita na DRE).

Crédito: *Depreciação Acumulada* ou *Provisão para Depreciação* (conta credora do ativo, a qual deduz o saldo devedor da conta referida anteriormente no Débito).

Tal lançamento em contas diferentes das contas que contêm o valor total dos bens é essencial para que se possa visualizar quanto do bem foi depreciado e a qualquer momento efetuar o acerto das estimativas, sem perder o controle dos custos.

Um exemplo simples e prático desta forma de depreciação, com valor residual zero, é o que Padoveze (2009) traz, supondo a aquisição de um veículo, a vista, em 1º-1-x1 por \$ 500 e considerando uma taxa de depreciação de 20% ao ano. Neste exemplo deduz-se que a depreciação anual a ser contabilizada como custo será de \$ 100, obtidos multiplicando-se o valor do bem (\$ 500) pela taxa anual de depreciação (20%), conforme segue:

$$\text{Quota de Depreciação Anual} = \text{Valor do Bem} \times \text{Taxa Anual de Depreciação}$$

$$\text{Quota de Depreciação Anual} = \$ 500 \times 20\%$$

$$\text{Quota de Depreciação Anual} = \$ 100$$

Quadro 6 – Exemplo de Quota de Depreciação Anual

Fonte: o autor, com base em Padoveze (2009, p.278)

Primeiramente, deve-se contabilizar a aquisição do bem/veículo, debitando-se o valor do custo de aquisição na conta *Veículos do Ativo Imobilizado*, e creditando-se o mesmo valor na conta *Caixa/Bancos do Ativo Circulante*, conforme condição de pagamento mencionada anteriormente. Para posteriormente, ano a ano, contabilizar-se as quotas de depreciação, debitando-se a conta de *Despesa com Depreciação da Demonstração de Resultado do Exercício*, e creditando-se a conta retificadora de *Depreciação Acumulada de Veículos do Ativo Imobilizado*. Padoveze (2009, p. 279) demonstra a contabilização completa destes lançamentos, da seguinte forma:

		Conta de
1. Débito = Veículos	= \$ 500	Ativo Imobilizado
Crédito = Caixa/Bancos	= \$ 500	Ativo Circulante
Pela aquisição em 1º-1-x1		
2. Débito = Depreciação – Ano x1	= \$ 100	Despesa
Crédito = Veículos – Depr. Acumul.	= \$ 100	Ativo Imobilizado
Pela depreciação (despesa) do ano x1 em 31-12-x1		
3. Débito = Depreciação – Ano x2	= \$ 100	Despesa
Crédito = Veículos – Depr. Acumul.	= \$ 100	Ativo Imobilizado
Pela depreciação (despesa) do ano x2 em 31-12-x2		
4. Débito = Depreciação – Ano x3	= \$ 100	Despesa
Crédito = Veículos – Depr. Acumul.	= \$ 100	Ativo Imobilizado
Pela depreciação (despesa) do ano x3 em 31-12-x3		
5. Débito = Depreciação – Ano x4	= \$ 100	Despesa
Crédito = Veículos – Depr. Acumul.	= \$ 100	Ativo Imobilizado
Pela depreciação (despesa) do ano x4 em 31-12-x4		

6. Débito = Depreciação – Ano x5	= \$ 100	Despesa
Crédito = Veículos – Depr. Acumul. Pela depreciação (despesa) do ano x5 em 31-12-x5	= \$ 100	Ativo Imobilizado

Padoveze (2009, p. 280), ainda apresenta como ficaria o *Ativo Imobilizado*, ao final de cada ano, no Balanço Patrimonial, assim evidenciado:

Ativo Imobilizado em 31-12-x1	\$
Veículos – valor original	500
(–) Depreciação acumulada	(100)
Valor residual contábil (ou Imobilizado líquido)	400
Ativo Imobilizado em 31-12-x2	\$
Veículos – valor original	500
(–) Depreciação acumulada	(200)
Valor residual contábil (ou Imobilizado líquido)	300
Ativo Imobilizado em 31-12-x3	\$
Veículos – valor original	500
(–) Depreciação acumulada	(300)
Valor residual contábil (ou Imobilizado líquido)	200
Ativo Imobilizado em 31-12-x4	\$
Veículos – valor original	500
(–) Depreciação acumulada	(400)
Valor residual contábil (ou Imobilizado líquido)	100
Ativo Imobilizado em 31-12-x5	\$
Veículos – valor original	500
(–) Depreciação acumulada	(500)
Valor residual contábil (ou Imobilizado líquido)	-0-

Esta é a forma de se contabilizar a depreciação de um bem através do *Método das Quotas Constantes*, o método utilizado para elaboração das demonstrações contábeis da empresa estudada na presente pesquisa.

2.4 EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Descreve o artigo 3º da Lei nº 7.799/89, que “a correção monetária das demonstrações financeiras tem por objetivo expressar, em valores reais, os elementos patrimoniais e a base de cálculo do imposto de renda de cada período-base”.

Para atenuarem-se os efeitos da inflação, temos a Correção Monetária, a qual para Padoveze (2009, p. 350) “é a técnica utilizada para atualizar os valores originados de períodos

anteriores para a data em que desejamos, a fim de que possamos comparar com a moeda equivalente do período atual”.

A atenuação dos efeitos inflacionários foi instituída, no Brasil, pelo artigo 185 da Lei nº 6.404/76, na forma de Correção Monetária, conforme segue:

Correção Monetária

Art. 185 - Nas demonstrações financeiras deverão ser considerados os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do exercício.

§ 1º - Serão corrigidos, com base nos índices de desvalorização da moeda nacional reconhecidos pelas autoridades federais:

- a) o custo de aquisição dos elementos do ativo permanente, inclusive os recursos aplicados no ativo diferido, os saldos das contas de depreciação, amortização e exaustão, e as provisões para perdas;
- b) os saldos das contas do patrimônio líquido.

§ 2º - A variação nas contas do patrimônio líquido, decorrente de correção monetária, será acrescida aos respectivos saldos, com exceção da correção do capital realizado, que constituirá a reserva de capital de que trata o § 2º do Art. 182.

§ 3º - As contrapartidas dos ajustes de correção monetária serão registradas em conta cujo saldo será computado no resultado do exercício.

Já o reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis, através de tal Correção Monetária, tornou-se obrigatoriedade com o Decreto-Lei nº 1.598/77, o qual determinou que todas as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real seriam obrigadas a fazer uso desta Correção Monetária.

No entanto, tal correção das Demonstrações Contábeis foi revogada, 21 anos depois, pelo artigo 4º da Lei nº 9.249/95, conforme segue:

Art. 4º - Fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam a Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989, e o art. 1º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991.

Parágrafo único. Fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários.

Com o intuito de complementar o texto do artigo acima, deve-se lembrar que a Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989 altera a legislação tributária federal e dá outras providências instituindo práticas de correção monetária, e que o artigo 1º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991 é o que segue:

Art. 1º - Para efeito de determinar o lucro real - base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas - a correção monetária das demonstrações financeiras anuais, de que trata a Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989, será procedida, a partir do mês de fevereiro de 1991, com base na variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§ 1º A correção de que trata este artigo somente produzirá efeitos fiscais quando efetuada no encerramento do período-base.

§ 2º A correção aplica-se, inclusive, aos valores decorrentes da correção especial prevista no art. 2º desta Lei.

Resumindo, pode-se entender que de 1º de janeiro de 1978 a 31 de dezembro de 1995, adotou-se o critério do custo histórico corrigido. Já a partir de 1º de janeiro de 1996 adota-se o custo histórico ou custo de aquisição.

O exposto foi o que deu embasamento para Iudícibus *et al.* (2009, p. 556) afirmarem que:

Aliado ao fato de não mais se corrigirem monetariamente os balanços e a tributação sobre o patrimônio líquido, distorções significativas continuam ocorrendo nas demonstrações contábeis das empresas.
Podemos concluir, portanto, que tudo o que se avançou com a lei nº 6.404/76 foi jogado fora pela Lei 9.249/95.

Para entender-se o porquê de se ter tal instrumento, utilizado no ajuste da inflação sobre valores originados de períodos anteriores, deve-se saber o que é a inflação. Padoveze (2009, p. 349) define inflação como “o aumento geral e contínuo no nível de preços. Como consequência, a inflação provoca a perda do poder aquisitivo da moeda”.

Padoveze (2009, p. 349), além de definir inflação, exemplifica da seguinte forma:

No início de um período, digamos de três meses, uma pessoa tem em seu saldo bancário a importância de \$ 240. Essa importância, nesse dia, é suficiente para comprar seis CD`s. Isso significa que cada CD custa \$ 40. Por motivos que não vêm ao caso agora, essa pessoa mantém esse dinheiro, os mesmos \$ 240, parado no banco, sem aplicá-lo. Ao final dos três meses, o seu saldo acusa, obviamente, os mesmos \$ 240. Vamos supor também, que nesse período a inflação do país tenha sido de 50%. A fábrica de CD`s, tentando recuperar aumentos de custos, que deve ter tido em função da inflação, passou a vender, três meses depois, os CD`s por \$ 60 cada um. Assim, quando o indivíduo for tentar comprar CD`s com os \$ 240 que ficaram parados no banco por três meses, só conseguirá comprar quatro unidades.
Resumindo, por ter deixado o dinheiro parado e havendo inflação de 50% no período, os \$ 240, que há três meses tinham poder de compra equivalente a seis CD`s, três meses depois têm poder de compra de apenas quatro CD`s. Significa que a inflação provocou a queda do poder aquisitivo equivalente a dois CD`s.

Ou seja, no exemplo acima, ocorreu uma descapitalização. O reconhecimento dos efeitos inflacionários evita a descapitalização da empresa e, ainda, conforme Martins (2001, p. 45):

melhora a qualidade das demonstrações contábeis mediante a homogeneização dos valores dos elementos adquiridos ou formados em datas distintas, privilegiando a essência econômica dos princípios fundamentais da contabilidade, notadamente, o denominador comum monetário e a consistência ou uniformidade.

Dentre todos estes problemas que surgem de não se atenuar os efeitos inflacionários, temos também a não preservação da essência econômica do capital investido em uma empresa e a distorção na apuração do Imposto de renda calculado sobre um resultado contábil que não reconheceu os efeitos inflacionários, acabando por gerar uma tributação imperfeita.

As distorções citadas no parágrafo anterior podem ser melhor visualizadas com a evolução dos índices medidores de inflação mais utilizados que são os seguintes: IPCA/IBGE

– (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado, medido pela Fundação Getúlio Vargas) e INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, medido, em função do Índice de Preços ao Consumidor, pelo IBGE). Tais índices podem ter sua evolução aferida na tabela que segue:

Tabela 2 – Índices Medidores de Inflação Anual dos Últimos Anos

Índice	IPCA/IBGE		IGP-M/FGV		INPC/IBGE	
	% por período	% acumulado	% por período	% acumulado	% por período	% acumulado
1994	916,43	916,43	869,74	869,74	929,32	929,32
1995	22,41	938,84	15,23	884,97	21,98	951,30
1996	9,56	948,40	9,18	894,15	9,12	960,42
1997	5,22	953,62	7,73	901,88	4,34	964,76
1998	1,66	955,28	1,78	903,66	2,49	967,25
1999	8,94	964,22	20,10	923,76	8,43	975,68
2000	5,97	970,19	9,95	933,71	5,27	980,95
2001	7,67	977,86	10,37	944,08	9,44	990,39
2002	12,53	990,39	24,30	968,38	14,74	1005,13
2003	9,30	999,69	8,69	977,07	10,38	1015,51
2004	7,60	1007,29	12,43	989,50	6,13	1021,64
2005	5,69	1012,98	1,20	990,70	5,05	1026,69
2006	3,14	1016,12	3,84	994,54	2,81	1029,50
2007	4,46	1020,58	7,74	1002,28	5,15	1034,65
2008	5,90	1026,48	9,80	1012,08	6,48	1041,13
2009	4,31	1030,79	-1,71	1010,37	4,11	1045,24

Fonte: o autor (2010)

Observando a Tabela 2, pode-se visualizar que após a extinção da obrigatoriedade da correção monetária, 1996 em diante, a soma desses índices, até dezembro de 2010, apresentam os seguintes valores percentuais: 91,95% para o IPCA, 125,40% para o IGP-M e 93,94% para o INPC.

Os efeitos da inflação diminuiram significativamente, no entanto eles ainda existem e, esses efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda, interferem nas demonstrações contábeis de uma empresa, fazendo com que se torne necessária a sua evidenciação, ainda que de uma forma específica, a qual não interfira no Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 que regulamenta a tributação, arrecadação, fiscalização e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

Uma idéia é a de se continuar a aplicar a correção monetária nas demonstrações contábeis de uma forma simplificada, a qual corrige apenas as contas do Ativo Permanente (ou as suas correspondentes na nova estrutura do Balanço Patrimonial) e a maior parte do Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial, o qual pôde ser aferido no Quadro 1 e no Quadro 2 do Título 2.2 deste trabalho.

Trata-se de uma forma simples, utilizada no Brasil de 1978 a 1995, conhecida como a “correção pela legislação societária”, introduzida pela Lei nº 6.404/76, muito útil para taxas de inflação baixas, tais quais as que temos na atualidade.

Segundo Iudícibus, Martins e Kanitz (2006, p. 289), para:

essa forma de corrigir, que também era válida para fins de cálculo do lucro tributável, os procedimentos básicos são os seguintes:

- Corrigem-se todas as contas do *Ativo Permanente*, em contrapartida a uma conta especial da demonstração do resultado, normalmente denominada simplesmente Correção Monetária.
- Corrigem-se todas as contas do *Patrimônio Líquido*, exceto as do resultado do próprio período, em contrapartida àquela mesma conta.
- Computa-se o saldo dessa conta de Correção monetária na *Demonstração do Resultado*, credora ou devedora, sem se atualizarem quaisquer outras contas e sem qualquer cálculo de ganho ou perda sobre os itens monetários

Genericamente, temos:

Débito: Contas Devedoras do Ativo Permanente
Crédito: Correção Monetária

Débito: Correção Monetária
Crédito: Contas Credoras do Ativo Permanente (retificadoras, como Depreciação Acumulada e outras)

Débito: Correção Monetária
Crédito: Contas Credoras do Patrimônio Líquido

Débito: Contas Devedoras do Patrimônio Líquido (Prejuízos Acumulados, Ações em Tesouraria, por exemplo)
Crédito: Correção Monetária

De tal maneira, os efeitos inflacionários voltariam a ser atenuados de uma forma simplificada e adequada às baixas taxas de inflação, o que proporcionaria uma melhor análise dos resultados.

Nesse sentido, a correção dos elementos patrimoniais e do patrimônio líquido, expressa em reais, será a representatividade de seu valor de mercado.

3 ESTUDO DE CASO

Neste Capítulo descreve-se o estudo realizado na empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda., a fim de alcançar os objetivos definidos, dentro das limitações mencionadas.

Será apresentada a empresa, para então ser exposta uma análise e reconhecimento dos efeitos inflacionários nos Balanços Patrimoniais desta, comparando com o praticado – o não reconhecimento destes efeitos. Para depois precificar a Frota da empresa ao valor de mercado de usados, comparando com o valor dos bens registrados e depreciados, de acordo com taxas determinadas pelo fisco. Sempre evidenciando as diferenças entre os valores reais e os valores registrados.

Por último, paralelamente, serão inseridos o reconhecimento dos efeitos inflacionários e o valor real dos veículos, simulando o reconhecimento de uma devida depreciação nestes, no Balanço Patrimonial de 2009 da empresa, de forma a fazer com que este expresse os seus bens com um valor que seja fidedigno a sua empresa.

3.1 EMPRESA

Em 04 de novembro de 1975 nascia a empresa “Transportes Coletivos São João”, nome este que possuía em sua fundação, para posteriormente passar a ser chamada de “Transporte Coletivo Estrela Ltda.”. Uma empresa que, inicialmente, possuía seis ônibus operando duas linhas, as linhas Vila São João e Capoeiras. A empresa tinha, ainda, uma garagem localizada no bairro de Campinas, no município de São José, onde tinha, também, uma oficina.

A empresa contava com seu sócio fundador, além de uma equipe de quinze colaboradores, quadro com o qual a organização contava para crescer. Afirmam, que foi um início difícil, de inflação alta, onde não se podia programar os investimentos, todavia a empresa soube investir, comprando novos ônibus para poder ampliar o número de linhas e prosperar.

Ainda que vivendo os turbulentos períodos inflacionários, a empresa reunia todos os esforços com o intuito de oferecer um serviço cada vez melhor aos usuários desta. E, assim, o

faz até hoje, sistematicamente, investindo na renovação da frota, com um planejamento para tais investimentos.

A empresa expõe que “o usuário mais exigente quer equipamentos de última geração em operação, inclusive com mais frequência. Tal decisão implica em qualificação profissional dos nossos colaboradores. Todos devem ficar envolvidos neste processo de busca da qualidade, a empresa e seus quase quinhentos colaboradores”. Sendo assim, a empresa foca em uma gestão de parceria com tais colaboradores, indistintamente, desde o pessoal do escritório, até os mecânicos e o colaborador que trabalha na limpeza dos carros, pois todos acabam por influenciar na qualidade dos serviços prestados à população, tal qual o motorista e cobrador que, por estarem na linha de frente em contato com o usuário, têm a tarefa de prestar um serviço com ótima qualidade, pois não são apenas os investimentos feitos em equipamentos modernos que sustentam a Política de Qualidade da empresa, a qual é “oferecer transporte de passageiros com conforto, rapidez e segurança, atendendo aos requisitos do poder concedente e as necessidades dos clientes internos e externos, através da melhoria contínua do Sistema da Qualidade” e tem os seguintes objetivos:

- Em condições adequadas, através da limpeza e manutenção dos veículos utilizados;
- Com conforto, através da correta manutenção e aquisição dos veículos;
- Com rapidez e segurança, garantindo o cumprimento dos horários e itinerários;
- Atendendo os requisitos do poder concedente e as necessidades dos clientes internos e externos, através da melhoria contínua do Sistema da Qualidade;
- Atendendo as legislações vigentes e aplicáveis ao processo de transporte coletivo de característica urbana.

O ramo de atividade da Estrela é o transporte urbano de passageiros e ainda, o transporte intermunicipal de passageiros na região metropolitana de Florianópolis, através da concessão de serviço público, ou seja, prestando um serviço público à população. Público este que mudou muito ao longo dos anos com a empresa acompanhando as necessidades dele.

Como consequência da estabilidade econômica e as facilidades oferecidas pelo mercado, tais como consórcio em 50, 60 ou até 100 meses, o número de carros particulares rodando em Florianópolis e região aumentou sensivelmente, justificando o relato da empresa de que “o usuário do transporte coletivo passou a querer mais qualidade nos serviços que lhe são oferecidos. À Estrela compete investir em equipamentos mais modernos e em treinamento

de pessoal. Nesta relação com o nosso cliente, é importante que ele seja tratado com urbanidade, educação e, sobretudo respeito”.

A empresa possui, também, além das linhas de coletivos regulares que mantém, o serviço de fretamento de veículos, que é prestado em ocasiões especiais. Serviço de transporte coletivo de passageiros este que surgiu, na região do ABC paulista, na cidade de São Paulo, no final da década de 50, fomentado principalmente pela forte industrialização da região que era carente de transportes de passageiros. Hoje, o serviço de fretamento está presente em todo o país; nos mais diversos segmentos.

No site da empresa pode-se verificar que tal serviço destina-se à condução de um grupo definido de pessoas, com contrato específico, sem cobrança individual de passagens, não tendo caráter de serviço aberto ao público e pode ser dividido em duas modalidades: O *Fretamento Contínuo*, serviço de transporte de passageiros prestado a pessoa jurídica, mediante contrato escrito, para um determinado número de viagens, destinado ao transporte de usuários definidos. Envolve o transporte para indústrias, shopping centers, executivos, escolas, universidades, zona rural entre outros. E *Fretamento Eventual*, serviço prestado a um cliente ou a um grupo de pessoas, mediante contrato escrito, para uma viagem com finalidade específica ou turística. Pode-se destacar o transporte para excursões e viagens de turismo, traslados entre aeroportos e hotéis, city tours, eventos e passeios culturais.

Por último e não menos importante, deve ser citado o serviço de informação que a empresa oferece aos usuários, esclarecendo assuntos relativos à área de transportes coletivos. Auxiliando-os com informações atualizadas e do interesse dos mesmos. Para isso, a empresa publicará, em uma seção do site virtual que possui, artigos relacionados ao transporte urbano da Grande Florianópolis, os quais abordarão tanto as “Notícias da Imprensa” quanto o “Sistema Integrado de Transporte”.

3.2 RECONHECIMENTO DA INFLAÇÃO NA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Para reconhecer os efeitos da inflação nos Balanços Patrimoniais da empresa Estrela, utilizou-se o IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), tendo em vista que, dos 3 índices evidenciados na Tabela 2 do Título 2.4, este é o que apresentou menor valor acumulado desde a extinção da

obrigatoriedade da correção monetária, em 1996, até 2009. Seguem os percentuais do índice que será utilizado:

Tabela 3 – IPCA de 2005 a 2009

Índice	IPCA/IBGE
Ano	% por período
2005	5,69
2006	3,14
2007	4,46
2008	5,9
2009	4,31

Fonte: o autor (2010)

Visto que as taxas de inflação apresentadas acima são baixas em relação às obtidas antes de 1996, aplicar-se-á neste estudo o método de correção monetária simplificado, introduzida pela Lei nº 6.404/76. Conforme mencionado no Título 2.4, trata-se de uma forma simples, conhecida como “correção pela legislação societária”, muito útil para taxas de baixa inflação, tais quais as analisadas neste estudo.

A Lei nº 6.404/76 define que este método, no Ativo, corrige apenas as contas do *Ativo Permanente*. Sendo assim, tendo em vista que serão analisados Balanços Patrimoniais de 2004 a 2009, nas próximas tabelas será utilizado o termo “*Ativo Permanente*” para os exercícios de 2004 a 2007, e o termo “*Investimentos + Imobilizado + Intangível*” para os exercícios de 2008 e 2009, pois conforme visto no Quadro 1 e no Quadro 2 do Título 2.2, estes grupos da nova estrutura do Balanço Patrimonial, correspondem àquele grupo da antiga estrutura do Balanço Patrimonial.

Para o melhor entendimento deste estudo, seguem algumas abreviações utilizadas neste capítulo:

- **n** = Ano.
- **VC_n** = Valor Contábil – Corresponde ao valor extraído dos Balanços Patrimoniais da Empresa;
- **CM_n** = Correção Monetária – Corresponde ao “VC_{n-1}” multiplicado pela taxa de inflação de “n”;
- **VCC_n** = Valor Contábil Corrigido – Corresponde à soma do “VC_n” ao “CM_n” e aos “CM_{s_{ns}}” anteriores;

- **AV_n** = Análise Vertical – Corresponde a quanto cada conta representa do *Ativo Total*, em valores percentuais (*Ativo Total* sempre igual a 100%);
- **AH_n** = Análise Horizontal – Corresponde a quanto cada conta aumentou de (n-1) para (n), em valores percentuais (“n-1” sempre igual a 100%).

Nas próximas tabelas, será apresentado o valor do *Ativo Total* dos Balanços Patrimoniais da empresa, para que possa ser comparado, por meio de percentuais na análise vertical, quanto que o *Imobilizado* (bens da empresa) representa do total destes balanços. O *Ativo Total* é a única conta que possui seu CM_n calculado de forma diferente para atender ao método simplificado de correção monetária. O CM_n do *Ativo Total* é igual ao CM_n do “*Ativo Permanente*” ou “*Investimentos + Imobilizado + Intangível*”.

Nas tabelas de análise da correção da evolução patrimonial, serão evidenciadas apenas as contas que interessam a este estudo, contemplando as informações supracitadas e os valores do objeto de estudo desta pesquisa, os ônibus (bens preponderantes) da empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda. Portanto, passa-se à análise:

Tabela 4 – Análise do Balanço Patrimonial de 2004

	VC 2004	CM 2004	VCC 2004	AV 2004	AH 2004
ATIVO TOTAL	6.477.145,58	-	6.477.145,58	100,00%	100,00%
ATIVO PERMANENTE	4.824.790,09	-	4.824.790,09	74,49%	100,00%
IMOBILIZADO	2.529.860,03	-	2.529.860,03	39,06%	100,00%
Custo Original	10.618.514,57	-	10.618.514,57	163,94%	100,00%
Custo Original de Veículos	9.222.615,14	-	9.222.615,14	142,39%	100,00%
(-) Depreciações Acumuladas	(8.088.654,54)	-	(8.088.654,54)	-124,88%	100,00%
(-) Depreciação Acumulada de Veículos	(7.488.618,46)	-	(7.488.618,46)	-115,62%	100,00%
Imobilizações em Andamento	-	-	-	0,00%	-

(VC = Valor Contábil / CM = Correção Monetária / VCC = Valor Contábil Corrigido / AV = Análise Vertical / AH = Análise Horizontal)

Fonte: o autor, com base no Balanço Patrimonial de 2004 da empresa Estrela (2010)

Tendo em vista que serão corrigidos apenas os Balanços Patrimoniais de 2005 a 2009, por ter-se de aplicar a taxa de inflação de “n” sobre o “VC_{n-1}” e ter-se a disposição apenas os Balanços Patrimoniais de 2004 a 2009, o CM de 2004 é nulo. Então, na Tabela 4, tem-se o VCC igual ao VC, proporcionando uma visão inicial do período limitado para o estudo. O total dos bens da empresa – *Imobilizado* – corresponde a 39,06% do *Ativo Total*.

Tabela 5 – Correção Monetária do Balanço Patrimonial de 2005

	VC 2005	CM 2005	VCC 2005	AV 2005	AH 2005
ATIVO TOTAL	5.748.347,96	274.530,56	6.022.878,52	100,00%	92,99%
ATIVO PERMANENTE	3.997.249,90	274.530,56	4.271.780,46	70,93%	88,54%
IMOBILIZADO	1.715.244,23	143.949,04	1.859.193,27	30,87%	73,49%
Custo Original	<u>10.470.829,02</u>	<u>604.193,48</u>	<u>11.075.022,50</u>	<u>183,88%</u>	<u>104,30%</u>
Custo Original de Veículos	9.015.245,19	524.766,80	9.540.011,99	158,40%	103,44%
(-) Depreciações Acumuladas	<u>(8.755.584,79)</u>	<u>(460.244,44)</u>	<u>(9.215.829,23)</u>	<u>-153,01%</u>	<u>113,94%</u>
(-) Depreciação Acumulada de Veículos	(7.988.095,67)	(426.102,39)	(8.414.198,06)	-139,70%	112,36%
Imobilizações em Andamento	-	-	-	0,00%	-

(VC = Valor Contábil / CM = Correção Monetária / VCC = Valor Contábil Corrigido

/ AV = Análise Vertical / AH = Análise Horizontal)

Fonte: o autor, com base no Balanço Patrimonial de 2005 da empresa Estrela (2010)

Aplicando-se o taxa de inflação de 5,69% (IPCA de 2005), sobre o VC de 2004, obtiveram-se os VCC's de 2005, onde se percebe que o valor corrigido dos veículos da empresa (Custo Original de Veículos menos Depreciação Acumulada de Veículos) é de R\$ 1.125.813,93 e corresponde a 18,69% do *Ativo Total*. O total dos bens da empresa – *Imobilizado* –, com valor corrigido, corresponde a 30,87% do *Ativo Total*.

Tabela 6 – Correção Monetária do Balanço Patrimonial de 2006

	VC 2006	CM 2006	VCC 2006	AV 2006	AH 2006
ATIVO TOTAL	7.981.690,15	142.754,17	8.398.974,87	100,00%	139,45%
ATIVO PERMANENTE	6.292.531,05	142.754,17	6.709.815,77	79,89%	157,07%
IMOBILIZADO	4.095.613,65	62.898,67	4.302.461,35	51,23%	231,42%
Custo Original	<u>13.327.190,14</u>	<u>366.727,38</u>	<u>14.298.111,00</u>	<u>170,24%</u>	<u>129,10%</u>
Custo Original de Veículos	10.925.428,23	316.034,05	11.766.229,09	140,09%	123,34%
(-) Depreciações Acumuladas	<u>(9.231.576,49)</u>	<u>(303.828,71)</u>	<u>(9.995.649,65)</u>	<u>-119,01%</u>	<u>108,46%</u>
(-) Depreciação Acumulada de Veículos	(8.292.066,98)	(277.585,43)	(8.995.754,80)	-107,11%	106,91%
Imobilizações em Andamento	-	-	-	0,00%	-

(VC = Valor Contábil / CM = Correção Monetária / VCC = Valor Contábil Corrigido

/ AV = Análise Vertical / AH = Análise Horizontal)

Fonte: o autor, com base no Balanço Patrimonial de 2006 da empresa Estrela (2010)

Aplicando-se o taxa de inflação de 3,14% (IPCA de 2006), sobre o VC de 2005, obtiveram-se os VCC's de 2006, onde se percebe que o valor corrigido dos veículos da empresa (Custo Original de Veículos menos Depreciação Acumulada de Veículos) é de R\$ 2.770.474,28 e corresponde a 32,99% do *Ativo Total*. O total dos bens da empresa – *Imobilizado* –, com valor corrigido, corresponde a 51,23% do *Ativo Total*.

Tabela 7 – Correção Monetária do Balanço Patrimonial de 2007

	VC 2007	CM 2007	VCC 2007	AV 2007	AH 2007
ATIVO TOTAL	9.791.247,91	305.624,62	10.514.157,25	100,00%	125,18%
ATIVO PERMANENTE	8.020.674,01	305.624,62	8.743.583,35	83,16%	130,31%
IMOBILIZADO	5.838.663,50	194.695,06	6.240.206,26	59,35%	145,04%
Custo Original	<u>14.189.101,86</u>	<u>654.051,79</u>	<u>15.814.074,51</u>	<u>150,41%</u>	<u>110,60%</u>
Custo Original de Veículos	12.555.168,95	538.868,94	13.934.838,74	132,53%	118,43%
(-) Depreciações Acumuladas	<u>(8.365.951,04)</u>	<u>(459.356,73)</u>	<u>(9.589.380,93)</u>	<u>-91,20%</u>	<u>95,94%</u>
(-) Depreciação Acumulada de Veículos	(7.270.357,48)	(413.590,97)	(8.387.636,28)	-79,77%	93,24%
Imobilizações em Andamento	<u>15.512,68</u>	<u>-</u>	<u>15.512,68</u>	<u>0,15%</u>	<u>-</u>

(VC = Valor Contábil / CM = Correção Monetária / VCC = Valor Contábil Corrigido
/ AV = Análise Vertical / AH = Análise Horizontal)

Fonte: o autor, com base no Balanço Patrimonial de 2007 da empresa Estrela (2010)

Aplicando-se o taxa de inflação de 4,46% (IPCA de 2007), sobre o VC de 2006, obtiveram-se os VCC's de 2007, onde se percebe que o valor corrigido dos veículos da empresa (Custo Original de Veículos menos Depreciação Acumulada de Veículos) é de R\$ 5.547.202,46 e corresponde a 52,76% do *Ativo Total*. O total dos bens da empresa – *Imobilizado* –, com valor corrigido, corresponde a 59,35% do *Ativo Total*.

Tabela 8 – Correção Monetária do Balanço Patrimonial de 2008

	VC 2008	CM 2008	VCC 2008	AV 2008	AH 2008
ATIVO TOTAL	13.387.222,07	533.903,27	14.644.034,68	100,00%	139,28%
Investimentos + Imobilizado + Intangível	10.467.374,20	533.903,27	11.724.186,81	80,06%	134,09%
IMOBILIZADO	8.462.227,68	379.659,18	9.243.429,62	63,12%	148,13%
Custo Original	<u>18.157.546,97</u>	<u>971.619,45</u>	<u>20.754.139,07</u>	<u>141,72%</u>	<u>131,24%</u>
Custo Original de Veículos	16.511.079,70	853.948,75	18.744.698,24	128,00%	134,52%
(-) Depreciações Acumuladas	<u>(9.725.659,24)</u>	<u>(592.875,52)</u>	<u>(11.541.964,65)</u>	<u>-78,82%</u>	<u>120,36%</u>
(-) Depreciação Acumulada de Veículos	(8.538.485,40)	(519.272,41)	(10.175.036,61)	-69,48%	121,31%
Imobilizações em Andamento	<u>30.339,95</u>	<u>915,25</u>	<u>31.255,20</u>	<u>0,21%</u>	<u>201,48%</u>

(VC = Valor Contábil / CM = Correção Monetária / VCC = Valor Contábil Corrigido
/ AV = Análise Vertical / AH = Análise Horizontal)

Fonte: o autor, com base no Balanço Patrimonial de 2008 da empresa Estrela (2010)

Aplicando-se o taxa de inflação de 5,9% (IPCA de 2008), sobre o VC de 2007, obtiveram-se os VCC's de 2008, onde se percebe que o valor corrigido dos veículos da empresa (Custo Original de Veículos menos Depreciação Acumulada de Veículos) é de R\$ 8.569.661,63 e corresponde a 58,52% do *Ativo Total*. O total dos bens da empresa – *Imobilizado* –, com valor corrigido, corresponde a 63,12% do *Ativo Total*.

Tabela 9 – Correção Monetária do Balanço Patrimonial de 2009

	VC 2009	CM 2009	VCC 2009	AV 2009	AH 2009
ATIVO TOTAL	12.202.297,39	528.323,68	13.987.433,68	100,00%	95,52%
Investimentos + Imobilizado + Intangível	8.701.505,21	528.323,68	10.486.641,50	74,97%	89,44%
IMOBILIZADO	6.599.793,78	414.755,13	7.795.750,85	55,73%	84,34%
Custo Original	<u>18.597.246,82</u>	<u>936.380,19</u>	<u>22.130.219,12</u>	<u>158,22%</u>	<u>106,63%</u>
Custo Original de Veículos	16.758.760,30	844.701,69	19.837.080,53	141,82%	105,83%
(-) Depreciações Acumuladas	<u>(11.997.453,04)</u>	<u>(523.011,61)</u>	<u>(14.336.770,07)</u>	<u>-102,50%</u>	<u>124,21%</u>
(-) Depreciação Acumulada de Veículos	(10.742.571,99)	(460.924,72)	(12.840.047,92)	-91,80%	126,19%
Imobilizações em Andamento	-	<u>1.386,55</u>	<u>2.301,79</u>	<u>0,02%</u>	<u>7,36%</u>

(VC = Valor Contábil / CM = Correção Monetária / VCC = Valor Contábil Corrigido
/ AV = Análise Vertical / AH = Análise Horizontal)

Fonte: o autor, com base no Balanço Patrimonial de 2009 da empresa Estrela (2010)

Aplicando-se o taxa de inflação de 4,31% (IPCA de 2009), sobre o VC de 2008, obtiveram-se os VCC's de 2009, onde se percebe que o valor corrigido dos veículos da empresa (Custo Original de Veículos menos Depreciação Acumulada de Veículos) é de R\$ 6.997.032,61 e corresponde a 49,58% do *Ativo Total*. O total dos bens da empresa – *Imobilizado* –, com valor corrigido, corresponde a 55,73% do *Ativo Total*.

Efetuada esta análise, percebe-se que os ônibus representam a parte preponderante não só do *Imobilizado* (89,75% desta conta refere-se a veículos) da empresa, como também de seu *Ativo Total*, respondendo por praticamente metade do patrimônio desta. Por isso, deve-se dedicar uma maior atenção na avaliação destes bens.

Por outro lado, contemplando todos os bens da empresa, pode-se avaliar o *Imobilizado* e evidenciar quão desvalorizados foram, estes bens, até 2009, por não ter-se reconhecido os efeitos da inflação, ainda que de 2005 a 2009.

O valor desta diferença obtém-se diminuindo do VCC do Imobilizado de 2009 (R\$ 7.795.750,85), o VC do Imobilizado de 2009 (R\$ 6.599.793,78). Efetuando tal cálculo, chega-se ao valor de R\$ 1.195.957,07. O cálculo pode ser aferido no Quadro 7.

VCC Imobilizado de 2009 – VC Imobilizado de 2009 = Diferença			
R\$ 7.795.750,85	–	R\$ 6.599.793,78	= R\$ 1.195.957,07

Quadro 7 – Diferença entre o VC e o VCC do Imobilizado de 2009

Fonte: o autor (2010)

O valor de **R\$ 1.195.957,07** corresponde a uma perda de **18,12%**, comparado com o VC do Imobilizado de 2009, o valor que foi contabilizado no Balanço Patrimonial atendendo-se ao que impõe a Lei nº 9.249/95, a qual proíbe a Correção das Demonstrações Contábeis, conforme visto no referencial teórico desta pesquisa.

Sendo assim, pode-se dizer que houve uma desvalorização dos bens da empresa de 18,12% por não ter-se reconhecido os efeitos da inflação, no período de 2005 a 2009.

3.3 FROTA PRECIFICADA AO VALOR DE MERCADO

Com o intuito de saber qual o real valor da Frota da empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda., buscou-se no mercado de usados – o mercado secundário –, o valor de mercado dos ônibus desta frota.

Nesta pesquisa, a maior parte dos valores de mercado foram encontrados na Tabela de Preços Médios FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), a qual expressa preços médios de veículos efetivamente praticados no mercado em âmbito nacional. Os preços nesta tabela são levantados levando-se em consideração o modelo e o ano de fabricação dos veículos. São considerados, ainda, preços de veículos das várias regiões do país e com diferentes características, tais como estado de conservação, cor, tipo de pintura e itens acessórios ou opcionais, sendo desconsiderados, para efeito de cálculo, aqueles preços excessivamente distantes da média. Os valores são expressos em R\$ (reais), do mês/ano de referência.

Para os ônibus que tiveram seus modelos previstos na Tabela FIPE, no entanto não tiveram seu ano de fabricação previsto nesta, considerou-se o ano de fabricação imediatamente anterior, disponibilizado pela tabela, para àquele modelo. Os preços encontrados na Tabela FIPE podem ser conferidos no Anexo A.

Para os ônibus que não tiveram seus modelos nem anos previstos na tabela – dois modelos –, foram considerados os preços de venda encontrados em sites da internet, sites estes que podem ser encontrados no Anexo B.

A frota é composta por 144 ônibus e é apresentada no levantamento em uma planilha que tem em sua primeira coluna um número de ordem; na segunda coluna o prefixo do veículo; na terceira coluna a marca e o modelo do veículo; na quarta coluna o seu ano de fabricação; na quinta coluna o dia em que foi adquirido; na sexta coluna a idade do veículo;

na sétima coluna o valor de mercado levantado na pesquisa; e, por último, na oitava coluna, a fonte de onde foi retirado o valor de mercado, e o anexo desta pesquisa onde se podem aferir informações desta fonte. Ao final da planilha, encontra-se o valor total da frota obtido no levantamento. Na sequência tem-se parte da planilha para um melhor entendimento.

Nº	Prefixo	Marca Chassis	Ano de Fabricação	Aquisição	Chassi (Anos)	Valor no Mercado Secundário	Fonte da Precificação / Anexo
1	4301	Mercedes Benz 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
13	4313	Mercedes Benz O-500	2001	1/1/2002	8,73	R\$ 140.000,00	Site "webpesados" / B
23	4323	Mercedes Benz OF 1418	2006	1/5/2006	4,39	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
33	4333	Volare W8 ON-MICRO	2007	1/10/2007	2,98	R\$ 101.924,00	Tabela FIPE / A
38	4390	Mercedes Benz OF 1620	1996	1/1/1996	14,73	R\$ 86.685,00	Tabela FIPE / A
45	4398	Mercedes Benz OF 1418	2007	17/12/2007	2,76	R\$ 111.854,00	Tabela FIPE / A
46	4399	Volare W9 ON-MICRO	2008	1/6/2008	2,31	R\$ 119.121,00	Tabela FIPE / A
54	1006	Volkswagen 8.140 CO MICRO	1998	1/1/1998	12,73	R\$ 54.903,00	Tabela FIPE / A
74	1013	M. Benz OH 1621 (executivo)	2000	1/1/2001	9,73	R\$ 90.199,00	Tabela FIPE (modelo 96) / A
80	1100	Volkswagen 16210	00/01	1/1/2001	9,73	R\$ 53.090,00	Tabela FIPE (modelo 91) / A
111	1152	Mercedes Benz OF 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
121	1162	Volkswagen 17240 OT	2002	1/1/2002	8,73	R\$ 80.000,00	Site "carros.viaki" / B
129	1170	Scania F 113	1997	1/1/1997	13,73	R\$ 132.574,00	Tabela FIPE / A
144	1191	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
Valor Total da Frota no Mercado Secundário =						R\$ 14.172.561,00	

Quadro 8 – Precificação, ao valor de Mercado, da Frota da empresa Estrela
Fonte: o autor, com base na Frota de veículos da empresa Estrela (2010)

O levantamento completo pode ser obtido no Apêndice A.

Observando Quadro 8, pode-se perceber que o valor total da frota de ônibus da empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda., obtido no mercado secundário, gira em torno de R\$ 14.172.561,00, enquanto o valor da conta contábil de veículos atualizada monetariamente de 2005 a 2009 – VCC de Custo Original de Veículos de 2009 –, deduzida da depreciação correspondente – VCC de Depreciação Acumulada de Veículos de 2009 –, é de R\$ 6.997.032,61, conforme visto no Título 3.2. O que gera uma diferença de R\$ 7.175.528,39. O cálculo pode ser aferido no Quadro 9.

Valor Real dos Veículos – VCC (Veículos – Depr. Acum.) de 2009 =	Diferença
R\$ 14.172.561,00 –	R\$ 6.997.032,61 = R\$ 7.175.528,39

Quadro 9 – Diferença entre o valor real dos veículos e o valor registrado
Fonte: o autor (2010)

A diferença de **R\$ 7.175.528,39** representa **102,55%** do valor contábil registrado e atualizado monetariamente que não foi considerado no Balanço Patrimonial de 2009.

O percentual de 102,55% confirma que a depreciação dos veículos da empresa não foi efetuada de uma forma condizente com a real depreciação sofrida por estes bens, em decorrência do atendimento às normas da Secretaria da Receita Federal que estabelecem as taxas anuais máximas de depreciação e ao Decreto nº 3.000/99 que não prevê benefícios fiscais para as empresas que desejam adotar uma menor taxa de depreciação para seus bens efetuando uma “depreciação desacelerada”, conforme visto no referencial teórico desta pesquisa. Assim, praticamente metade do valor dos veículos da empresa deixou de ser registrado no Balanço Patrimonial da empresa.

3.4 REAL REPRESENTAÇÃO DOS BENS DA EMPRESA

Para se obter a real representação dos bens da empresa Estrela, deve-se levar em conta os dois fatores abordados nesta pesquisa, a real depreciação sofrida pelos veículos desta empresa e a consideração dos efeitos inflacionários nas demonstrações dela.

Para isso tem-se de representar corretamente o grupo que contempla os bens da empresa, o *Imobilizado*, utilizando-se o VCC de 2009 (R\$ 7.795.750,85) – conforme visto no Título 3.2 –, o qual deve ter deduzido o respectivo VCC referente ao valor dos veículos deduzido das respectivas depreciações acumuladas (R\$ 6.997.032,61), e somado o valor total da frota de ônibus da empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda., obtido no mercado secundário (R\$ 14.172.561,00) – conforme visto no Título 3.3. A evolução do cálculo pode ser observada no Quadro 10.

VCC Imobilizado de 2009 – VCC (Veículos – Depr. Acum.) de 2009 = Demais Bens			
R\$ 7.795.750,85	–	R\$ 6.997.032,61	= R\$ 798.718,24
Demais Bens + Valor Real dos Veículos = Real Representação dos Bens em 2009			
R\$ 798.718,24 +	R\$ 14.172.561,00	=	R\$ 14.971.279,24

Quadro 10 – Cálculo da Real Representação dos Bens em 2009
Fonte: o autor (2010)

Efetuando o cálculo, verifica-se que o valor da real representação dos bens da empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda., que deveria ser evidenciado no Balanço Patrimonial de 2009 é de R\$ 14.971.279,24, enquanto o VC do Imobilizado de 2009 – valor contábil registrado no Balanço Patrimonial de 2009 – foi de R\$ 6.599.793,78, conforme visto no Título 3.2. A diferença é de **R\$ 8.371.485,46**, a qual equivale a **126,84%** do VC do Imobilizado de 2009, ou seja, parte do valor dos bens da empresa que deixou de ser registrada no Balanço Patrimonial de 2009.

O percentual de 126,84% confirma que nem a depreciação dos veículos da empresa foi efetuada de uma forma condizente com a real depreciação sofrida por estes veículos, nem os efeitos inflacionários foram reconhecidos nos bens que integram o Balanço Patrimonial da empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda., atendendo a legislação pertinente mencionada no referencial teórico desta pesquisa.

Ou seja, os valores expressos nos Balanços Patrimoniais, nem de perto, representam a realidade econômica patrimonial da empresa.

4 CONCLUSÕES

Neste Capítulo são apresentadas as conclusões deste trabalho, divididas em dois tópicos: Considerações Finais e Sugestões para Trabalhos Futuros.

4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1.1 Quanto à Problemática

A problemática deste estudo se resume na seguinte pergunta: **“Qual seria a real representação dos bens no balanço patrimonial de uma empresa de transportes coletivos, caso fosse fixada uma taxa de depreciação econômica adequada e considerados os efeitos inflacionários no mesmo período?”**.

A partir da pesquisa, que foi feita no material disponibilizado pela doutrina, no estudo efetuado na empresa Transporte Coletivo Estrela e, na investigação executada no mercado secundário de ônibus, descobriu-se que os bens desta empresa não são representados em sua realidade em seu Balanço Patrimonial.

Percebeu-se que deveria ter sido aplicada, para a frota de ônibus desta empresa, uma taxa de depreciação contábil que obtivesse, ao final do exercício de 2009, um valor residual contábil aproximado do valor de mercado da frota. Valor este, apresentado no Título 3.3 – levantamento completo no Apêndice A. O valor é de R\$ 14.172.561,00, enquanto o contabilizado foi o apurado no *Ativo Imobilizado*, na conta contábil de veículos, deduzida da depreciação correspondente, e atualizada monetariamente de 2005 a 2009 equivale a R\$ 6.997.032,61.

Notou-se, ainda, que não foram considerados os efeitos inflacionários no período em questão, obedecendo-se ao artigo 4º da Lei nº 9.249/95, o qual impede a prática de correção monetária nas demonstrações contábeis. Todavia, o ideal seria que fosse aplicada nas demonstrações contábeis da empresa a “correção pela legislação societária”, uma correção monetária simplificada adequada à baixa inflação sofrida no período em questão. O que faria com que os bens fossem registrados no *Imobilizado* do Balanço Patrimonial da empresa ao

valor de R\$ 7.795.750,85, conforme visto no Título 3.2, enquanto o valor que foi registrado é de R\$ 6.599.793,78.

Sendo assim, a real representação dos bens no Balanço Patrimonial desta empresa aconteceria caso as duas situações mencionadas nos parágrafos acima fossem consideradas. Caso os ônibus fossem depreciados com uma taxa de depreciação adequada de forma a encontrar um valor residual contábil aproximado ao valor de mercado evidenciado no estudo, e a correção pela legislação societária fosse aplicada conforme mencionado.

Assim, demonstrou-se que os valores expressos nos Balanços Patrimoniais da empresa, nem de perto, representam a realidade econômica patrimonial da empresa. E, o valor da real representação dos bens no balanço patrimonial da empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda., caso fosse fixada uma taxa de depreciação econômica adequada e considerados os efeitos inflacionários no mesmo período, conforme visto no Título 3.4, seria de R\$ 14.971.279,24, para o Exercício de 2009.

4.1.2 Quanto ao Objetivo Geral

No que toca ao objetivo geral, que foi “demonstrar quão irreal é a representação do valor dos bens de um Balanço Patrimonial que sofreu os efeitos da depreciação retilínea pela aplicação de uma taxa pré-fixada, em decorrência da legislação tributária, bem como a não consideração dos efeitos inflacionários desde a aquisição desses bens até o encerramento do exercício”, percebeu-se que pelos ônibus terem seus valores depreciados de acordo com as taxas pré-fixada pela Secretaria da Receita Federal, muitos foram totalmente depreciados em pouco tempo, apresentando ao final do período valor zero, enquanto constatou-se, no estudo de caso, que de acordo com a tabela de precificação dos ônibus no mercado secundário, estes ônibus ainda possuem um valor significativo depois de 4 anos ou mais. Para evidenciar esta situação, apurou-se o valor de R\$ 7.175.528,39, que corresponde à diferença entre o valor residual contábil da frota de ônibus, da empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda., apresentado pelo Balanço Patrimonial, desta, na conta contábil de veículos, deduzida da respectiva depreciação, no *Ativo Imobilizado*, e o valor de mercado da mesma frota de ônibus, apresentado por meio de pesquisa no mercado de usados.

Notou-se, ainda, que o valor residual contábil desta mesma frota, bem como o patrimônio da empresa não foi retratado de forma real no Balanço Patrimonial desta por não

ter sido atualizado por nenhum índice de inflação, ainda que esta tenha ocorrido, conforme visualizado na Tabela 2 apresentada no Título 2.4 da Fundamentação Teórica desta pesquisa. Para evidenciar esta situação, apurou-se o valor de R\$ 1.195.957,07, que corresponde a diferença entre o valor que deveria ter sido registrado no Imobilizado da empresa considerando os efeitos inflacionários, conforme visto no Título 3.2, e o que foi registrado no Imobilizado do Balanço Patrimonial da empresa.

Ou seja, houve uma desvalorização no Balanço Patrimonial da empresa Transporte Coletivo Estrela Ltda., decorrente da não consideração dos efeitos inflacionários no período e da aplicação de uma depreciação não condizente com a realmente sofrida pelos bens da empresa, em atendimento a legislação vigente. Desvalorização esta que demonstrou quão irreal foi a representação dos bens no Balanço Patrimonial da empresa Estrela.

4.1.3 Quanto aos Objetivos Específicos

No desenrolar do estudo, observou-se que os objetivos específicos foram realmente alcançados, tanto no Referencial Teórico, quanto no Estudo de Caso, através da evidenciação de trechos da legislação, teorias de doutrinadores, exploração nas demonstrações da empresa estuda, investigação no mercado secundário etc.

Em relação ao primeiro objetivo específico que foi “verificar como a depreciação e os efeitos inflacionários influenciam nas demonstrações contábeis de uma Empresa de Transporte Coletivo”, levantou-se as informações de que a depreciação corrige o valor dos bens tangíveis componentes da planta, reduzindo seus valores com velocidade determinada, de acordo com a taxa de depreciação escolhida para tais bens, fazendo com que o patrimônio da empresa reduza na mesma proporção, conforme evidenciado no Título 2.3; e de que a inflação provoca a perda do poder aquisitivo da moeda, conforme conceito de Padoveze (2009, p. 349) evidenciado no Título 2.4.

Quanto ao segundo objetivo específico que foi “Descobrir como um gestor de uma Empresa de Transporte Coletivo poderia estabelecer uma taxa de depreciação para os ônibus de sua empresa, de maneira a não ter prejuízos fiscais”, encontrou-se, para as empresas tributadas pelo Lucro Real, a teoria de Iudícibus *et al.* (2009), os quais discutem que o ideal seria que fosse adotada uma taxa de depreciação condizente com a vida útil dos respectivos bens, e a diferença entre o valor da depreciação obtida com a taxa utilizada e o valor da

depreciação obtida com a taxa fixada como máxima pela SRF seria lançada como ajuste no Livro de Apuração do Lucro Real. O único problema é que esta opção ainda não é prevista pela Lei, conforme visto no Título 2.3.

Com relação ao terceiro objetivo específico que foi “compreender o porquê dos efeitos inflacionários não poderem mais ser atenuados no balanço patrimonial e nas demonstrações de uma empresa”, entendeu-se que os efeitos da inflação não podem mais ser reconhecidos nas demonstrações das empresas, decorrente da proibição da aplicação da Correção Monetária para tal a partir do 1º dia do ano de 1996. Proibição esta prevista na Lei nº 9.249/95, conforme visto no Título 2.4.

No tocante ao quarto objetivo específico que foi “evidenciar qual a diferença que se teria no valor dos bens no Balanço Patrimonial de uma Empresa de Transporte Coletivo caso fosse fixada uma taxa de depreciação adequada e considerados os efeitos inflacionários”, mostrou-se que esta diferença é de R\$ 8.371.485,46, conforme visto no Título 3.4.

4.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Para futuras pesquisas e complementares estudos, recomenda-se que:

- Realize-se um estudo com o intuito de recomendar a fixação de taxas de depreciação mais adequadas à realidade dos bens de uma empresa e, ainda, que mesmo utilizando esta taxa ideal, a tributação desta empresa possa ocorrer considerando a taxa máxima permitida pelo fisco, o que acabará por inalterar a carga tributária das empresas.
- Faça-se um estudo que proponha uma demonstração, a qual evidencie os efeitos inflacionários sofridos pelas empresas. Demonstração esta que ao seu final terá seu resultado ajustado ao fisco, fazendo com que a demonstração retrate o real patrimônio da empresa e ainda assim não entre em conflito com a legislação pertinente.
- Desenvolva-se uma análise acerca da possibilidade de se reavaliar periodicamente os bens do patrimônio de uma empresa ao valor de mercado, fazendo com que seu Balanço Patrimonial seja a real representação de seu respectivo patrimônio e faça justiça ao seu nome.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (org) et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. **Decreto n° 3.000**, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em: 14.09.2010.

_____. **Decreto-Lei n° 1.598**, de 26 de dezembro de 1977. Altera a legislação do imposto sobre a renda. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 13.09.2010.

_____. **Deliberação CVM n° 488**, de 03 de outubro de 2005. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC n° 27 sobre Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acessado em 13.09.2010.

_____. **IN SRF n° 2**, de 12 de setembro de 1969. Normas Administrativas Complementares à Legislação do Imposto de renda. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acessado em 13.09.2010.

_____. **Lei n° 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 12.09.2010.

_____. **Lei n° 7.799**, de 07 de julho de 1989. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 16.09.2010.

_____. **Lei n° 8.200**, de 28 de junho de 1991. Dispõe sobre a correção monetária das demonstrações financeiras para efeitos fiscais e societários. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 13.09.2010.

_____. **Lei n° 9.249**, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acessado em 14.09.2010.

_____. **Lei n° 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 15.09.2010.

_____. **Lei n° 11.941**, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei no 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nos 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei no 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nos 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei no 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nos 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nos 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 14.09.2010.

_____. **Medida Provisória n° 449**, de 03 de dezembro de 2008. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências. Retificado no DOU de 12 de dezembro de 2008, Seção I, pág. 02. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acessado em 15.09.2010.

_____. **Resolução CFC n° 750**, 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: www.portaldecontabilidade.com.br. Acessado em 14.09.2010.

_____. **Resolução CFC n° 774**, de 16 de dezembro de 1994. Aprova o Apêndice à Resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br>. Acessado em 13.09.2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. Brasil: mcGrau-Hill, 1972.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1993.

FIPE: <<http://www.fipe.org.br/web/index.asp>>. Acessado em 30.10.2010, às 20 horas e 30 minutos.

GIL, Antonio Carlos. **Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1989.

GOODY, Jack. **A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade**. Lisboa: edições 70, 1987.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IGPM: <<http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>>. Acessado em 17.10.2010, às 22 horas e 39 minutos.

INPC: <<http://www.portalbrasil.net/inpc.htm>>. Acessado em 17.10.2010, às 22 horas e 55 minutos.

IPCA: <<http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>>. Acessado em 22.10.2010, às 22 horas e 20 minutos.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDICIBUS, Sérgio de (coord); MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen Charles; RAMOS, Alkindar de Toledo; CASTILHO, Edison; BENATTI, Luiz; WEBER FILHO, Eduardo; DOMINGUES JR., Ramon. **Contabilidade Introdutória**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MARTINS, Eliseu. **Avaliação de Empresa: da mensuração contábil à economia**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MERCEDES BENZ O-500: <<http://www.webpesados.com.br/comprar/onibus/o-500-m>>. Acessado em 31.10.2010, às 00 horas e 10 minutos.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira. 1997.

PADOVEZI, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROESCH, S. M. A. **Projeto de Estágio e de Pesquisa em Administração: guia para estágios, Trabalhos de Conclusão de Estudos e Caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antonio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas de Contabilidade**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHVIRCK, Eliandro, GIASSON, Oldair Roberto. **Diferenças nos Indicadores de Desempenho de Empresas que Fazem e que não Fazem Reavaliação de Ativos**. 6º Congresso USP – Controladoria e Contabilidade - 27 e 28 de julho de 2006.

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA: <<http://www.tcestrela.com.br>>. Acessado em: 26.09.2010, às 02 horas e 15 minutos.

VOLKSWAGEN 17240 OT: <http://www.carros.viaki.com/mercado/?page=show&category=transporters&type=business&ad_id=1052>. Acessado em 31.10.2010, às 00 horas e 35 minutos.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Frota de ônibus da empresa Transporte Coletivo Estrela, precificada ao valor do mercado de usados.

Nº	Prefixo	Marca Chassis	Ano de Fabricação	Aquisição	Chassi (Anos)	Valor no Mercado Secundário	Fonte da Precificação / Anexo
1	4301	Mercedes Benz 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
2	4302	Mercedes Benz 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
3	4303	Mercedes Benz 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
4	4304	Mercedes Benz 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
5	4305	Mercedes Benz 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
6	4306	Mercedes Benz 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
7	4307	Mercedes Benz 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
8	4308	Mercedes Benz 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
9	4309	Mercedes Benz 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
10	4310	Mercedes Benz 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
11	4311	Volkswagen CO 17210	01/02	1/1/2001	9,73	R\$ 88.353,00	Tabela FIPE / A
12	4312	Volkswagen CO 17210	01/02	1/1/2001	9,73	R\$ 88.353,00	Tabela FIPE / A
13	4313	Mercedes Benz O-500	2001	1/1/2002	8,73	R\$ 140.000,00	Site “webpesados” / B
14	4314	Mercedes Benz O-500	2001	1/1/2002	8,73	R\$ 140.000,00	Site “webpesados” / B
15	4315	Mercedes Benz O-500	2001	1/1/2002	8,73	R\$ 140.000,00	Site “webpesados” / B
16	4316	Mercedes Benz O-500	2001	1/1/2002	8,73	R\$ 140.000,00	Site “webpesados” / B
17	4317	Mercedes Benz O-500	2001	1/1/2002	8,73	R\$ 140.000,00	Site “webpesados” / B
18	4318	Mercedes Benz O-500	2001	1/1/2002	8,73	R\$ 140.000,00	Site “webpesados” / B
19	4319	Mercedes Benz O-500	2001	1/1/2002	8,73	R\$ 140.000,00	Site “webpesados” / B
20	4320	Mercedes Benz O-500	2001	1/1/2002	8,73	R\$ 140.000,00	Site “webpesados” / B
21	4321	Mercedes Benz O-500	2001	1/1/2002	8,73	R\$ 140.000,00	Site “webpesados” / B
22	4322	Mercedes Benz O-500	2001	1/1/2002	8,73	R\$ 140.000,00	Site “webpesados” / B
23	4323	Mercedes Benz OF 1418	2006	1/5/2006	4,39	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
24	4324	Mercedes Benz OF 1418	2006	1/5/2006	4,39	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
25	4325	Mercedes Benz OF 1418	2006	1/5/2006	4,39	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
26	4326	Mercedes Benz OF 1418	2006	1/5/2006	4,39	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
27	4327	Mercedes Benz OF 1418	2006	1/5/2006	4,39	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
28	4328	Mercedes Benz OF 1418	2006	1/5/2006	4,39	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
29	4329	Mercedes Benz OF 1418	2006	1/5/2006	4,39	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
30	4330	Mercedes Benz OF 1418	2006	1/5/2006	4,39	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
31	4331	Mercedes Benz OF 1418	2006	1/5/2006	4,39	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
32	4332	Mercedes Benz OF 1418	2006	1/5/2006	4,39	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
33	4333	Volare W8 ON-MICRO	2007	1/10/2007	2,98	R\$ 101.924,00	Tabela FIPE / A
34	4334	Volare W9 ON-MICRO	2007	1/11/2007	2,89	R\$ 107.889,00	Tabela FIPE / A
35	4335	Volare W9 ON-MICRO	2007	1/11/2007	2,89	R\$ 107.889,00	Tabela FIPE / A
36	4336	Volare W9 ON-MICRO	2007	1/11/2007	2,89	R\$ 107.889,00	Tabela FIPE / A
37	4337	Volare W9 ON-MICRO	2007	1/11/2007	2,89	R\$ 107.889,00	Tabela FIPE / A
38	4390	Mercedes Benz OF 1620	1996	1/1/1996	14,73	R\$ 86.685,00	Tabela FIPE / A
39	4391	Mercedes Benz OF 1620	1996	1/1/1996	14,73	R\$ 86.685,00	Tabela FIPE / A
40	4392	Mercedes Benz OF 1620	1996	1/1/1996	14,73	R\$ 86.685,00	Tabela FIPE / A
41	4394	Mercedes Benz OF 1418	2007	17/12/2007	2,76	R\$ 111.854,00	Tabela FIPE / A
42	4395	Mercedes Benz OF 1418	2007	17/12/2007	2,76	R\$ 111.854,00	Tabela FIPE / A
43	4396	Mercedes Benz OF 1418	2007	17/12/2007	2,76	R\$ 111.854,00	Tabela FIPE / A

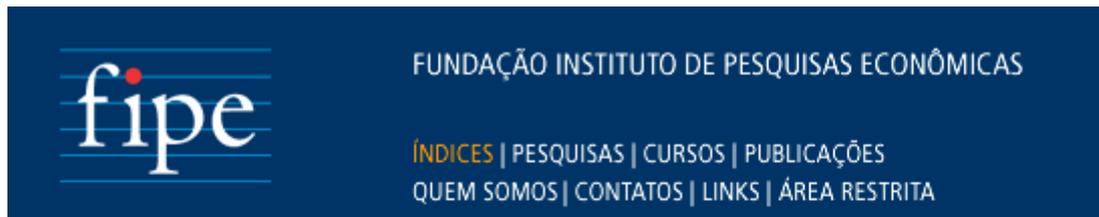
44	4397	Mercedes Benz OF 1418	2007	17/12/2007	2,76	R\$ 111.854,00	Tabela FIPE / A
45	4398	Mercedes Benz OF 1418	2007	17/12/2007	2,76	R\$ 111.854,00	Tabela FIPE / A
46	4399	Volare W9 ON-MICRO	2008	1/6/2008	2,31	R\$ 119.121,00	Tabela FIPE / A
47	4400	Volare W9 ON-MICRO	2008	1/6/2008	2,31	R\$ 119.121,00	Tabela FIPE / A
48	4401	Volare W9 ON-MICRO	2008	1/6/2008	2,31	R\$ 119.121,00	Tabela FIPE / A
49	4402	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
50	4403	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
51	4404	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
52	4405	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
53	4406	Mercedes Benz OF 1418	2008	25/7/2008	2,16	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
54	1006	Volkswagen 8.140 CO MICRO	1998	1/1/1998	12,73	R\$ 54.903,00	Tabela FIPE / A
55	1009	Volare W9 ON-MICRO	2007	1/11/2007	2,89	R\$ 107.889,00	Tabela FIPE / A
56	1010	Volare W9 ON-MICRO	2007	1/11/2007	2,89	R\$ 107.889,00	Tabela FIPE / A
57	1020	Volare W9 ON-MICRO	2008	1/7/2008	2,22	R\$ 119.121,00	Tabela FIPE / A
58	1021	Volare W9 ON-MICRO	2008	1/7/2008	2,22	R\$ 119.121,00	Tabela FIPE / A
59	2001	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
60	2002	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
61	2003	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
62	2004	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
63	2005	Mercedes Benz OF 1418	2008	25/7/2008	2,16	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
64	2006	Mercedes Benz OF 1721	2000	1/1/2001	9,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE (modelo 98) / A
65	2007	Mercedes Benz OF 1620	1995	1/1/1996	14,73	R\$ 83.217,00	Tabela FIPE / A
66	2008	Mercedes Benz OF 1620	1996	1/1/1996	14,73	R\$ 86.685,00	Tabela FIPE / A
67	2009	Mercedes Benz OF 1620	95/96	1/1/1996	14,73	R\$ 83.217,00	Tabela FIPE / A
68	2010	Mercedes Benz OF 1620	95/96	1/1/1996	14,73	R\$ 83.217,00	Tabela FIPE / A
69	2011	Mercedes Benz OF 1620	95/96	1/1/1996	14,73	R\$ 83.217,00	Tabela FIPE / A
70	2012	Mercedes Benz OF 1620	95/96	1/1/1996	14,73	R\$ 83.217,00	Tabela FIPE / A
71	2013	Mercedes Benz OF 1620	1996	1/1/1996	14,73	R\$ 86.685,00	Tabela FIPE / A
72	2014	Mercedes Benz OF 1620	1996	1/1/1996	14,73	R\$ 86.685,00	Tabela FIPE / A
73	1002	Volkswagen 8.140 CO MICRO	1997	1/1/1997	13,73	R\$ 53.056,00	Tabela FIPE / A
74	1013	M. Benz OH 1621 (executivo)	2000	1/1/2001	9,73	R\$ 90.199,00	Tabela FIPE (modelo 96) / A
75	1014	M. Benz OH 1621 (executivo)	2000	1/1/2001	9,73	R\$ 90.199,00	Tabela FIPE (modelo 96) / A
76	1016	Volkswagen 17240 (executivo)	2002	1/1/2003	7,73	R\$ 80.000,00	Site "carros.viaki" / B
77	1017	Volkswagen 17240 (executivo)	2002	1/1/2003	7,73	R\$ 80.000,00	Site "carros.viaki" / B
78	1018	Volare W9 ON-MICRO	2008	1/6/2008	2,31	R\$ 119.121,00	Tabela FIPE / A
79	1019	Volare W9 ON-MICRO	2008	1/6/2008	2,31	R\$ 119.121,00	Tabela FIPE / A
80	1100	Volkswagen 16210	00/01	1/1/2001	9,73	R\$ 53.090,00	Tabela FIPE (modelo 91) / A
81	1101	Volkswagen 16210	00/01	1/1/2001	9,73	R\$ 53.090,00	Tabela FIPE (modelo 91) / A
82	1102	Volkswagen 16210	00/01	1/1/2001	9,73	R\$ 53.090,00	Tabela FIPE (modelo 91) / A
83	1103	Volkswagen 16210	00/01	1/1/2001	9,73	R\$ 53.090,00	Tabela FIPE (modelo 91) / A
84	1104	Volkswagen 16210	00/01	1/1/2001	9,73	R\$ 53.090,00	Tabela FIPE (modelo 91) / A
85	1105	Mercedes Benz 1721	2000	1/1/2001	9,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE (modelo 98) / A
86	1106	Mercedes Benz 1721	2000	1/1/2001	9,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE (modelo 98) / A
87	1107	Mercedes Benz 1721	2000	1/1/2001	9,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE (modelo 98) / A
88	1108	Mercedes Benz 1721	2000	1/1/2001	9,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE (modelo 98) / A
89	1123	Mercedes Benz 1620	1995	1/1/1996	14,73	R\$ 83.217,00	Tabela FIPE / A
90	1124	Mercedes Benz 1620	95/96	1/1/1996	14,73	R\$ 83.217,00	Tabela FIPE / A
91	1125	Mercedes Benz 1620	95/96	1/1/1996	14,73	R\$ 83.217,00	Tabela FIPE / A
92	1126	Mercedes Benz 1620	95/96	1/1/1996	14,73	R\$ 83.217,00	Tabela FIPE / A
93	1127	Mercedes Benz 1620	1995	1/1/1996	14,73	R\$ 83.217,00	Tabela FIPE / A
94	1130	Mercedes Benz 1620	1996	1/1/1996	14,73	R\$ 86.685,00	Tabela FIPE / A
95	1131	Mercedes Benz 1620	1996	1/1/1996	14,73	R\$ 86.685,00	Tabela FIPE / A

96	1132	Mercedes Benz 1620	1996	1/1/1996	14,73	R\$ 86.685,00	Tabela FIPE / A
97	1134	Mercedes Benz 1620	1996	1/1/1996	14,73	R\$ 86.685,00	Tabela FIPE / A
98	1139	Mercedes Benz 1620	1997	1/1/1997	13,73	R\$ 90.297,00	Tabela FIPE / A
99	1140	Mercedes Benz 1620	1997	1/1/1997	13,73	R\$ 90.297,00	Tabela FIPE / A
100	1141	Mercedes Benz 1620	1997	1/1/1997	13,73	R\$ 90.297,00	Tabela FIPE / A
101	1142	Mercedes Benz 1620	1997	1/1/1997	13,73	R\$ 90.297,00	Tabela FIPE / A
102	1143	Mercedes Benz 1620	1997	1/1/1997	13,73	R\$ 90.297,00	Tabela FIPE / A
103	1144	Mercedes Benz 1620	1997	1/1/1997	13,73	R\$ 90.297,00	Tabela FIPE / A
104	1145	Mercedes Benz 1620	1997	1/1/1997	13,73	R\$ 90.297,00	Tabela FIPE / A
105	1146	Mercedes Benz 1620	1997	1/1/1997	13,73	R\$ 90.297,00	Tabela FIPE / A
106	1147	Mercedes Benz 1620	1997	1/1/1997	13,73	R\$ 90.297,00	Tabela FIPE / A
107	1148	Mercedes Benz 1620	1997	1/1/1997	13,73	R\$ 90.297,00	Tabela FIPE / A
108	1149	Mercedes Benz OF 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
109	1150	Mercedes Benz OF 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
110	1151	Mercedes Benz OF 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
111	1152	Mercedes Benz OF 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
112	1153	Mercedes Benz OF 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
113	1154	Mercedes Benz OF 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
114	1155	Mercedes Benz OF 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
115	1156	Mercedes Benz OF 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
116	1157	Mercedes Benz OF 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
117	1158	Mercedes Benz OF 1721	98/99	1/1/1999	11,73	R\$ 90.528,00	Tabela FIPE / A
118	1159	Volkswagen C 17210	01/02	1/1/2001	9,73	R\$ 88.353,00	Tabela FIPE / A
119	1160	Volkswagen C 17210	01/02	1/1/2001	9,73	R\$ 88.353,00	Tabela FIPE / A
120	1161	Volkswagen C 17210	01/02	1/1/2001	9,73	R\$ 88.353,00	Tabela FIPE / A
121	1162	Volkswagen 17240 OT	2002	1/1/2002	8,73	R\$ 80.000,00	Site "carros.viaki" / B
122	1163	Volkswagen 17240 OT	2002	1/1/2002	8,73	R\$ 80.000,00	Site "carros.viaki" / B
123	1164	Volkswagen 17240 OT	2002	1/1/2002	8,73	R\$ 80.000,00	Site "carros.viaki" / B
124	1165	Volkswagen 17240 OT	2002	1/1/2002	8,73	R\$ 80.000,00	Site "carros.viaki" / B
125	1166	Volkswagen 17240 OT	2002	1/1/2002	8,73	R\$ 80.000,00	Site "carros.viaki" / B
126	1167	Volkswagen 17240 OT	2002	1/1/2003	7,73	R\$ 80.000,00	Site "carros.viaki" / B
127	1168	Volkswagen 17240 OT	2002	1/1/2003	7,73	R\$ 80.000,00	Site "carros.viaki" / B
128	1169	Volkswagen 17240 OT	2002	1/1/2003	7,73	R\$ 80.000,00	Site "carros.viaki" / B
129	1170	Scania F 113	1997	1/1/1997	13,73	R\$ 132.574,00	Tabela FIPE / A
130	1177	Mercedes Benz OF 1418	06/07	1/1/2007	3,72	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
131	1178	Mercedes Benz OF 1418	06/07	1/1/2007	3,72	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
132	1179	Mercedes Benz OF 1418	06/07	1/1/2007	3,72	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
133	1180	Mercedes Benz OF 1418	06/07	1/1/2007	3,72	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
134	1181	Mercedes Benz OF 1418	06/07	1/1/2007	3,72	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
135	1182	Mercedes Benz OF 1418	06/07	1/1/2007	3,72	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
136	1183	Mercedes Benz OF 1418	06/07	1/1/2007	3,72	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
137	1184	Mercedes Benz OF 1418	06/07	1/1/2007	3,72	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
138	1185	Mercedes Benz OF 1418	06/07	1/1/2007	3,72	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
139	1186	Mercedes Benz OF 1418	06/07	1/1/2007	3,72	R\$ 104.820,00	Tabela FIPE / A
140	1187	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
141	1188	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
142	1189	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
143	1190	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
144	1191	Mercedes Benz OF 1418	2008	18/7/2008	2,18	R\$ 116.030,00	Tabela FIPE / A
Valor Total da Frota no Mercado Secundário =						R\$ 14.172.561,00	

ANEXOS

ANEXO A – Preços médios efetivamente praticados no mercado de usados, segundo a tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), de alguns modelos de ônibus da frota da empresa Transporte Coletivo Estrela.

Acessado em 30 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.fipe.org.br/web/index.asp>



<p>Mês de referência: Novembro de 2010</p> <p>Código FIPE: 509018-0</p> <p>Marca: MERCEDES-BENZ</p> <p>Modelo: 1721/ 1721 S 2p (diesel)</p> <p>Ano Modelo: 1998</p> <p>Preço médio: R\$ 90.528,00</p> <p>Data da consulta: sexta-feira, 05 de novembro de 2010 17:14</p>	
<p>Mês de referência: Novembro de 2010</p> <p>Código FIPE: 515076-0</p> <p>Marca: VOLKSWAGEN</p> <p>Modelo: 17-210 2p (diesel)</p> <p>Ano Modelo: 2001</p> <p>Preço médio: R\$ 88.353,00</p> <p>Data da consulta: sexta-feira, 05 de novembro de 2010 17:18</p>	
<p>Mês de referência: Novembro de 2010</p> <p>Código FIPE: 509229-9</p> <p>Marca: MERCEDES-BENZ</p> <p>Modelo: Atego 1418 2p (diesel)</p> <p>Ano Modelo: 2006</p> <p>Preço médio: R\$ 104.820,00</p> <p>Data da consulta: sexta-feira, 05 de novembro de 2010 17:22</p>	

Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 508008-8

Marca: MARCOPOLO

Modelo: VOLARE (Lotação e Escolar W8) (diesel)

Ano Modelo: 2007

Preço médio: R\$ 101.924,00

Data da consulta: sexta-feira, 05 de novembro de 2010
17:28



Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 508010-0

Marca: MARCOPOLO

Modelo: VOLARE (Lotação e Escolar W9) (diesel)

Ano Modelo: 2007

Preço médio: R\$ 107.889,00

Data da consulta: sexta-feira, 05 de novembro de 2010
17:30



Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 509083-0

Marca: MERCEDES-BENZ

Modelo: L-1620 2p (diesel)

Ano Modelo: 1996

Preço médio: R\$ 86.685,00

Data da consulta: sexta-feira, 05 de novembro de 2010
17:48



Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 509229-9

Marca: MERCEDES-BENZ

Modelo: Atego 1418 2p (diesel)

Ano Modelo: 2007

Preço médio: R\$ 111.854,00

Data da consulta: sexta-feira, 05 de novembro de 2010
17:54



Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 508010-0

Marca: MARCOPOLO

Modelo: VOLARE (Lotação e
Escolar W9) (diesel)

Ano Modelo: 2008

Preço médio: R\$ 119.121,00

Data da consulta: sexta-feira, 05 de novembro de 2010
17:32



Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 509229-9

Marca: MERCEDES-BENZ

Modelo: Atego 1418 2p (diesel)

Ano Modelo: 2008

Preço médio: R\$ 116.030,00

Data da consulta: sexta-feira, 05 de novembro de 2010
17:55



Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 515060-4

Marca: VOLKSWAGEN

Modelo: 8-140 2p (diesel)

Ano Modelo: 1998

Preço médio: R\$ 54.903,00

Data da consulta: sexta-feira, 05 de novembro de 2010
18:02



Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 509083-0

Marca: MERCEDES-BENZ

Modelo: L-1620 2p (diesel)

Ano Modelo: 1995

Preço médio: R\$ 83.217,00

Data da consulta: sábado, 06 de novembro de 2010
16:02



Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 515060-4

Marca: VOLKSWAGEN

Modelo: 8-140 2p (diesel)

Ano Modelo: 1997

Preço médio: R\$ 53.056,00

Data da consulta: sexta-feira, 05 de novembro de 2010
18:05



Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 509085-7

Marca: MERCEDES-BENZ

Modelo: L-1621 2p (diesel)

Ano Modelo: 1996

Preço médio: R\$ 90.199,00

Data da consulta: sábado, 06 de novembro de 2010
16:07



Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 515038-8

Marca: VOLKSWAGEN

Modelo: 16-210 2p (diesel)

Ano Modelo: 1991

Preço médio: R\$ 53.090,00

Data da consulta: sábado, 06 de novembro de 2010
16:15



Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 509018-0

Marca: MERCEDES-BENZ

Modelo: 1721/ 1721 S 2p (diesel)

Ano Modelo: 1998

Preço médio: R\$ 90.528,00

Data da consulta: sábado, 06 de novembro de 2010
16:12



Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 509083-0

Marca: MERCEDES-BENZ

Modelo: L-1620 2p (diesel)

Ano Modelo: 1997

Preço médio: R\$ 90.297,00

Data da consulta: sábado, 06 de novembro de 2010
16:05



Mês de referência: Novembro de 2010

Código FIPE: 513112-0

Marca: SCANIA

Modelo: R-113 E 310 6x4 2p
(diesel)

Ano Modelo: 1997

Preço médio: R\$ 132.574,00

Data da consulta: sábado, 06 de novembro de 2010
16:24



ANEXO B – Preços de alguns modelos de ônibus da frota da empresa Transporte Coletivo Estrela extraídos de sites de vendas da Internet.

Acessado em 31 de outubro de 2010. Disponível em:
<http://www.webpesados.com.br/comprar/onibus/o-500-m>

Rodoviário Mercedes Benz O 500 M 2001 **R\$ 140.000,00**



2001
Branco

[Detalhes](#) [Proposta](#)

Acessado em 31 de outubro de 2010. Disponível em:
http://www.carros.viaki.com/mercado/?page=show&category=transporters&type=business&ad_id=1052

Venda de Caminhões - Volkswagen - Onibus - **VW 17240 ANO 2002 URBANO COM AR FINANCIO** por um preço de **R\$ 80.000,00**. Esse veículo está a venda na cidade de **Betim** do estado **MG-Minas Gerais**.



VW 17240 ANO 2002 URBANO COM AR FINANCIO
 MG-Minas Gerais - Betim

R\$ 80.000,00

Cor: branco	Combustível: diesel
Portas: 2	Final Placa: 1
KM: 200000	estado: Ótimo

Indique esse veículo para seus amigos:

[Orkut](#) [Share](#) [twitter](#)

Anúncio comercial

Entre em contato

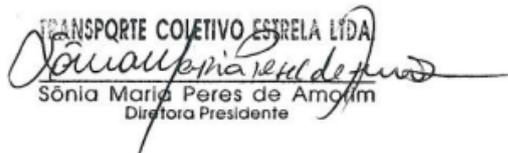
ANEXO C – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Empresa Transporte Coletivo Estrela, referentes ao Exercício de 2005.

Fonte: a empresa (2010)



BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM DE 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	2005	2004
ATIVO		
CIRCULANTE	949.564,02	1.019.486,13
Bens Numerários	77.636,07	86.938,77
Bancos conta Movimento	392.959,71	494.157,51
Clientes	11.496,84	8.949,59
Estoques	227.235,29	240.000,32
Despesas Pagas Antecipadamente	40.474,04	6.912,22
Outros Créditos	199.762,07	182.527,72
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	801.534,04	632.869,36
Depósitos e Cauções	801.206,51	632.541,83
Adiantamento p/Aumento Capital-Controlada	327,53	327,53
PERMANENTE	3.997.249,90	4.824.790,09
INVESTIMENTOS	1.193.781,00	1.100.516,79
Participações em Sociedades Colig.e Controladas	1.178.234,59	1.084.970,38
Participações em Outras Empresas	419,97	419,97
Investimentos por Incentivos Fiscais	15.126,44	15.126,44
IMOBILIZADO	2.803.468,90	3.724.273,30
Custo Original Corrigido	10.470.829,02	10.618.514,57
(-) Depreciações Acumuladas	(8.755.584,79)	(8.088.654,54)
Concessões de Linhas Recebidas	1.672.261,97	1.672.261,97
(-) Amortizações Acumuladas	(584.037,30)	(477.848,70)
TOTAL DO ATIVO	5.748.347,96	6.477.145,58

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA

 Sônia Maria Peres de Amorim
 Diretora Presidente

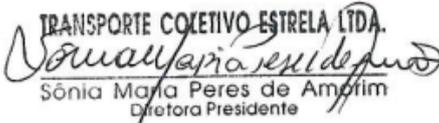

 Erves Ducati
 Contador CRC/SC 15513-O/8
 CICMF 219.293/99-91

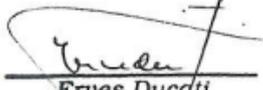


**BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005**

	2005	2004
PASSIVO		
CIRCULANTE	5.050.564,54	5.148.472,30
Fornecedores	679.108,70	654.285,82
Empréstimos e Financiamentos	822.324,63	1.624.672,10
Obrigações Sociais e Previdenciárias	2.808.868,06	2.262.573,81
Obrigações Fiscais	704.278,95	563.214,85
Outras Obrigações	35.984,20	43.725,72
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	620.069,01	878.163,32
Empréstimos e Financiamentos	592.570,85	878.163,32
Obrigações Fiscais	27.498,16	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	77.714,41	450.509,96
Capital Social	469.380,00	469.380,00
Reservas de Capital	1.675.491,34	1.675.491,34
Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	(2.067.156,93)	(1.694.361,38)
TOTAL DO PASSIVO	5.748.347,96	6.477.145,58

Florianópolis, 31 de dezembro de 2005

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA.

 Sônia Maria Peres de Amorim
 Diretora Presidente

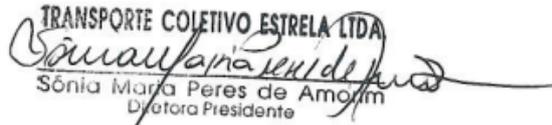

 Erves Ducatti
 Contador CRC/SC 1/513-O/8
 CICMF 219.293/199-91

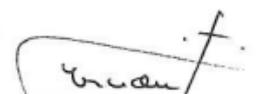


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	2005	2004
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	25.910.016,72	24.652.129,50
(-) Impostos Incidentes	1.731.815,80	1.651.137,43
(=) Receita Líquida dos Serviços Prestados	24.178.200,92	23.000.992,07
(-) Custos dos Serviços Prestados	21.204.677,11	20.814.662,60
(=) Lucro Bruto	2.973.523,81	2.186.329,47
DESPESAS OPERACIONAIS		
(-) Despesas Administrativas	3.195.358,94	3.008.770,91
(-) Resultado Financeiro Líquido	581.947,52	568.025,29
(-) Despesas com Vendas	1.985,00	10.503,40
(+) Outras Receitas Operacionais	201.179,77	94.292,37
(=) Total das Despesas Operacionais	3.578.111,69	3.493.007,23
(=) Resultado Operacional	(604.587,88)	(1.306.677,76)
(+) Resultado Não Operacional	180.033,97	102.182,52
(=) Lucro Antes do Imposto de Renda e Contrib.Social	(424.553,91)	(1.204.495,24)
(-) Provisão para a Contribuição Social	-	-
(-) Provisão para o Imposto de Renda	-	-
(=) Lucro Líquido do Exercício	(424.553,91)	(1.204.495,24)

Florianópolis, 31 de dezembro de 2005

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA

 Sônia Maria Peres de Amorim
 Diretora Presidente


 Erves Ducati
 Contador CRC/SC 19513-O/8
 CÍCMF 219.293 199-91



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005**

CONTAS	CAPITAL		RESERVAS DE	LUCROS OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
	SOCIAL		CAPITAL		
SALDO EM 31/DEZ/04	469.380,00		1.675.491,34	(1.694.361,38)	450.509,96
Lucro Líquido do Exercício	-		-	(424.553,91)	(424.553,91)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-		-	51.758,36	51.758,36
SALDO EM 31/DEZ/05	469.380,00		1.675.491,34	(2.067.156,93)	77.714,41

Florianópolis, 31 de dezembro de 2005

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA.

Sônia Maria Peres de Amorim
Sônia Maria Peres de Amorim
Diretora Presidente

Erves Duçatt
Erves Duçatt
Contador CRC/SC 19513-0/8
CICMF 219.293.199-91



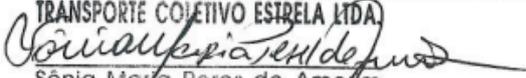
**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005**

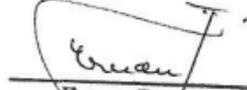
	2005	2004
I. ORIGENS DE RECURSOS		
1. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	633.281,16	101.880,46
Prejuízo do Exercício	(424.553,91)	(1.204.495,24)
(+) Depreciação e Amortização	1.151.099,28	1.248.180,44
Dividendos Recebidos	-	97.200,00
(-) Resultado da Avaliação de Invest.Coligadas e Controladas	(93.264,21)	(39.004,74)
2. REDUÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	1.966,03	23.317,48
Alienação do Imobilizado	1.966,03	23.317,48
3. REDUÇÃO DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	383.768,70	232.130,66
Transferência para o Ativo Circulante	383.768,70	232.130,66
4. ACRÉSCIMO NO PASSIVO EXIGÍVEL LONGO PRAZO	185.228,92	632.249,89
Empréstimos de Financiamentos	185.228,92	632.249,89
5. ACRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51.758,36	29.642,09
Ajustes de Exercícios Anteriores	51.758,36	29.642,09
TOTAL DAS ORIGENS	1.256.003,17	1.019.220,58
II. APLICAÇÕES DE RECURSOS		
1. ACRÉSCIMO NO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	552.433,38	262.552,35
Depósitos Judiciais	136.478,89	130.228,94
Outros Depósitos	415.954,49	132.323,41
2. ACRÉSCIMO NO ATIVO PERMANENTE	232.260,91	208.289,26
Aplicações de Investimentos	-	-
Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	232.260,91	208.289,26
3. REDUÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	443.323,23	677.598,81
Transferência p/Passivo Circulante	443.323,23	677.598,81
TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.228.017,52	1.148.440,42
III. AUMENTO OU (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	27.985,65	(129.219,74)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

	2005	2004
ATIVO CIRCULANTE		
No fim do exercício	949.564,02	1.019.486,13
No início do exercício	1.019.486,13	1.120.336,04
	(69.922,11)	(100.849,91)
PASSIVO CIRCULANTE		
No fim do exercício	5.050.564,54	5.148.472,30
No início do exercício	5.148.472,30	5.120.102,47
	(97.907,76)	28.369,83
AUMENTO OU (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	27.985,65	(129.219,74)

Florianópolis, 31 de dezembro de 2005

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA.

 Sônia Maya Peres de Amorim
 Diretora Presidente


 Erves Duqali
 Contador CRC/SC/19513-0/8
 CICMF 219.293 199-91



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

NOTA 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, observando-se, as normas da Legislação Tributária.

NOTA 2 – SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Destacam -se a seguir os principais critérios contábeis adotados:

- a) A classificação dos valores nos grupos circulante e longo prazo, tanto no ativo como no passivo é feita em função do prazo de até um ano (circulante) ou mais de um ano (longo prazo);
- b) O regime de competência é observado para as receitas e despesas do exercício;
- c) As despesas pagas antecipadamente relativas ao exercício seguinte são classificadas no ativo circulante, devendo ser apropriadas, em atendimento ao princípio da competência dos exercícios;
- d) Os estoques de peças de reposição são avaliados pelo custo médio ponderado móvel;
- e) Os investimentos relevantes em sociedades coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais pelo custo de aquisição;
- f) Os elementos do ativo permanente, inclusive as depreciações, assim como as contas do patrimônio líquido, foram corrigidas monetariamente até 31/12/1995, com base nas variações da UFIR;
- g) A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, com base nas taxas admitidas para fins tributários;
- h) Constituída a provisão dos encargos relativos as férias a incorrer, seguindo criteriosamente o período aquisitivo no valor de R\$ 1.223.098,73.

NOTA 3 – INVESTIMENTOS

O grupo participações em sociedades coligadas e controladas representa a participação no Capital Social da Companhia Operadora de Terminais de Integração S/A - COTISA com 1.069.200 ações que representam 16,2% do total do capital subscrito, sendo 356.400 ON e 712.800 PN.

As participações em outras empresas referem-se ao investimento no Bradesco S/A no valor de R\$ 4,75 e na Telebrás no valor de R\$ 415,22.

Os demais investimentos representam a aplicação em incentivos fiscais, através da dedução do Imposto de Renda.



NOTA 4 - CONCESSÕES DE LINHAS RECEBIDAS

A empresa é detentora do direito de exploração de linhas urbanas de transporte coletivo, concedidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. A direção da empresa contratou em julho de 2000, empresa especializada para avaliar o valor destas concessões. O laudo de avaliação definiu o valor de R\$ 1.672.261,97, calculado com base no valor econômico das respectivas linhas. A empresa optou pela contabilização resultante do laudo de avaliação, sendo que este valor será amortizado a partir de julho de 2000 até março de 2016, data em que expiram os contratos de exploração das linhas.

NOTA 5 – PASSIVO EXÍGIVEL A LONGO PRAZO

Refere-se a empréstimos para renovação da frota e capital de giro, junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, no valor de R\$ 137.178,21, com vencimento final em 15/12/2007, Texaco Brasil S/A, no valor de R\$ 455.392,64, com vencimento final em 02/12/2008 e parcelamento de tributos municipais no valor de R\$ 27.498,16 com vencimento final no exercício de 2007.

NOTA 6 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito em 31/12/2005 é de R\$ 469.380,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil e trezentos e oitenta reais), totalmente integralizados, composto de 469.380 quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00.

NOTA 7 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Refere-se a taxa de utilização terminal cobrada a maior e demais operações com a COTISA no valor de R\$ 53.136,59 e impostos lançados a menor no valor de R\$ 1.378,23.

NOTA 8 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os encargos com arrendamento mercantil operacional da frota e equipamentos para o sistema de bilhetagem eletrônica no exercício somaram R\$ 349.445,24, cujos contratos estabelecem opção de compra, são reconhecidos no resultado em função do valor de suas respectivas contraprestações. As parcelas vincendas dos contratos somam R\$ 498.719,91 sendo R\$ 358.064,43 no próximo exercício e o restante em 2007.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2005

ANEXO D – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Empresa Transporte Coletivo Estrela, referentes ao Exercício de 2006.

Fonte: a empresa (2010)



BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM DE 31 DE DEZEMBRO DE 2006

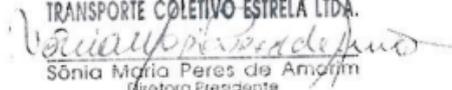
	2006	2005
ATIVO		
CIRCULANTE	826.684,90	949.564,02
Bens Numerários	89.124,40	77.636,07
Bancos conta Movimento	78.502,82	392.959,71
Clientes	175.037,05	11.496,84
Estoques	250.820,61	227.235,29
Despesas Pagas Antecipadamente	44.419,37	40.474,04
Outros Créditos	188.780,65	199.762,07
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	862.474,20	801.534,04
Depósitos e Cauções	862.474,20	801.206,51
Adiantamento p/Aumento Capital-Controlada	-	327,53
PERMANENTE	6.292.531,05	3.997.249,90
INVESTIMENTOS	1.214.881,33	1.193.781,00
Participações em Sociedades Colig. e Controladas	1.199.334,92	1.178.234,59
Participações em Outras Empresas	419,97	419,97
Investimentos por Incentivos Fiscais	15.126,44	15.126,44
IMOBILIZADO	5.077.649,72	2.803.468,90
Custo Original Corrigido	13.327.190,14	10.470.829,02
(-) Depreciações Acumuladas	(9.231.576,49)	(8.755.584,79)
Concessões de Linhas Recebidas	1.672.261,97	1.672.261,97
(-) Amortizações Acumuladas	(690.225,90)	(584.037,30)
TOTAL DO ATIVO	7.981.690,15	5.748.347,96

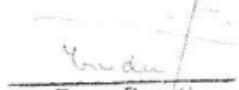


**BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006**

	2006	2005
PASSIVO		
CIRCULANTE	5.537.757,28	5.050.564,54
Fornecedores	1.730.053,66	679.108,70
Empréstimos e Financiamentos	2.168.090,54	822.324,63
Obrigações Sociais e Previdenciárias	1.034.901,77	2.808.868,06
Obrigações Fiscais	566.595,48	704.278,95
Outras Obrigações	38.115,83	35.984,20
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.305.650,32	620.069,01
Empréstimos e Financiamentos	1.262.994,94	592.570,85
Obrigações Sociais e Previdenciárias	863.040,38	-
Obrigações Fiscais	179.615,00	27.498,16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	138.282,55	77.714,41
Capital Social	469.380,00	469.380,00
Reservas de Capital	1.675.491,34	1.675.491,34
Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	(2.006.588,79)	(2.067.156,93)
TOTAL DO PASSIVO	7.981.690,15	5.748.347,96

Florianópolis, 31 de dezembro de 2006

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA.

 Sônia Maria Peres de Amorim
 Diretora Presidente


 Erves Ducati
 Contador CRC/SC 19513-C/8
 CICMF 219.293 199-91



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

	2006	2005
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	26.195.152,08	25.910.016,72
(-) Impostos Incidentes	1.541.256,90	1.731.815,80
(=) Receita Líquida dos Serviços Prestados	24.653.895,18	24.178.200,92
(-) Custos dos Serviços Prestados	22.057.688,04	21.204.677,11
(=) Lucro Bruto	2.596.207,14	2.973.523,81
DESPESAS OPERACIONAIS		
(-) Despesas Administrativas	2.194.453,06	3.195.358,94
(-) Resultado Financeiro Líquido	703.162,32	581.947,52
(-) Despesas com Vendas	138,46	1.985,00
(+) Outras Receitas Operacionais	181.383,20	201.179,77
(=) Total das Despesas Operacionais	2.716.370,64	3.578.111,69
(=) Resultado Operacional	(120.163,50)	(604.587,88)
(+) Resultado Não Operacional	195.000,00	180.033,97
(=) Lucro Antes do Imposto de Renda e Contrib.Social	74.836,50	(424.553,91)
(-) Provisão para a Contribuição Social	3.535,86	-
(-) Provisão para o Imposto de Renda	8.081,97	-
(=) Lucro Líquido do Exercício	63.218,67	(424.553,91)

Florianópolis, 31 de dezembro de 2006

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA.
[Assinatura]
 SENA, 1200 - JARDIM DO ESTRELA
 CEP 88090-800 - FLORIANÓPOLIS - SC

[Assinatura]
Erves Ducati
 Contador CRC/SC 19513-0/8
 CICMF 219.293.199-91



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006**

CONTAS	CAPITAL	RESERVAS DE	LUCROS	TOTAL
	SOCIAL	CAPITAL	(PREJUÍZOS) ACUMULADOS	
SALDO EM 31/DEZ/05	469.380,00	1.675.491,34	(2.067.156,93)	77.714,41
Lucro Líquido do Exercício	-	-	63.218,67	63.218,67
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(2.650,53)	(2.650,53)
SALDO EM 31/DEZ/06	469.380,00	1.675.491,34	(2.006.588,79)	138.282,55

Florianópolis, 31 de dezembro de 2006

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA.

[Assinatura]
 Direção de Administração

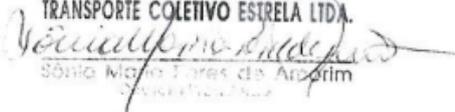
[Assinatura]
Erves Dircatti
 Contador CRC/SC 19513-O/8
 CICMF 219.293.199-91

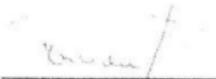


**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006**

	2006	2005
I. ORIGENS DE RECURSOS		
1. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	1.156.476,80	633.281,16
Prejuízo do Exercício	63.218,67	(424.553,91)
(+) Depreciação e Amortização	1.114.030,93	1.151.099,28
(-) Resultado da Avaliação de Invest. Coligadas e Controladas	(20.772,80)	(93.264,21)
2. REDUÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	-	1.966,03
Alienação do Imobilizado	-	1.966,03
3. REDUÇÃO DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	186.397,27	383.768,70
Transferência para o Ativo Circulante	186.397,27	383.768,70
4. ACRÉSCIMO NO PASSIVO EXIGÍVEL LONGO PRAZO	3.118.057,56	185.228,92
Empréstimos de Financiamentos	3.118.057,56	185.228,92
5. ACRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(2.650,53)	51.758,36
Ajustes de Exercícios Anteriores	(2.650,53)	51.758,36
TOTAL DAS ORIGENS	4.458.281,10	1.256.003,17
II. APLICAÇÕES DE RECURSOS		
1. ACRÉSCIMO NO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	247.337,43	552.433,38
Depósitos Judiciais	35.268,97	136.478,89
Outros Depósitos	212.068,46	415.954,49
2. ACRÉSCIMO NO ATIVO PERMANENTE	3.388.539,28	232.260,91
Aplicações de Investimentos	327,53	-
Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	3.388.211,75	232.260,91
3. REDUÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.432.476,25	443.323,23
Transferência p/Passivo Circulante	1.432.476,25	443.323,23
TOTAL DAS APLICAÇÕES	5.068.352,96	1.228.017,52
III. AUMENTO OU (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(610.071,86)	27.985,65
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
	2006	2005
ATIVO CIRCULANTE		
No fim do exercício	826.684,90	949.564,02
No início do exercício	949.564,02	1.019.486,13
	(122.879,12)	(69.922,11)
PASSIVO CIRCULANTE		
No fim do exercício	5.537.757,28	5.050.564,54
No início do exercício	5.050.564,54	5.148.472,30
	487.192,74	(97.907,76)
AUMENTO OU (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(610.071,86)	27.985,65

Florianópolis, 31 de dezembro de 2006

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA.

 Sônia Maria Torres da Ararim
 Diretora Geral


Erves Ducati
 Contador CRC/SC 19513-O/8
 CÍCMF 219.293.199-91



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

NOTA 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, observando-se, as normas da Legislação Tributária

NOTA 2 – SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Destacam-se a seguir os principais critérios contábeis adotados:

- a) A classificação dos valores nos grupos circulante e longo prazo, tanto no ativo como no passivo é feita em função do prazo de até um ano (circulante) ou mais de um ano (longo prazo);
- b) O regime de competência é observado para as receitas e despesas do exercício;
- c) As despesas pagas antecipadamente relativas ao exercício seguinte são classificadas no ativo circulante, devendo ser apropriadas, em atendimento ao princípio da competência dos exercícios;
- d) Os estoques de peças de reposição são avaliados pelo custo médio ponderado móvel;
- e) Os investimentos relevantes em sociedades coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais pelo custo de aquisição;
- f) Os elementos do ativo permanente, inclusive as depreciações, assim como as contas do patrimônio líquido, foram corrigidas monetariamente até 31/12/1995, com base nas variações da UFIR;
- g) A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, com base nas taxas admitidas para fins tributários;
- h) Constituída a provisão dos encargos relativos as férias a incorrer, seguindo criteriosamente o período aquisitivo no valor de R\$ 321.222,27.

NOTA 3 – INVESTIMENTOS

O grupo participações em sociedades coligadas e controladas representa a participação no Capital Social da Companhia Operadora de Terminais de Integração S/A - COTISA com 1.069.200 ações que representam 16,2% do total do capital subscrito, sendo 356.400 ON e 712.800 PN.

As participações em outras empresas referem-se ao investimento no Bradesco S/A no valor de R\$ 4,75 e na Telebrás no valor de R\$ 415,22.

Os demais investimentos representam a aplicação em incentivos fiscais, através da dedução do Imposto de Renda.



NOTA 4 - CONCESSÕES DE LINHAS RECEBIDAS

A empresa é detentora do direito de exploração de linhas urbanas de transporte coletivo, concedidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. A direção da empresa contratou em julho de 2000, empresa especializada para avaliar o valor destas concessões. O laudo de avaliação definiu o valor de R\$ 1.672.261,97, calculado com base no valor econômico das respectivas linhas. A empresa optou pela contabilização resultante do laudo de avaliação, sendo que este valor será amortizado a partir de julho de 2000 até março de 2016, data em que expiram os contratos de exploração das linhas.

NOTA 5 – PASSIVO EXÍGIVEL A LONGO PRAZO

Refere-se a empréstimos para renovação da frota e capital de giro, junto ao Banco Safra S/A, no valor de R\$ 1.016.416,93, com vencimento final em 15/07/2009 e 15/09/2009 e Chevron do Brasil Ltda, no valor de R\$ 246.578,01, com vencimento final em 02/12/2008, parcelamento de tributos federais no valor de R\$ 981.013,87, com vencimento final em 2010 e parcelamento de tributos municipais no valor de R\$ 61.641,51 com vencimento final em 2009.

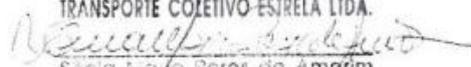
NOTA 6 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito em 31/12/2006 é de R\$ 469.380,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil e trezentos e oitenta reais), totalmente integralizados, composto de 469.380 quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00.

NOTA 7 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Refere-se a ajuste de encargos de parcelamentos de tributos federais lançados a menor no valor de R\$ 10.790,29, ajuste de impostos municipais lançados a maior no valor de R\$ 778,83 e ajuste na participação dos lucros de empregados no valor de R\$ 7.360,93.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2006

TRANSPORTE COLETIVO-ESTRELA LTDA.

 Sônia Maria Peres de Amorim
 Diretora Presidente


 Erves Ducali
 Contador CRC/SC 19513-O/8
 CFCMF 219.293.199-91

ANEXO E – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Empresa Transporte Coletivo Estrela, referentes ao Exercício de 2007.

Fonte: a empresa (2010)



BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

	2007	2006
ATIVO		
CIRCULANTE	748.248,10	826.684,90
Bens Numerários	83.457,79	89.124,40
Bancos conta Movimento	24.824,85	78.502,82
Clientes	168.121,41	175.037,05
Estoques	242.596,01	250.820,61
Despesas Pagas Antecipadamente	37.509,01	44.419,37
Outros Créditos	191.739,03	188.780,65
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.022.325,80	862.474,20
Depósitos e Cauções	854.261,67	862.474,20
Créditos de Uso de Terminais - COTISA	168.064,13	-
PERMANENTE	8.020.674,01	6.292.531,05
INVESTIMENTOS	1.274.690,44	1.214.881,33
Participações em Sociedades Colig.e Controladas	1.259.144,03	1.199.334,92
Participações em Outras Empresas	419,97	419,97
Investimentos por Incentivos Fiscais	15.126,44	15.126,44
IMOBILIZADO	6.745.983,57	5.077.649,72
Custo Original Corrigido	14.220.574,46	13.327.190,14
(-) Depreciações Acumuladas	(8.365.951,04)	(9.231.576,49)
Concessões de Linhas Recebidas	1.672.261,97	1.672.261,97
(-) Amortizações Acumuladas	(796.414,50)	(690.225,90)
Imobilizações em Andamento	15.512,68	-
TOTAL DO ATIVO	9.791.247,91	7.981.690,15

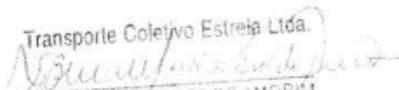
Handwritten signature and initials.



**BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

	2007	2006
PASSIVO		
CIRCULANTE	6.586.024,46	5.537.757,28
Fornecedores	2.203.310,96	1.730.053,66
Empréstimos e Financiamentos	2.761.603,28	2.168.090,54
Obrigações Sociais e Previdenciárias	1.119.101,74	1.034.901,77
Obrigações Fiscais	464.289,10	566.595,48
Outras Obrigações	37.719,38	38.115,83
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.800.491,75	2.305.650,32
Empréstimos e Financiamentos	2.352.999,43	1.262.994,94
Obrigações Sociais e Previdenciárias	303.232,80	863.040,38
Obrigações Fiscais	144.259,52	179.615,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	404.731,70	138.282,55
Capital Social	469.380,00	469.380,00
Reservas de Capital	1.675.491,34	1.675.491,34
Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	(1.740.139,64)	(2.006.588,79)
TOTAL DO PASSIVO	9.791.247,91	7.981.690,15

Florianópolis, 31 de dezembro de 2007

Transporte Coletivo Estrela Ltda.

SÔNIA MARIA PERES DE AMORIM
 Diretora Presidente


Erves Ducati
 Contador CRC/SC 19513-O/8
 CIGMP 219.293.199-91



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

	2007	2006
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	26.672.550,33	26.195.152,08
(-) Impostos Incidentes	1.561.576,95	1.541.256,90
(=) Receita Líquida dos Serviços Prestados	25.110.973,38	24.653.895,18
(-) Custos dos Serviços Prestados	23.301.001,67	22.057.688,04
(=) Lucro Bruto	1.809.971,71	2.596.207,14
DESPESAS OPERACIONAIS		
(-) Despesas Administrativas	2.400.149,55	2.194.453,06
(-) Resultado Financeiro Líquido	1.124.142,62	703.162,32
(-) Despesas com Vendas	1.340,00	138,46
(+) Outras Receitas/Despesas Operacionais	395.609,33	181.383,20
(=) Total das Despesas Operacionais	3.130.022,84	2.716.370,64
(=) Resultado Operacional	(1.320.051,13)	(120.163,50)
(+) Resultado Não Operacional	1.528.192,03	195.000,00
(=) Lucro Antes do Imposto de Renda e Contrib.Social	208.140,90	74.836,50
(-) Provisão para a Contribuição Social	1.227,61	3.535,86
(-) Provisão para o Imposto de Renda	2.805,96	8.081,97
(=) Lucro Líquido do Exercício	204.107,33	63.218,67

Florianópolis, 31 de dezembro de 2007

Transporte Coletivo Estrela Ltda.

Sônia Maria Peres de Amorim
SÔNIA MARIA PERES DE AMORIM
Diretora Presidente

[Assinatura]
Florianópolis, 31 de dezembro de 2007
CNPJ nº 13.047.299/0001-91

[Assinatura]



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

CONTAS	CAPITAL	RESERVAS DE	LUCROS	TOTAL
	SOCIAL	CAPITAL	OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	
SALDO EM 31/DEZ/05	469.380,00	1.675.491,34	(2.067.156,93)	77.714,41
Lucro Líquido do Exercício	-	-	63.218,67	63.218,67
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(2.650,53)	(2.650,53)
SALDO EM 31/DEZ/06	469.380,00	1.675.491,34	(2.006.588,79)	138.282,55
Lucro Líquido do Exercício	-	-	204.107,33	204.107,33
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	62.341,82	62.341,82
SALDO EM 31/DEZ/07	469.380,00	1.675.491,34	(1.740.139,64)	404.731,70

Florianópolis, 31 de dezembro de 2007

Coletivo-Estrela Ltda.

 MARIA PERES DE AMORIM
 Sócia Presidente


 Erves Ducati
 Contador CRC/SC 19513-O/8
 CICMF 219.293.199-91



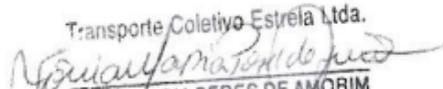
**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

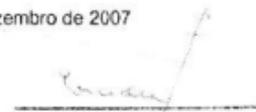
	2007	2006
I. ORIGENS DE RECURSOS		
1. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	1.638.941,21	1.156.476,80
Prejuízo do Exercício	204.107,33	63.218,67
(+) Depreciação e Amortização	1.432.301,17	1.114.030,93
(-) Resultado da Avaliação de Invest.Coligadas e Controladas	2.532,71	(20.772,80)
2. REDUÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	5.807,97	-
Alienação do Imobilizado	5.807,97	-
3. REDUÇÃO DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	129.720,78	186.397,27
Transferência para o Ativo Circulante	129.720,78	186.397,27
4. ACRÉSCIMO NO PASSIVO EXIGÍVEL LONGO PRAZO	2.800.228,20	3.118.057,56
Empréstimos de Financiamentos	2.800.228,20	3.118.057,56
5. ACRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62.341,82	(2.650,53)
Ajustes de Exercícios Anteriores	62.341,82	(2.650,53)
TOTAL DAS ORIGENS	4.637.039,98	4.458.281,10
II. APLICAÇÕES DE RECURSOS		
1. ACRÉSCIMO NO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	289.572,38	247.337,43
Depósitos Judiciais	65.078,26	35.268,97
Outros Depósitos	224.494,12	212.068,46
2. ACRÉSCIMO NO ATIVO PERMANENTE	3.168.784,81	3.388.539,28
Ajustes de Exercícios Anteriores em Controladas	62.341,82	327,53
Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	3.106.442,99	3.388.211,75
3. REDUÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.305.386,77	1.432.476,25
Transferência p/Passivo Circulante	2.305.386,77	1.432.476,25
TOTAL DAS APLICAÇÕES	5.763.743,96	5.068.352,96
III. AUMENTO OU (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(1.126.703,98)	(610.071,86)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

	2007	2006
ATIVO CIRCULANTE		
No fim do exercício	748.248,10	826.684,90
No início do exercício	826.684,90	949.564,02
	(78.436,80)	(122.879,12)
PASSIVO CIRCULANTE		
No fim do exercício	6.586.024,46	5.537.757,28
No início do exercício	5.537.757,28	5.050.564,54
	1.048.267,18	487.192,74
AUMENTO OU (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(1.126.703,98)	(610.071,86)

Florianópolis, 31 de dezembro de 2007

Transporte Coletivo Estrela Ltda.

SÔNIA MARIA PERES DE AMORIM
 Diretora Presidente


Erves Ducati
 Contador CRC/SC 19313-0/8
 CICMF 219.293.199-41



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

NOTA 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, observando-se, as normas da Legislação Tributária.

NOTA 2 – SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Destacam-se a seguir os principais critérios contábeis adotados:

- a) A classificação dos valores nos grupos circulante e longo prazo, tanto no ativo como no passivo é feita em função do prazo de até um ano (circulante) ou mais de um ano (longo prazo);
- b) O regime de competência é observado para as receitas e despesas do exercício;
- c) As despesas pagas antecipadamente relativas ao exercício seguinte são classificadas no ativo circulante, devendo ser apropriadas, em atendimento ao princípio da competência dos exercícios;
- d) Os estoques de peças de reposição são avaliados pelo custo médio ponderado móvel;
- e) Os investimentos relevantes em sociedades coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais pelo custo de aquisição;
- f) Os elementos do ativo permanente, inclusive as depreciações, assim como as contas do patrimônio líquido, foram corrigidas monetariamente até 31/12/1995, com base nas variações da UFIR;
- g) A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, com base nas taxas admitidas para fins tributários.

NOTA 3 – INVESTIMENTOS

O grupo participações em sociedades coligadas e controladas representa a participação no Capital Social da Companhia Operadora de Terminais de Integração S/A - COTISA com 1.069.200 ações que representam 16,2% do total do capital subscrito, sendo 356.400 ON e 712.800 PN.

As participações em outras empresas referem-se ao investimento no Bradesco S/A no valor de R\$ 4,75 e na Telebrás no valor de R\$ 415,22.

Os demais investimentos representam a aplicação em incentivos fiscais, através da dedução do Imposto de Renda.



NOTA 4 - CONCESSÕES DE LINHAS RECEBIDAS

A empresa é detentora do direito de exploração de linhas urbanas de transporte coletivo, concedidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. A direção da empresa contratou em julho de 2000, empresa especializada para avaliar o valor destas concessões. O laudo de avaliação definiu o valor de R\$ 1.672.261,97, calculado com base no valor econômico das respectivas linhas. A empresa optou pela contabilização resultante do laudo de avaliação, sendo que este valor será amortizado a partir de julho de 2000 até março de 2016, data em que expiram os contratos de exploração das linhas.

NOTA 5 – PASSIVO EXÍGIVEL A LONGO PRAZO

Refere-se a empréstimos para renovação da frota e capital de giro, junto ao Banco Safra S/A, no valor de R\$ 405.353,45, com vencimento final em 15/07/2009 e 15/09/2009, UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S/A, no valor de 1.468.360,27, com vencimento final em 15/12/2011 e 15/02/2012 e Banco Bradesco S/A, no valor de R\$ 479.285,71, com vencimento final em 15/09/2011, parcelamento de tributos federais no valor de R\$ 419.822,43, com vencimento final em 2010 e parcelamento de tributos municipais no valor de R\$ 27.669,89 com vencimento final em 2009.

NOTA 6 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito em 31/12/2007 é de R\$ 469.380,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil e trezentos e oitenta reais), totalmente integralizados, composto de 469.380 quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00.

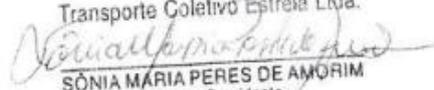
NOTA 7 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

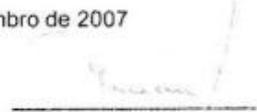
No decorrer do exercício de 2007 a controlada Cotisa – Companhia Operadora de Terminais de Integração S/A, procedeu as correções relativas aos relatórios de tarifas de utilização emitidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, que originaram os ajustes contábeis nos anos de 2004, 2005 e 2006, conforme Nota Explicativa nº 07, das Demonstrações Financeiras de 2007, daquela Controlada.

NOTA 8 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os encargos com arrendamento mercantil operacional da frota no exercício somaram R\$ 87.939,70, cujo contrato estabeleceu opção de compra, são reconhecidos no resultado em função do valor de suas respectivas contraprestações. As parcelas vincendas do contrato somam R\$ 1.297.846,80 sendo R\$ 346.092,48 no próximo exercício e o restante em 2009, 2010 e 2011.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2007

Transporte Coletivo Estrela Ltda.

SÔNIA MÁRIA PERES DE AMORIM
 Diretora Presidente


Erves Ducati
 Contador CRC/SC 19813-0/8
 CICMF 219.293.195-91

ANEXO F – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Empresa Transporte Coletivo Estrela, referentes ao Exercício de 2008.

Fonte: a empresa (2010)



**BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

	2008	2007
ATIVO		
CIRCULANTE	1.532.190,59	748.248,10
Bens Numerários	91.936,84	83.457,79
Bancos conta Movimento	71.745,23	24.824,85
Clientes	156.557,32	168.121,41
Estoques	265.956,91	242.596,01
Despesas Pagas Antecipadamente	28.809,95	37.509,01
Outros Créditos	917.184,34	191.739,03
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.387.657,28	1.022.325,80
Depósitos e Cauções	1.041.909,63	854.261,67
Créditos de Uso de Terminais - COTISA	101.633,77	168.064,13
Dividendos a receber	233.884,58	-
Outros Créditos	10.229,30	-
INVESTIMENTOS	1.204.015,05	1.274.690,44
Participações em Sociedades Colig. e Controladas	1.083.468,64	1.259.144,03
Participações em Outras Empresas	419,97	419,97
Investimentos por Incentivos Fiscais	15.126,44	15.126,44
Imóveis não de uso	105.000,00	-
IMOBILIZADO	8.462.227,68	5.838.663,50
Custo Original Corrigido	18.157.546,97	14.189.101,86
(-) Depreciações Acumuladas	(9.725.659,24)	(8.365.951,04)
Imobilizações em Andamento	30.339,95	15.512,68
INTANGÍVEL	801.131,47	907.320,07
Concessões de Linhas Recebidas	1.672.261,97	1.672.261,97
(-) Amortizações Acumuladas	(902.603,10)	(796.414,50)
Outros Direiros	31.472,60	31.472,60
TOTAL DO ATIVO	13.387.222,07	9.791.247,91

Transporte Coletivo Estrela Lt.

SÔNIA MARIA PERES DE AMORIM
 Diretora Presidente

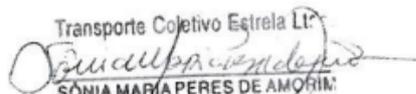

Erves Ducati
 Contador CRC/SC 19513-O/8
 CIOCMF 219.293.199-91



**BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

	2008	2007
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	7.277.198,05	6.586.024,46
Fornecedores	627.465,23	2.203.310,96
Empréstimos e Financiamentos	4.013.483,31	2.761.603,28
Obrigações Sociais e Previdenciárias	1.984.927,95	1.119.101,74
Obrigações Fiscais	552.913,65	464.289,10
Outras Obrigações	98.407,91	37.719,38
NÃO CIRCULANTE		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.684.906,32	2.800.491,75
Empréstimos e Financiamentos	5.377.203,71	2.352.999,43
Obrigações Sociais e Previdenciárias	31.536,37	303.232,80
Obrigações Fiscais	42.979,24	144.259,52
Valores Recebidos Antecipadamente	233.187,00	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	425.117,70	404.731,70
Capital Social	469.380,00	469.380,00
Reservas de Capital	1.675.491,34	1.675.491,34
Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	(1.719.753,64)	(1.740.139,64)
TOTAL DO PASSIVO	13.387.222,07	9.791.247,91

Florianópolis, 31 de dezembro de 2008

Transporte Coletivo Estrela Ltda.

SÔNIA MARIA PERES DE AMORIM
 Diretora Presidente

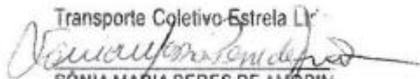

Erves Dicati
 Contador CRC/SC 19813-O/8
 CICMF 219.293 199-91



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

	2008	2007
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	29.000.798,38	26.672.550,33
(-) Impostos Incidentes	1.691.246,23	1.561.576,95
(=) Receita Líquida dos Serviços Prestados	27.309.552,15	25.110.973,38
(-) Custos dos Serviços Prestados	26.169.916,84	23.301.001,67
(=) Lucro Bruto	1.139.635,31	1.809.971,71
DESPESAS OPERACIONAIS		
(-) Despesas Administrativas	2.432.827,15	2.400.149,55
(-) Resultado Financeiro Líquido	1.045.339,92	1.124.142,62
(-) Despesas com Vendas	7.571,80	1.340,00
(+) Outras Receitas/Despesas Operacionais	2.377.955,08	1.923.801,36
(=) Total das Despesas Operacionais	1.107.783,79	1.601.830,81
(=) Lucro Antes do Imposto de Renda e Contrib.Social	31.851,52	208.140,90
(-) Provisão para a Contribuição Social	2.111,95	1.227,61
(-) Provisão para o Imposto de Renda	4.827,31	2.805,96
(=) Lucro Líquido do Exercício	24.912,26	204.107,33

Florianópolis, 31 de dezembro de 2008

Transporte Coletivo Estrela Ltda.

SÔNIA MARIA PERES DE AMORIM
 Diretora Presidente


 Erves Ducali
 Contador CRC/SC 19513/O/8
 CICMF 219.293 199-91



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31/DEZ/06	469.380,00	1.675.491,34	(2.006.588,79)	138.282,55
Lucro Líquido do Exercício	-	-	63.218,67	63.218,67
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	203.230,48	203.230,48
SALDO EM 31/DEZ/07	469.380,00	1.675.491,34	(1.740.139,64)	404.731,70
Lucro Líquido do Exercício	-	-	24.912,26	24.912,26
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(4.526,26)	(4.526,26)
SALDO EM 31/DEZ/08	469.380,00	1.675.491,34	(1.719.753,64)	425.117,70

Florianópolis, 31 de dezembro de 2008

Transporte Coletivo Estrela LT.

SÔNIA MÁRIA PERES DE AMORIM
 Diretora Presidente


Carlos Eduardo
 Controlador Financeiro
 Licença nº 10.793.146/0



**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PELO MÉTODO DIRETO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Recebimentos de clientes	29.000.798,38
Pagamento de impostos sobre vendas	(1.691.246,23)
Juros Recebidos	1.229,03
Pagamentos a fornecedores	(16.715.353,11)
Pagamentos de salários e encargos	(9.513.806,07)
Imposto de renda pago	(241.728,49)
Pagamento de parcelamentos	(479.713,35)
Outros recebimentos ou pagamentos líquidos	(891.692,90)
Recursos líquidos das atividades operacionais	(531.512,74)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Alienação de imobilizado	2.092.000,00
Aquisição de imobilizado	(4.538.414,96)
Recursos líquidos das atividades de investimentos	(2.446.414,96)

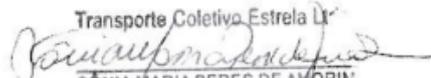
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

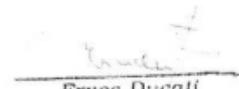
Empréstimos tomados	6.089.032,96
Aumento de capital social	-
Pagamento de leasing (principal)	(98.411,83)
Juros pagos por empréstimos	(540.151,97)
Pagamentos de empréstimos / debentures	(2.417.141,98)
Recursos líquidos das atividades de financiamentos	3.033.327,13

AUMENTO OU REDUÇÃO DE CAIXA LÍQUIDO 55.399,43

Saldo de caixa - inicial	108.282,64
Saldo de caixa - final	163.682,07

Florianópolis, 31 de dezembro de 2008


SÔNIA MARIA PERES DE AMORIM
 Diretora Presidente


Erves Ducati
 Contador CRC/SC 19513-O/B
 CIGMP 219.298 149-91

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

NOTA 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, observando-se, as normas da Legislação Tributária.

NOTA 2 – SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Destacam-se a seguir os principais critérios contábeis adotados:

- a) A classificação dos valores nos grupos circulante e longo prazo, tanto no ativo como no passivo é feita em função do prazo de até um ano (circulante) ou mais de um ano (longo prazo);
- b) O regime de competência é observado para as receitas e despesas do exercício;
- c) As despesas pagas antecipadamente relativas ao exercício seguinte são classificadas no ativo circulante, devendo ser apropriadas, em atendimento ao princípio da competência dos exercícios;
- d) Os estoques de peças de reposição são avaliados pelo custo médio ponderado móvel;
- e) Os investimentos relevantes em sociedades coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais pelo custo de aquisição;
- f) Os elementos do ativo permanente, inclusive as depreciações, assim como as contas do patrimônio líquido, foram corrigidas monetariamente até 31/12/1995, com base nas variações da UFIR;
- g) A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, com base nas taxas admitidas para fins tributários.

NOTA 3 – INVESTIMENTOS

O grupo participações em sociedades coligadas e controladas representa a participação no Capital Social da Companhia Operadora de Terminais de Integração S/A - COTISA com 1.069.200 ações que representam 16,2% do total do capital subscrito, sendo 356.400 ON e 712.800 PN.

As participações em outras empresas referem-se ao investimento no Bradesco S/A no valor de R\$ 4,75 e na Telebrás no valor de R\$ 415,22.

Os demais investimentos representam a aplicação em incentivos fiscais, através da dedução do Imposto de Renda.

NOTA 4 - CONCESSÕES DE LINHAS RECEBIDAS

A empresa é detentora do direito de exploração de linhas urbanas de transporte coletivo, concedidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. A direção da empresa contratou em julho de 2000, empresa especializada para avaliar o valor destas concessões. O laudo de avaliação definiu o valor de R\$ 1.672.261,97, calculado com base no valor econômico das respectivas linhas. A empresa optou pela contabilização resultante do laudo de avaliação, sendo que este valor será amortizado a partir de julho de 2000 até março de 2016, data em que expiram os contratos de exploração das linhas.

NOTA 5 – PASSIVO EXÍGIVEL A LONGO PRAZO

Refere-se a empréstimos para renovação da frota e capital de giro, junto ao Banco Safra S/A, no valor de R\$ 2.358.249,18, com vencimento final em 15/07/2009, 15/09/2009, 15/04/2013 e 15/07/2013; UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S/A, no valor de 1.690.156,41, com vencimento final em 15/12/2011 e 15/02/2012; Banco Bradesco S/A, no valor de R\$ 511.272,48, com vencimento final em 15/09/2011; e Banco Real-ABN, no valor de R\$ 817.525,64, com vencimento final em 15/05/2013, parcelamento de tributos federais no valor de R\$ 74.515,61, com vencimento final em 2010.

NOTA 6 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito em 31/12/2008 é de R\$ 469.380,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil e trezentos e oitenta reais), totalmente integralizados, composto de 469.380 quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00.

NOTA 7 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os encargos com arrendamento mercantil operacional da frota no exercício somaram R\$ 98.411,88, cujo contrato estabeleceu opção de compra, são reconhecidos no resultado em função do valor de suas respectivas contraprestações. As parcelas vincendas do contrato somam R\$ 951.754,32 sendo R\$ 346.092,48 no próximo exercício e o restante em 2009, 2010 e 2011.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2008.

ANEXO G – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Empresa Transporte Coletivo Estrela, referentes ao Exercício de 2009.

Fonte: a empresa (2010)



BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

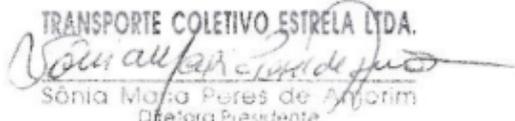
	2009	2008
ATIVO		
CIRCULANTE	2.184.709,08	1.532.190,59
Bens Numerários	34.515,27	91.936,84
Bancos conta Movimento	1.040.362,06	71.745,23
Investimentos temporários	300.000,00	-
Clientes	125.769,32	156.557,32
Estoques	295.290,56	265.956,91
Despesas Pagas Antecipadamente	29.655,92	28.809,95
Outros Créditos	359.115,95	917.184,34
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.316.083,10	1.387.657,28
Depósitos e Cauções	1.047.337,29	1.041.909,63
Créditos de Uso de Terminais - COTISA	66.923,05	101.633,77
Dividendos a receber	198.822,76	233.884,58
Outros Créditos	3.000,00	10.229,30
INVESTIMENTOS	1.300.579,96	1.204.015,05
Participações em Sociedades Colig. e Control.	1.085.033,55	1.083.468,64
Participações em Outras Empresas	419,97	419,97
Investimentos por Incentivos Fiscais	15.126,44	15.126,44
Imóveis não de uso	200.000,00	105.000,00
IMOBILIZADO	6.599.793,78	8.462.227,68
Custo Original Corrigido	18.597.246,82	18.157.546,97
(-) Depreciações Acumuladas	(11.997.453,04)	(9.725.659,24)
Imobilizações em Andamento	-	30.339,95
INTANGÍVEL	801.131,47	801.131,47
Concessões de Linhas Recebidas	1.672.261,97	1.672.261,97
(-) Amortizações Acumuladas	(902.603,10)	(902.603,10)
Outros Direitos	31.472,60	31.472,60
TOTAL DO ATIVO	12.202.297,39	13.387.222,07

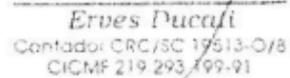


BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

	2009	2008
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	5.691.609,91	7.277.198,05
Fornecedores	968.593,97	627.465,23
Empréstimos e Financiamentos	3.171.266,26	4.013.483,31
Obrigações Sociais e Previdenciárias	1.184.036,07	1.984.927,95
Obrigações Fiscais	331.471,09	552.913,65
Outras Obrigações	36.242,52	98.407,91
NÃO CIRCULANTE		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.050.354,71	5.684.906,32
Empréstimos e Financiamentos	3.408.331,78	5.377.203,71
Obrigações Sociais e Previdenciárias	1.435.560,64	31.536,37
Obrigações Fiscais	30.671,29	42.979,24
Valores Recebidos Antecipadamente	175.791,00	233.187,00
Lucros Acumulados		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.460.332,77	425.117,70
Capital Social	1.419.380,00	469.380,00
Reservas de Capital	1.675.491,34	1.675.491,34
Prejuízos Acumulados	(1.634.538,57)	(1.719.753,64)
TOTAL DO PASSIVO	12.202.297,39	13.387.222,07

Florianópolis, 31 de dezembro de 2009

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA.

 Sônia Maria Peres de Amorim
 Diretora Presidente

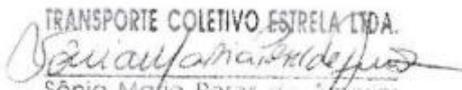

 Erves Ducati
 Contador CRC/SC 15613-0/8
 CICMF 219.293.199-91

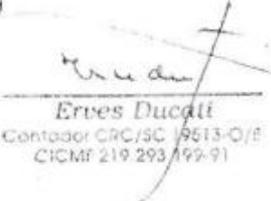


**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

	2009	2008
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	30.401.951,48	29.000.798,38
(-) Impostos Incidentes	1.753.707,91	1.691.246,23
(=) Receita Líquida dos Serviços Prestados	28.648.243,57	27.309.552,15
(-) Custos dos Serviços Prestados	26.195.637,26	26.169.916,84
(=) Lucro Bruto	2.452.606,31	1.139.635,31
DESPESAS OPERACIONAIS		
(-) Despesas Administrativas	3.107.852,32	2.432.827,15
(-) Resultado Financeiro Líquido	1.011.200,97	1.045.339,92
(-) Despesas com Vendas	-	7.571,80
(+) Outras Receitas/Despesas Operacionais	380.619,39	2.377.955,08
(+/-) Receitas e despesas não operacionais	1.440.000,00	-
(=) Total das Despesas Operacionais	2.298.433,90	1.107.783,79
(=) Lucro Antes do Imposto de Renda e Contrib Social	154.172,41	31.851,52
(-) Provisão para a Contribuição Social	4.347,73	2.111,95
(-) Provisão para o Imposto de Renda	9.937,68	4.827,31
(=) Lucro Líquido do Exercício	139.887,00	24.912,26

Florianópolis, 31 de dezembro de 2009

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA.

 Sônia Maria Peres de Amorim
 Diretora Presidente


 Erves Ducetti
 Contador CRC/SC 19613-0/E
 CICMF 219.293/99-91



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31/DEZ/07	469.380,00	1.675.491,34	(1.740.139,64)	404.731,70
Lucro Líquido do Exercício	-	-	24.912,26	24.912,26
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(4.526,26)	(4.526,26)
SALDO EM 31/DEZ/08	469.380,00	1.675.491,34	(1.719.753,64)	425.117,70
Aumento do capital social	950.000,00	-	-	950.000,00
Lucro Líquido do Exercício	-	-	139.887,00	139.887,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(54.671,93)	(54.671,93)
SALDO EM 31/DEZ/09	1.419.380,00	1.675.491,34	(1.634.538,57)	1.460.332,77

Florianópolis, 31 de dezembro de 2009

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA.

Sônia Maria Peres
Sônia Maria Peres L. P. M.
Diretora Presidente

Erves Duccelli
Erves Duccelli
Contador CRC/SC/19813-0/9
CICMF 219.296.165-71



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

NOTA 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, observando-se, as normas da Legislação Tributária.

NOTA 2 – SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Destacam-se a seguir os principais critérios contábeis adotados:

- a) A classificação dos valores nos grupos circulante e longo prazo, tanto no ativo como no passivo é feita em função do prazo de até um ano (circulante) ou mais de um ano (longo prazo);
- b) O regime de competência é observado para as receitas e despesas do exercício;
- c) As despesas pagas antecipadamente relativas ao exercício seguinte são classificadas no ativo circulante, devendo ser apropriadas, em atendimento ao princípio da competência dos exercícios;
- d) Os estoques de peças de reposição são avaliados pelo custo médio ponderado móvel;
- e) Os investimentos relevantes em sociedades coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais pelo custo de aquisição;
- f) Os elementos do ativo permanente, inclusive as depreciações, assim como as contas do patrimônio líquido, foram corrigidas monetariamente até 31/12/1995, com base nas variações da UFIR;
- g) A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, com base nas taxas admitidas para fins tributários.

NOTA 3 – INVESTIMENTOS

O grupo participações em sociedades coligadas e controladas representa a participação no Capital Social da Companhia Operadora de Terminais de Integração S/A - COTISA com 1.069.200 ações que representam 16,2% do total do capital subscrito, sendo 356.400 ON e 712.800 PN.

As participações em outras empresas referem-se ao investimento no Bradesco S/A no valor de R\$ 4,75 e na Telebrás no valor de R\$ 415,22.

Os demais investimentos representam a aplicação em incentivos fiscais, através da dedução do Imposto de Renda.



NOTA 4 - CONCESSÕES DE LINHAS RECEBIDAS

A empresa é detentora do direito de exploração de linhas urbanas e interurbanas de transporte coletivo, concedidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e DETER. A direção da empresa contratou em julho de 2000, empresa especializada para avaliar o valor destas concessões. O laudo de avaliação definiu o valor de R\$ 1.672.261,97, calculado com base no valor econômico das respectivas linhas. A empresa optou pela contabilização resultante do laudo de avaliação, sendo que este valor será amortizado a partir de julho de 2000 até março de 2016, data em que expiram os contratos de exploração das linhas.

NOTA 5 – PASSIVO EXÍGIVEL DE LONGO PRAZO

Refere-se a empréstimos para renovação da frota e capital de giro, junto ao Banco Safra S/A, no valor de R\$ 1.674.430,13 com vencimento final em 15/04/2013 e 15/07/2013; UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S/A, no valor de R\$ 935.578,20, com vencimento final em 15/12/2011 e 15/02/2012; Banco Bradesco S/A, no valor de R\$ 219.379,73, com vencimento final em 15/09/2011; e Banco Real – Santander, no valor de R\$ 578.943,73, com vencimento final em 15/05/2013.

NOTA 6 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito em 31/12/2009 é de R\$ 1.419.380,00 (hum milhão, quatrocentos e dezenove mil, trezentos e oitenta reais), totalmente integralizados, composto de 1.419.380 quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00.

NOTA 7 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os encargos com arrendamento mercantil operacional da frota no exercício somaram R\$ 98.411,88, cujo contrato estabeleceu opção de compra, são reconhecidos no resultado em função do valor de suas respectivas contraprestações. As parcelas vincendas do contrato somam R\$ 605.661,84 sendo R\$ 346.092,48 no próximo exercício e o restante em 2011, cujo vencimento ocorre em 24/set/2011.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2009.

ANEXO H – Evolução das contas de “Veículos” e “Depreciação Acumulada de Veículos” na Empresa Transporte Coletivo Estrela, referentes aos Exercícios de 2005 a 2009.

Fonte: a empresa (2010)

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA. atdc233.adr		Razão Auxiliar em UFIR's (Bens Originais)			Pag. 1	
Data		Controle do Número de UFIR's			Data de Emissão 11/11/10	
Mês	Ano Histórico	Valor em Moeda	Valor da UFIR	Acréscimos	Diminuições	Saldo
Conta Contábil.: 1.3.2.1.004 FROTA EM USD			Taxa Depr.: 20,0000			
01/05	Saldo do Mês Anterior	9.222.615,14	0,828700			11.129.015,398813
03/01	Entrada de Bens	13.731,88	0,828700	16.570,387351		11.145.585,786164
	Valor Corrigido	9.236.347,02	0,828700			11.145.585,786164
	Depreciação Acumulada	7.566.558,70	0,828700			9.130.640,151478
	Depreciação do Mês	77.940,24	0,828700	94.052,851666		
	Valor Líquido	1.669.788,32				2.014.945,634686
02/05	Saldo do Mês Anterior	9.236.347,02	0,828700			11.145.585,786164
01/02	Entrada de Bens	13.731,88	0,828700	16.570,387351		11.162.156,173515
16/02	Baixas	112.127,84	0,828700		135.305,702503	11.026.850,471012
	Valor Corrigido	9.137.951,06	0,828700			11.026.850,471012
	Baixa Depreciação	111.597,91			134.666,232778	
	Depreciação Acumulada	7.529.306,08	0,828700			9.085.687,505112
	Depreciação do Mês	74.345,29	0,828700	89.713,586412		
	Valor Líquido	1.608.644,98				1.941.162,965900
03/05	Saldo do Mês Anterior	9.137.951,06	0,828700			11.026.850,471012
04/03	Entrada de Bens	13.731,88	0,828700	16.570,387351		11.043.420,858363
	Valor Corrigido	9.151.682,94	0,828700			11.043.420,858363
	Depreciação Acumulada	7.603.744,05	0,828700			9.175.511,846392
	Depreciação do Mês	74.437,97	0,828700	89.824,341280		
	Valor Líquido	1.547.938,89				1.867.909,011971
04/05	Saldo do Mês Anterior	9.151.682,94	0,828700			11.043.420,858363
01/04	Entrada de Bens	13.731,88	0,828700	16.570,387351		11.059.991,245714
29/04		3.695,00	0,828700	4.458,790875		11.064.450,036589
	Valor Corrigido	9.169.109,82	0,828700			11.064.450,036589
	Depreciação Acumulada	7.677.685,66	0,828700			9.264.737,434039
	Depreciação do Mês	73.941,61	0,828700	89.225,587647		
	Valor Líquido	1.491.424,16				1.799.712,602550
05/05	Saldo do Mês Anterior	9.169.109,82	0,828700			11.064.450,036589
02/05	Entrada de Bens	13.731,88	0,828700	16.570,387351		11.081.020,423940
09/05		3.150,00	0,828700	3.801,134305		11.084.821,558245
17/05		948,95	0,828700	1.145,106795		11.085.966,665040
	Valor Corrigido	9.186.940,65	0,828700			11.085.966,665040
	Depreciação Acumulada	7.751.395,44	0,828700			9.353.684,429289
	Depreciação do Mês	73.709,78	0,828700	88.946,995250		
	Valor Líquido	1.435.545,21				1.732.282,235751
06/05	Saldo do Mês Anterior	9.186.940,65	0,828700			11.085.966,665040
06/06	Entrada de Bens	13.731,88	0,828700	16.570,387351		11.102.537,052391
	Valor Corrigido	9.200.672,53	0,828700			11.102.537,052391
	Depreciação Acumulada	7.823.896,27	0,828700			9.441.172,300670
	Depreciação do Mês	72.500,83	0,828700	87.487,871401		
	Valor Líquido	1.376.776,26				1.661.364,751701
07/05	Saldo do Mês Anterior	9.200.672,53	0,828700			11.102.537,052391
01/07	Entrada de Bens	13.731,88	0,828700	16.570,387351		11.119.107,439742
	Valor Corrigido	9.214.404,41	0,828700			11.119.107,439742
	Depreciação Acumulada	7.895.440,77	0,828700			9.527.505,882960
	Depreciação do Mês	71.544,50	0,828700	86.333,582270		
	Valor Líquido	1.318.963,64				1.591.601,556782
08/05	Saldo do Mês Anterior	9.214.404,41	0,828700			11.119.107,439742
01/08	Entrada de Bens	13.731,88	0,828700	16.570,387351		11.135.677,827093

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA. atdc233.adr		Razão Auxiliar em UFIR's (Bens Originais)			Pag. 2
Data		Data de Emissão 11/11/10			
Mês Ano Histórico	Valor em Moeda	Valor da UFIR	Controle do Número de UFIR's		Saldo
			Acréscimos	Diminuições	
	Valor Corrigido	9.228.136,29	0,828700		11.135.677,827093
	Depreciação Acumulada	7.966.949,21	0,828700		9.613.795,210079
	Depreciação do Mês	71.508,44	0,828700	86.289,327119	
	Valor Líquido	1.261.187,08			1.521.882,617014
09/05	Saldo do Mês Anterior	9.228.136,29	0,828700		11.135.677,827093
01/09	Entrada de Bens	13.731,88	0,828700	16.570,387351	11.152.248,214444
	Valor Corrigido	9.241.868,17	0,828700		11.152.248,214444
	Depreciação Acumulada	8.038.614,90	0,828700		9.700.274,484455
	Depreciação do Mês	71.665,69	0,828700	86.479,274376	
	Valor Líquido	1.203.253,27			1.451.973,729989
10/05	Saldo do Mês Anterior	9.241.868,17	0,828700		11.152.248,214444
03/10	Entrada de Bens	13.731,88	0,828700	16.570,387351	11.168.818,601795
10/10	Baixas	267.818,62	0,828700	323.179,223887	10.845.639,377908
	Valor Corrigido	8.987.781,43	0,828700		10.845.639,377908
	Baixa Depreciação	266.382,52		321.446,563889	
	Depreciação Acumulada	7.844.013,30	0,828700		9.465.446,246596
	Depreciação do Mês	71.780,92	0,828700	86.618,326030	
	Valor Líquido	1.143.768,13			1.380.193,131312
11/05	Saldo do Mês Anterior	8.987.781,43	0,828700		10.845.639,377908
01/11	Entrada de Bens	13.731,88	0,828700	16.570,387351	10.862.209,765259
	Valor Corrigido	9.001.513,31	0,828700		10.862.209,765259
	Depreciação Acumulada	7.915.945,61	0,828700		9.552.247,162902
	Depreciação do Mês	71.932,31	0,828700	86.800,916306	
	Valor Líquido	1.085.567,70			1.309.962,602357
12/05	Saldo do Mês Anterior	9.001.513,31	0,828700		10.862.209,765259
01/12	Entrada de Bens	13.731,88	0,828700	16.570,387351	10.878.780,152610
	Valor Corrigido	9.015.245,19	0,828700		10.878.780,152610
	Depreciação Acumulada	7.988.095,67	0,828700		9.639.311,043419
	Depreciação do Mês	72.150,06	0,828700	87.063,880517	
	Valor Líquido	1.027.149,52			1.239.469,109191
01/06	Saldo do Mês Anterior	9.015.245,19	0,828700		10.878.780,152610
02/01	Entrada de Bens	13.731,88	0,828700	16.570,387351	10.895.350,539961
	Valor Corrigido	9.028.977,07	0,828700		10.895.350,539961
	Depreciação Acumulada	8.060.014,61	0,828700		9.726.096,080187
	Depreciação do Mês	71.918,94	0,828700	86.785,036768	
	Valor Líquido	968.962,46			1.169.254,459774
02/06	Saldo do Mês Anterior	9.028.977,07	0,828700		10.895.350,539961
01/02	Entrada de Bens	13.669,71	0,828700	16.495,366233	10.911.845,906194
	Valor Corrigido	9.042.646,78	0,828700		10.911.845,906194
	Depreciação Acumulada	8.119.490,88	0,828700		9.797.868,807536
	Depreciação do Mês	59.476,27	0,828700	71.772,727349	
	Valor Líquido	923.155,90			1.113.977,098658
03/06	Saldo do Mês Anterior	9.042.646,78	0,828700		10.911.845,906194
01/03	Entrada de Bens	13.669,71	0,828700	16.495,366233	10.928.341,272427
31/03		1.114.661,00	0,828700	1.345.071,799202	12.273.413,071629
	Valor Corrigido	10.170.977,49	0,828700		12.273.413,071629
	Depreciação Acumulada	8.175.466,03	0,828700		9.865.410,367456
	Depreciação do Mês	55.975,15	0,828700	67.541,559920	
	Valor Líquido	1.995.511,46			2.408.002,704173

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA.
atdc233.adr

Razão Auxiliar em UFIR's (Bens Originais)

Pag. 3

Data de Emissão 11/11/10

Mês Ano Histórico	Valor em Moeda	Valor da UFIR	Controle do Número de UFIR's		Saldo
			Acréscimos	Diminuições	
04/06 Saldo do Mês Anterior	10.170.977,49	0,828700			12.273.413,071629
03/04 Entrada de Bens	13.669,71	0,828700	16.495,366233		12.289.908,437862
Valor Corrigido	10.184.647,20	0,828700			12.289.908,437862
Depreciação Acumulada	8.224.486,69	0,828700			9.924.561,970574
Depreciação do Mês	49.020,66	0,828700	59.151,603118		
Valor Líquido	1.960.160,51				2.365.346,467288
05/06 Saldo do Mês Anterior	10.184.647,20	0,828700			12.289.908,437862
02/05 Entrada de Bens	13.610,68	0,828700	16.424,134186		12.306.332,572048
31/05	925.000,00	0,828700	1.116.206,105950		13.422.538,677998
Valor Corrigido	11.123.257,88	0,828700			13.422.538,677998
Depreciação Acumulada	8.270.920,05	0,828700			9.980.592,853278
Depreciação do Mês	46.433,36	0,828700	56.030,882704		
Valor Líquido	2.852.337,83				3.441.945,824720
06/06 Saldo do Mês Anterior	11.123.257,88	0,828700			13.422.538,677998
01/06 Entrada de Bens	13.610,68	0,828700	16.424,134186		13.438.962,812184
12/06 Baixas	56.645,33	0,828700		68.354,446714	13.370.608,365470
16/06	82.202,02	0,828700		99.193,946373	13.271.414,419097
Valor Corrigido	10.998.021,21	0,828700			13.271.414,419097
Baixa Depreciação	138.847,35			167.548,393087	
Depreciação Acumulada	8.211.347,81	0,828700			9.908.702,763048
Depreciação do Mês	79.275,11	0,828700	95.658,302857		
Valor Líquido	2.786.673,40				3.362.711,656049
07/06 Saldo do Mês Anterior	10.998.021,21	0,828700			13.271.414,419097
03/07 Entrada de Bens	13.610,68	0,828700	16.424,134186		13.287.838,553283
Valor Corrigido	11.011.631,89	0,828700			13.287.838,553283
Depreciação Acumulada	8.290.071,91	0,828700			10.003.699,896732
Depreciação do Mês	78.724,10	0,828700	94.997,133684		
Valor Líquido	2.721.559,98				3.294.138,656551
08/06 Saldo do Mês Anterior	11.011.631,89	0,828700			13.287.838,553283
01/08 Entrada de Bens	13.574,46	0,828700	16.380,427172		13.304.218,980455
Valor Corrigido	11.025.206,35	0,828700			13.304.218,980455
Depreciação Acumulada	8.368.870,74	0,828700			10.098.786,936488
Depreciação do Mês	78.798,83	0,828700	95.087,039756		
Valor Líquido	2.656.335,61				3.205.432,043967
09/06 Saldo do Mês Anterior	11.025.206,35	0,828700			13.304.218,980455
01/09 Entrada de Bens	13.574,46	0,828700	16.380,427172		13.320.599,407627
30/09	393.003,28	0,828700		474.240,681327	12.846.358,726300
Valor Corrigido	10.645.777,53	0,828700			12.846.358,726300
Baixa Depreciação	393.003,28			474.240,681327	
Depreciação Acumulada	8.055.455,94	0,828700			9.720.585,916002
Depreciação do Mês	79.588,48	0,828700	96.039,660841		
Valor Líquido	2.590.321,59				3.125.772,810298
10/06 Saldo do Mês Anterior	10.645.777,53	0,828700			12.846.358,726300
02/10 Entrada de Bens	13.574,46	0,828700	16.380,427172		12.862.739,153472
Valor Corrigido	10.659.351,99	0,828700			12.862.739,153472
Depreciação Acumulada	8.134.122,15	0,828700			9.815.512,891227
Depreciação do Mês	78.666,21	0,828700	94.926,975225		
Valor Líquido	2.525.229,84				3.047.226,262245
11/06 Saldo do Mês Anterior	10.659.351,99	0,828700			12.862.739,153472
01/11 Entrada de Bens	13.547,37	0,828700	16.347,737419		12.879.086,890891

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA.
atdc233.adr

Razão Auxiliar em UFIR's (Bens Originais)

Pag. 4

Data de Emissão 11/11/10

Data Mês Ano Histórico	Valor em Moeda	Valor da UFIR	Controle do Número de UFIR's		Saldo
			Acréscimos	Diminuições	
Valor Corrigido	10.672.899,36	0,828700			12.879.086,890891
Depreciação Acumulada	8.212.968,23	0,828700			9.910.656,907377
Depreciação do Mês	78.846,08	0,828700	95.144,016150		
Valor Líquido	2.459.931,13				2.968.429,983514
12/06 Saldo do Mês Anterior	9.816.899,36	0,828700			11.846.143,726899
01/12 Entrada de Bens	13.547,37	0,828700	16.347,737419		11.862.491,464318
30/12	1.094.981,50	0,828700	1.321.324,363461		13.183.815,827779
Valor Corrigido	10.925.428,23	0,828700			13.183.815,827779
Depreciação Acumulada	8.292.066,98	0,828700			10.006.105,800237
Depreciação do Mês	79.098,75	0,828700	95.448,892860		
Valor Líquido	2.653.361,25				3.177.710,027542
01/07 Saldo do Mês Anterior	11.781.428,23	0,828700			14.216.758,991771
02/01 Entrada de Bens	13.547,37	0,828700	16.347,737419		14.233.106,729190
31/01	790.000,00	0,828700	953.300,349950		15.186.407,079140
Valor Corrigido	12.584.975,60	0,828700			15.186.407,079140
Depreciação Acumulada	8.389.456,55	0,828700			10.123.626,369303
Depreciação do Mês	97.389,57	0,828700	117.520,569066		
Valor Líquido	4.195.519,05				5.062.780,709837
02/07 Saldo do Mês Anterior	12.584.975,60	0,828700			15.186.407,079140
01/02 Entrada de Bens	13.537,80	0,828700	16.336,189214		15.202.743,268354
12/02 Baixas	30.763,00	0,828700		37.121,998312	15.165.621,270042
28/02	167.010,12	0,828700		201.532,656249	14.964.088,613793
Valor Corrigido	12.400.740,28	0,828700			14.964.088,613793
Baixa Depreciação	197.773,12			238.654,654561	
Depreciação Acumulada	8.302.547,09	0,828700			10.018.751,619894
Depreciação do Mês	110.863,66	0,828700	133.779,905152		
Valor Líquido	4.098.193,19				4.945.336,993899
03/07 Saldo do Mês Anterior	12.400.740,28	0,828700			14.964.088,613793
01/03 Entrada de Bens	13.537,81	0,828700	16.336,201281		14.980.424,815074
21/03 Baixas	173.145,08	0,828700		208.935,769559	14.771.489,045515
Valor Corrigido	12.241.133,01	0,828700			14.771.489,045515
Baixa Depreciação	173.145,08			208.935,769559	
Depreciação Acumulada	8.240.465,34	0,828700			9.943.836,658452
Depreciação do Mês	111.063,33	0,828700	134.020,808117		
Valor Líquido	4.000.667,67				4.827.652,387063
01/07 Saldo do Mês Anterior	12.241.133,01	0,828700			14.771.489,045515
02/04 Entrada de Bens	13.537,81	0,828700	16.336,201281		14.787.825,246796
03/04 Baixas	83.178,92	0,828700		100.372,771953	14.687.452,474843
04/04	171.074,81	0,828700		206.437,555489	14.481.014,919354
13/04	78.364,66	0,828700		94.563,361962	14.386.451,557392
Valor Corrigido	11.922.052,43	0,828700			14.386.451,557392
Baixa Depreciação	332.618,39			401.373,689404	
Depreciação Acumulada	8.019.128,38	0,828700			9.676.746,971537
Depreciação do Mês	111.281,43	0,828700	134.284,002489		
Valor Líquido	3.902.924,05				4.709.704,585855
05/07 Saldo do Mês Anterior	11.922.052,43	0,828700			14.386.451,557392
02/05 Entrada de Bens	13.537,80	0,828700	16.336,189214		14.402.787,746606
Valor Corrigido	11.935.590,23	0,828700			14.402.787,746606
Depreciação Acumulada	8.130.632,30	0,828700			9.811.301,833420
Depreciação do Mês	111.503,92	0,828700	134.554,861883		
Valor Líquido	3.804.957,93				4.591.485,913186

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA. atdc233.adr		Razão Auxiliar em UFIR's (Bens Originais)			Pag. 5
Data		Controle do Número de UFIR's			Data de Emissão 11/11/10
Mês Ano Histórico	Valor em Moeda	Valor da UFIR	Acréscimos	Diminuições	Saldo
06/07	Saldo do Mês Anterior	11.935.590,23	0,828700		14.402.787,746606
01/06	Entrada de Bens	7.637,57	0,828700	9.216,326778	14.412.004,073384
	Valor Corrigido	11.943.227,80	0,828700		14.412.004,073384
	Depreciação Acumulada	8.220.808,64	0,828700		9.920.120,578625
	Depreciação do Mês	90.176,34	0,828700	108.818,745205	
	Valor Líquido	3.722.419,16			4.491.883,494759
07/07	Saldo do Mês Anterior	11.943.227,80	0,828700		14.412.004,073384
	Valor Corrigido	11.943.227,80	0,828700		14.412.004,073384
	Depreciação Acumulada	8.301.706,67	0,828700		10.017.740,662316
	Depreciação do Mês	80.898,03	0,828700	97.620,083691	
	Valor Líquido	3.641.521,13			4.394.263,411088
08/07	Saldo do Mês Anterior	11.943.227,80	0,828700		14.412.004,073384
	Valor Corrigido	11.943.227,80	0,828700		14.412.004,073384
	Depreciação Acumulada	8.382.599,93	0,828700		10.115.355,231457
	Depreciação do Mês	80.893,26	0,828700	97.614,569141	
	Valor Líquido	3.560.627,87			4.296.648,841927
09/07	Saldo do Mês Anterior	11.943.227,80	0,828700		14.412.004,073384
30/09	Baixas	1.478.587,00	0,828700	1.781.224,689270	12.627.779,384114
	Valor Corrigido	10.464.640,80	0,828700		12.627.779,384114
	Baixa Depreciação	1.473.632,71		1.778.246,299093	
	Depreciação Acumulada	6.988.853,62	0,828700		8.433.501,501965
	Depreciação do Mês	79.886,40	0,828700	96.392,569601	
	Valor Líquido	3.475.787,18			4.194.277,882149
10/07	Saldo do Mês Anterior	10.464.640,80	0,828700		12.627.779,384114
02/10	Entrada de Bens	139.800,00	0,828700	168.697,960661	12.796.477,344775
09/10		610.000,00	0,828700	736.092,675275	13.532.570,020050
24/10		20.640,05	0,828700	24.906,540367	13.557.476,560417
	Valor Corrigido	11.235.080,85	0,828700		13.557.476,560417
	Depreciação Acumulada	7.069.289,44	0,828700		8.530.563,805299
	Depreciação do Mês	80.435,82	0,828700	97.062,303334	
	Valor Líquido	4.165.791,41			5.026.912,755118
11/07	Saldo do Mês Anterior	11.235.080,85	0,828700		13.557.476,560417
02/11	Entrada de Bens	857.600,00	0,828700	1.034.873,898878	14.592.350,459295
26/11		20.640,05	0,828700	24.906,540367	14.617.256,999662
	Valor Corrigido	12.113.320,90	0,828700		14.617.256,999662
	Depreciação Acumulada	7.164.455,99	0,828700		8.645.401,828566
	Depreciação do Mês	95.166,55	0,828700	114.838,023267	
	Valor Líquido	4.948.864,91			5.971.855,171096
12/07	Saldo do Mês Anterior	12.113.320,90	0,828700		14.617.256,999662
14/12	Entrada de Bens	410.000,00	0,828700	494.750,814530	15.112.007,814192
24/12		20.640,05	0,828700	24.906,540367	15.136.914,354559
30/12		11.208,00	0,828700	13.524,797876	15.150.439,152435
	Valor Corrigido	12.555.168,95	0,828700		15.150.439,152435
	Depreciação Acumulada	7.270.357,48	0,828700		8.773.193,762234
	Depreciação do Mês	105.901,49	0,828700	127.791,933668	
	Valor Líquido	5.284.811,47			6.377.245,390201
Total					
	Entrada de Bens	6.426.474,49			
	Deprec. do Período	2.868.739,38		3.461.718,746120	
TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA. atdc233.adr		Razão Auxiliar em UFIR's (Bens Originais)			Pag. 6
Data		Controle do Número de UFIR's			Data de Emissão 11/11/10
Mês Ano Histórico	Valor em Moeda	Valor da UFIR	Acréscimos	Diminuições	Saldo
	Baixas de Bens	3.093.920,68		3.733.462,803598	
	Baixa Depreciação	3.087.000,36		3.725.112,283698	

RAZÃO							Página: 1	Livro: 1
Período De: 01/01/2007 Até: 31/12/2009								
0001 Transporte Coletivo Estrela Ltda								
0001 Transporte Coletivo Estrela Ltda								
CNPJ: 83.050.781/0001-56								
Data	Histórico	Contrap.	Lote	Lançamento	Débito	Crédito	Saldo	
Conta: 900 - 1.3.2.1.004 - Frota Em Uso						SALDO ANTERIOR:	0,00	
31/12/2007	Implantação de saldo inicial para exercicio 2008		48	1207/000278	12.638.368,95		12.638.368,95D	
				TOTAL DO MÊS:	12.638.368,95	0,00		
02/01/2008	VLR. LANÇADO INDEVIDO EM 02/11/2007 REF. NF. 172337/172349/350/353 DE MARCOPOLO SA, REF. AQUISICAO CARROS 4337/4335/4336/4334	7.083	49	0108/021423		83.200,00	12.555.168,95D	
24/01/2008	PG. LEASING 01/2008 FINASA P. 4 CONT. 36.6.672490-2 CARROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		49	0108/020022	20.640,05		12.575.809,00D	
				TOTAL DO MÊS:	20.640,05	83.200,00		
25/02/2008	PG. LEASING 02/2008 FINASA PARC. 5 CONT. 36.6.672490-2 CARROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		50	0208/011798	20.640,05		12.596.449,05D	
				TOTAL DO MÊS:	20.640,05	0,00		
24/03/2008	PG. LEASING 03/2008 FINASA PARC. 06 CONT. 36.6.672490-2 CARROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		51	0308/007696	20.640,05		12.617.089,10D	
29/03/2008	VLR. BAIXA PELA VENDA PIEXPRESSO PRES. GETULIO REF. CARROS 1171 - LWR 2179 / 1175 - LWR 2189 E 1176 - LWR 2149 CFE. CONTRATO	1.063	51	0308/009274		246.606,06	12.370.483,04D	
31/03/2008	VLR. BAIXA PELA VENDA PIEXPRESSO PRES. GETULIO REF. CARROS 1171 - LWR 2179 / 1175 - LWR 2189 E 1176 - LWR 2149 CFE. CONTRATO	1.063	51	0308/009275		77.894,66	12.292.588,38D	
				TOTAL DO MÊS:	20.640,05	324.500,72		
09/04/2008	VLR. BAIXA BENS E DEPREC. ACUMULADA REF. VENDA DE ONIBUS MERCEDES BENZ ANO/MOD. 95, CARROS 4383 PLACA LZ0 2190 E CARRO 4384 PLACA LZ0 2180 PARA BRASIL BONITO TRANSPORTES LTDA.	1.063	52	0408/009273		75.044,66	12.217.543,72D	
24/04/2008	PG. LEASING 04/2008 FINASA PARC. 07 CONT. 36.6.672490-2 CARROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		52	0408/008065	20.640,05		12.238.183,77D	
				TOTAL DO MÊS:	20.640,05	75.044,66		
07/05/2008	NF. 181599 MARCOPOLO S/A REF.MICRO ONIBUS COMPLETO VOLARE W9		53	0508/014203	142.500,00		12.380.683,77D	
07/05/2008	NF. 181350 MARCOPOLO S/A REF.MICRO ONIBUS EXECUTIVO COMPLETO VOLARE W9		53	0508/014204	162.000,00		12.542.683,77D	
07/05/2008	NF. 181351 MARCOPOLO S/A REF.MICRO ONIBUS EXECUTIVO COMPLETO VOLARE W9		53	0508/014206	162.000,00		12.704.683,77D	
07/05/2008	NF. 181600 MARCOPOLO S/A REF.MICRO ONIBUS COMPLETO VOLARE W9		53	0508/014207	142.500,00		12.847.183,77D	
07/05/2008	NF. 181601 MARCOPOLO S/A REF.MICRO ONIBUS COMPLETO VOLARE W9		53	0508/014208	142.500,00		12.989.683,77D	
26/05/2008	PG. LEASING 05/2008 FINASA PARC. 09 CONT. 36.6.672490-2 CARROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		53	0508/013269	20.640,05		13.010.323,82D	
31/05/2008	NF. 213607 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014112	119.000,00		13.129.323,82D	
31/05/2008	NF. 213606 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014113	119.000,00		13.248.323,82D	
31/05/2008	NF. 213605 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014114	119.000,00		13.367.323,82D	
31/05/2008	NF. 213604 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014115	119.000,00		13.486.323,82D	
31/05/2008	NF. 213603 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014116	119.000,00		13.605.323,82D	
31/05/2008	NF. 213602 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014117	119.000,00		13.724.323,82D	
31/05/2008	NF. 213601 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014118	119.000,00		13.843.323,82D	
31/05/2008	NF. 213600 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014119	119.000,00		13.962.323,82D	
31/05/2008	NF. 213599 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014120	119.000,00		14.081.323,82D	
31/05/2008	NF. 213598 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014121	119.000,00		14.200.323,82D	
31/05/2008	NF. 213597 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014122	119.000,00		14.319.323,82D	
31/05/2008	NF. 213596 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014123	119.000,00		14.438.323,82D	
31/05/2008	NF. 213595 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014124	119.000,00		14.557.323,82D	

RAZÃO

Período De: 01/01/2007 Até: 31/12/2009

Página: 2

Livro: 1

0001 Transporte Coletivo Estrela Ltda

0001 Transporte Coletivo Estrela Ltda

CNPJ: 83.050.781/0001-56

Data	Histórico	Contrap.	Lote	Lançamento	Débito	Crédito	Saldo
31/05/2008	NF. 213594 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014125	119.000,00		14.676.323,82D
31/05/2008	NF. 213593 MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA. REF. ONIBUS MERCEDES BENZ		53	0508/014126	119.000,00		14.795.323,82D
			TOTAL DO MÊS:		2.557.140,05	0,00	
23/06/2008	VLR. BAIXA REF. VENDA CARRO 1135, ONIBUS PLACA LYC 1328 PARA BRASIL BONITO TRANSP. TURISTICOS		41	0608/004349		50.724,47	14.744.599,35D
24/06/2008	PG. LEASING 06/2008 FINASA PARC. 09 CONT. 36.6.672490-2 CARRROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		41	0608/003139	20.640,05		14.765.239,40D
			TOTAL DO MÊS:		20.640,05	50.724,47	
24/07/2008	PG. LEASING 07/2008 FINASA PARC. 10 CONT. 36.6.672490-2 CARRROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		55	0708/006775	20.640,05		14.785.879,45D
31/07/2008	NF. 27414 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 CARRO 2004		55	0708/006069	88.000,00		14.873.879,45D
31/07/2008	NF. 27416 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 CARRO 2003		55	0708/006070	88.000,00		14.961.879,45D
31/07/2008	NF. 27415 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 CARRO 2002		55	0708/006071	88.000,00		15.049.879,45D
31/07/2008	NF. 27422 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 CARRO 2001		55	0708/006072	88.000,00		15.137.879,45D
31/07/2008	NF. 27421 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 CARRO 1191		55	0708/006073	87.000,00		15.224.879,45D
31/07/2008	NF. 27420 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 CARRO 1190		55	0708/006074	87.000,00		15.311.879,45D
31/07/2008	NF. 27419 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 CARRO 1189		55	0708/006075	87.000,00		15.398.879,45D
31/07/2008	NF. 27418 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 CARRO 1188		55	0708/006076	87.000,00		15.485.879,45D
31/07/2008	NF. 27417 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 CARRO 1187		55	0708/006077	87.000,00		15.572.879,45D
31/07/2008	NF. 27413 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 CARRO 4402		55	0708/006078	84.000,00		15.656.879,45D
31/07/2008	NF. 27412 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 CARRO 4403		55	0708/006079	84.000,00		15.740.879,45D
31/07/2008	NF. 27411 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 CARRO 4404		55	0708/006080	84.000,00		15.824.879,45D
31/07/2008	NF. 27410 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 CARRO 4405		55	0708/006081	84.000,00		15.908.879,45D
31/07/2008	NF. 184319 MARCOPOLO SA		55	0708/006287	162.000,00		16.070.879,45D
31/07/2008	NF. 184442 MARCOPOLO SA		55	0708/006288	162.000,00		16.232.879,45D
31/07/2008	NF. 27478 CIFERAL IND. ONIBUS LTDA REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6 ANO/MOD.2008 CARRO 2005		55	0708/007297	88.000,00		16.320.879,45D
31/07/2008	NF. 27484 CIFERAL IND. ONIBUS REF. CARROCERIA PIONIBUS MOD. TORINO G6		55	0708/007298	87.000,00		16.407.879,45D
			TOTAL DO MÊS:		1.642.640,05	0,00	
25/08/2008	PG. LEASING 08/08 FINASA PARC. 11 CONT. 36.6.672490-2 CARRROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		56	0808/005802	20.640,05		16.428.519,50D
			TOTAL DO MÊS:		20.640,05	0,00	
24/09/2008	PG. LEASING 09/2008 FINASA REF. CONTR.000136.6.672490-2 P.12 CARRROS 4313/14/15/16/17/18/19/2		44	0908/002786	20.640,05		16.449.159,55D
			TOTAL DO MÊS:		20.640,05	0,00	
24/10/2008	PG. LEASING 10/2008 FINASA REF. CONTR.000136.6.672490-2 P.13 CARRROS 4313/14/15/16/17/18/19/2		58	1008/007786	20.640,05		16.469.799,60D
			TOTAL DO MÊS:		20.640,05	0,00	
24/11/2008	PG. LEASING 11/2008 FINASA PARC. 14 CONT. 36.6.672490-2 CARRROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		59	1108/008564	20.640,05		16.490.439,65D
			TOTAL DO MÊS:		20.640,05	0,00	
24/12/2008	PG. LEASING 12/08 FINASA PARC. 15 CONT. 36.6.672490-2 CARRROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		79	1208/016952	20.640,05		16.511.079,70D
			TOTAL DO MÊS:		20.640,05	0,00	
26/01/2009	PG. LEASING 01/09 FINASA PARC. 16 CONT. 36.6.672490-2 CARRROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		62	0109/004579	20.640,05		16.531.719,75D
			TOTAL DO MÊS:		20.640,05	0,00	
25/02/2009	PG. LEASING 02/09 FINASA PARC. 17 CONT. 36.6.672490-2 CARRROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		63	0209/000894	20.640,05		16.552.359,80D
			TOTAL DO MÊS:		20.640,05	0,00	

		RAZÃO				Página: 3	Livro: 1
		Período De: 01/01/2007 Até: 31/12/2009					
0001 Transporte Coletivo Estrela Ltda							
0001 Transporte Coletivo Estrela Ltda							
CNPJ: 83.050.781/0001-56							
Data	Histórico	Contrap.	Lote Lançamento	Débito	Crédito	Saldo	
			TOTAL DO MÊS:	20.640,05	0,00		
24/03/2009	PG. LEASING 03/09 FINASA PARC. 18 CONT. 36.6.672490-2 CARROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		65 0309/001021	20.640,05		16.572.999,85D	
			TOTAL DO MÊS:	20.640,05	0,00		
24/04/2009	PG. LEASING 04/09 FINASA PARC. 19 CONT. 36.6.672490-2 CARROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		66 0409/001007	20.640,05		16.593.639,90D	
			TOTAL DO MÊS:	20.640,05	0,00		
25/05/2009	PG. LEASING 05/09 FINASA PARC. 20 CONT. 36.6.672490-2 CARROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		67 0509/000922	20.640,05		16.614.279,95D	
			TOTAL DO MÊS:	20.640,05	0,00		
24/06/2009	PG. LEASING 06/09 FINASA PARC.21 CONT. 36.6.672490-2 CARROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		68 0609/000446	20.640,05		16.634.920,00D	
			TOTAL DO MÊS:	20.640,05	0,00		
24/07/2009	PG. LEASING 07/09 FINASA PARC.22 CONT. 36.6.672490-2 CARROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		69 0709/001001	20.640,05		16.655.560,05D	
			TOTAL DO MÊS:	20.640,05	0,00		
24/08/2009	PG. LEASING 08/set FINASA PARC.23 CONT. 36.6.672490-2 CARROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		70 0809/000398	20.640,05		16.676.200,10D	
			TOTAL DO MÊS:	20.640,05	0,00		
24/09/2009	PG. LEASING PG. LEASING 08/set FINASA PARC.24 CONT. 36.6.672490-2 CARROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		72 0909/000473	20.640,05		16.696.840,15D	
			TOTAL DO MÊS:	20.640,05	0,00		
26/10/2009	PG. LEASING LIASING FINASA PARC.25 CONTRATO 366672409-72 CARROS 4313/4314/4315/4316/4317/4318/4319/4320		88 1009/000479	20.640,05		16.717.480,20D	
			TOTAL DO MÊS:	20.640,05	0,00		
24/11/2009	PG. LEASING FINASA PARCELA 26 CONTRATO 36.6.672490-2 CARROS-4313/14/15/16/17/18/19/20		111 1109/001082	20.640,05		16.738.120,25D	
			TOTAL DO MÊS:	20.640,05	0,00		
23/12/2009	PG. LEASING FINASA PARCELA 27 CONTRATO 36.6.672490-2 CARROS 4313/14/15/16/17/18/19/20		117 1209/001240	20.640,05		16.758.760,30D	
			TOTAL DO MÊS:	20.640,05	0,00		
			TOTAL DA CONTA :	17.292.230,15	533.469,85	16.758.760,30D	
	Conta: 1063 - 1.3.2.2.002 - (-) Deprec.Acum.Da Frota Em Uso					SALDO ANTERIOR: 0,00	
31/12/2007	Implantação de saldo inicial para exercicio 2008		48 1207/000295		7.273.084,56	7.273.084,56C	
			TOTAL DO MÊS:	0,00	7.273.084,56		
02/01/2008	VLR. AJUSTE REF. LANÇAMENTO INDEVIDO REF. DEPRECIÁOES DOS CARROS 4337/4335/4336/4334 LANÇADOS EM 02/11/2007, REF. 11/07 E 12/2007	6.994	49 0108/021424	2.727,08		7.270.357,48C	
31/01/2008	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 01/2008		49 0108/021152		113.549,24	7.383.906,72C	
			TOTAL DO MÊS:	2.727,08	113.549,24		
29/02/2008	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 02/2008		50 0208/013010		113.863,72	7.497.770,44C	
			TOTAL DO MÊS:	0,00	113.863,72		
29/03/2008	VLR. BAIXA PELA VENDA PIEXPRESSO PRES. GETULIO REF. CARROS 1171 - LWR 2179 / 1175 - LWR 2189 E 1176 - LWR 2149 CFE CONTRATO	900	51 0308/009274	246.606,06		7.251.164,38C	
31/03/2008	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 03/2008		51 0308/008316		114.237,24	7.365.401,62C	
31/03/2008	VLR. BAIXA PELA VENDA PIEXPRESSO PRES. GETULIO REF. CARROS 1171 - LWR 2179 / 1175 - LWR 2189 E 1176 - LWR 2149 CFE CONTRATO	900	51 0308/009275	77.894,66		7.287.506,96C	
			TOTAL DO MÊS:	324.500,72	114.237,24		
09/04/2008	VLR. BAIXA BENS E DEPREC. ACUMULADA REF. VENDA DE ONIBUS MERCEDES BENZ ANO/MOD. 95, CARROS 4383 PLACA LZ0 2190 E CARRO 4384 PLACA LZ0 2180 PARA BRASIL BONITO TRANSPORTES LTDA.	900	52 0408/009273	75.044,66		7.212.462,30C	
30/04/2008	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 04/2008		52 0408/009241		114.572,68	7.327.034,98C	
			TOTAL DO MÊS:	75.044,66	114.572,68		
31/05/2008	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 05/2008		53 0508/014080		125.003,80	7.452.038,78C	
			TOTAL DO MÊS:	0,00	125.003,80		
23/06/2008	VLR. BAIXA DEPREC. ACUM. REF. VENDA CARRO 1135, ONIBUS PLACA LYC 1328 PARA BRASIL BONITO TRANSP. TURISTICOS		41 0608/004348	50.724,47		7.401.314,31C	
30/06/2008	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 06/2008		41 0608/004313		126.905,66	7.528.219,97C	
			TOTAL DO MÊS:	50.724,47	126.905,66		
31/07/2008	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 07/2008		55 0708/007037		141.066,22	7.669.286,19C	

RAZÃO						
0001 Transporte Coletivo Estrela Ltda		Período De: 01/01/2007 Até: 31/12/2009			Página: 4	Livro: 1
0001 Transporte Coletivo Estrela Ltda						
CNPJ: 83.050.781/0001-56						
Data	Histórico	Contrap.	Lote Lançamento	Débito	Crédito	Saldo
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	141.066,22	
31/08/2008	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 08/08		56 0808/006652		160.042,15	7.829.328,34C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	160.042,15	
30/09/2008	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 09/2008		44 0908/004623		161.109,82	7.990.438,16C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	161.109,82	
31/10/2008	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 10/2008		58 1008/009551		182.374,62	8.172.812,78C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	182.374,62	
30/11/2008	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 11/2008		59 1108/008955		182.710,06	8.355.522,84C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	182.710,06	
31/12/2008	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 12/08		79 1208/017101		182.962,56	8.538.485,40C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	182.962,56	
31/01/2009	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 01/09		62 0109/006348		183.283,08	8.721.768,48C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	183.283,08	
28/02/2009	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 02/09		63 0209/002081		183.609,64	8.905.378,12C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	183.609,64	
31/03/2009	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 03/09		65 0309/002301		183.993,32	9.089.371,44C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	183.993,32	
30/04/2009	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 04/2009		66 0409/002239		184.328,76	9.273.700,20C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	184.328,76	
31/05/2009	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 05/2009		67 0509/002184		184.670,20	9.458.370,40C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	184.670,20	
30/06/2009	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 06/2009		68 0609/002108		183.775,78	9.642.146,18C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	183.775,78	
31/07/2009	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 07/2009		69 0709/002154		182.616,97	9.824.763,15C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	182.616,97	
31/08/2009	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 08/2009		70 0809/002067		182.960,97	10.007.724,12C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	182.960,97	
30/09/2009	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 09/2009		73 0909/002364		183.291,49	10.191.015,61C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	183.291,49	
31/10/2009	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 10/2009		75 1009/002398		183.507,30	10.374.522,91C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	183.507,30	
30/11/2009	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 11/2009		115 1109/002392		183.842,74	10.558.365,65C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	183.842,74	
31/12/2009	VLR.DEPRECIACAO/AMORTIZACAO REL. 12/2009		116 1209/002431		184.206,34	10.742.571,99C
		TOTAL	DO MÊS:	0,00	184.206,34	
		TOTAL DA CONTA:		452.996,93	11.195.568,92	10.742.571,99C

ANEXO I – Frota de ônibus da empresa Transporte Coletivo Estrela.

Fonte: a empresa (2010)

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA

Data de Emissão: 21/09/2010

RELAÇÃO DE ÔNIBUS DA EMPRESA

Prefixo	Placas	Marca Chassis	Nº Chassis	Marca Carroceria	Fabr.	Compr.	Pass. sent.	Renavam	Operação	Início	Idade	Tipo de linha	Alienado/ instituição
1	4301	MAO 1951	M.BENZ 1721	98ME384073WB183456	MARCOPOLO TORINO G.VU	98 99	12 80	45	713734973	1/1/1999	11,73	MUN-FFOLIS	
2	4302	MAO 1281	M.BENZ 1721	98ME384073WB183468	MARCOPOLO TORINO G.VU	98 99	12 80	45	71373581	1/1/1999	11,73	MUN-FFOLIS	Dado em Aço
3	4303	MAO 1141	M.BENZ 1721	98ME384073WB183452	MARCOPOLO TORINO G.VU	98 99	12 80	45	713735600	1/1/1999	11,73	MUN-FFOLIS	
4	4304	MAO 1421	M.BENZ 1721	98ME384073WB183464	MARCOPOLO TORINO G.VU	98 99	12 80	45	713739037	1/1/1999	11,73	MUN-FFOLIS	
5	4305	MAO 1341	M.BENZ 1721	98ME384073WB184068	MARCOPOLO TORINO G.VU	98 99	12 80	45	713739215	1/1/1999	11,73	MUN-FFOLIS	
6	4306	MAO 1431	M.BENZ 1721	98ME384073WB183465	MARCOPOLO TORINO G.VU	98 99	12 80	45	713738812	1/1/1999	11,73	MUN-FFOLIS	
7	4307	MAO 139F	M.BENZ 1721	98ME384073WB183467	MARCOPOLO TORINO G.VU	98 99	12 80	45	713738014	1/1/1999	11,73	MUN-FFOLIS	
8	4308	MAO 1341	M.BENZ 1721	98ME384073WB183461	MARCOPOLO TORINO G.VU	98 99	12 80	45	713730102	1/1/1999	11,73	MUN-FFOLIS	
9	4309	MAO 0871	M.BENZ 1721	98ME384073WB183460	MARCOPOLO TORINO G.VU	98 99	12 80	45	713731389	1/1/1999	11,73	MUN-FFOLIS	
10	4310	MAO 0881	M.BENZ 1721	98ME384073WB183460	MARCOPOLO TORINO G.VU	98 99	12 80	45	708383941	1/1/2001	9,73	MUN-FFOLIS	
11	4311	MBT 7746	VOLKSWAGEN CO 17210	98WRF923W5282300012	MARCOPOLO VIALE	01 02	13 10	48	76770374	1/1/2001	9,73	MUN-FFOLIS	
12	4312	MBT 7756	VOLKSWAGEN CO 17210	98WRF923W6282300004	MARCOPOLO VIALE	01 02	13 10	48	76770374	1/1/2001	9,73	MUN-FFOLIS	
13	4313	MBG1624	M.BENZ O-500	98ME3821881B284950	COMIL-SVELTO	2001	13 20	45	783746350	1/1/2002	8,73	MUN-FFOLIS	FINASA
14	4314	MBN7684	M.BENZ O-500	98ME3821881B285270	COMIL-SVELTO	2001	13 20	45	783666578	1/1/2002	8,73	MUN-FFOLIS	FINASA
15	4315	MBN9474	M.BENZ O-500	98ME3821881B284321	COMIL-SVELTO	2001	13 20	45	783698810	1/1/2002	8,73	MUN-FFOLIS	FINASA
16	4316	MBN7594	M.BENZ O-500	98ME3821881B284955	COMIL-SVELTO	2001	13 20	45	783664842	1/1/2002	8,73	INSULAR	FINASA
17	4317	MBN7644	M.BENZ O-500	98ME3821881B284507	COMIL-SVELTO	2001	13 20	45	783665741	1/1/2002	8,73	INSULAR	FINASA
18	4318	MBN8334	M.BENZ O-500	98ME3821881B285272	COMIL-SVELTO	2001	13 20	45	783786340	1/1/2002	8,73	MUN-FFOLIS	FINASA
19	4319	MBN9504	M.BENZ O-500	98ME3821881B284918	COMIL-SVELTO	2001	13 20	45	783699808	1/1/2002	8,73	INSULAR	FINASA
20	4320	MBN7754	M.BENZ O-500	98ME3821881B284634	COMIL-SVELTO	2001	13 20	45	783668376	1/1/2002	8,73	INSULAR	FINASA
21	4321	MBN7754	M.BENZ O-500	98ME3821881B284912	COMIL-SVELTO	2001	13 20	45	783663749	1/1/2002	8,73	MUN-FFOLIS	ALIENACAO BC-SAFRA
22	4322	MBN7754	M.BENZ O-500	98ME3821881B283667	COMIL-SVELTO	2001	13 20	44	783667604	1/1/2002	8,73	INSULAR	Dado em Aço
23	4323	MDG0403	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B474036	MARCOPOLO-VIALE	2006	12 20	44	885075820	1/5/2006	4,39	MUN-FFOLIS	SAFRA
24	4324	MDG0773	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B473025	MARCOPOLO-VIALE	2006	12 20	44	885075537	1/5/2006	4,39	MUN-FFOLIS	SAFRA
25	4325	MDG0543	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B474501	MARCOPOLO-VIALE	2006	12 20	44	885074432	1/5/2006	4,39	MUN-FFOLIS	SAFRA
26	4326	MDG0883	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B474959	MARCOPOLO-VIALE	2006	12 20	44	885070720	1/5/2006	4,39	MUN-FFOLIS	SAFRA
27	4327	MDG0823	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B475013	MARCOPOLO-VIALE	2006	12 20	44	885072000	1/5/2006	4,39	MUN-FFOLIS	SAFRA
28	4328	MDP9083	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B474609	MARCOPOLO-VIALE	2006	12 20	44	885073886	1/5/2006	4,39	MUN-FFOLIS	SAFRA
29	4329	MDG0643	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B474504	MARCOPOLO-VIALE	2006	12 20	44	885069978	1/5/2006	4,39	MUN-FFOLIS	SAFRA
30	4330	MDG0593	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B474271	MARCOPOLO-VIALE	2006	12 20	44	885070470	1/5/2006	4,39	MUN-FFOLIS	SAFRA
31	4331	MDG0703	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B475861	MARCOPOLO-VIALE	2006	12 20	44	885071417	1/5/2006	4,39	MUN-FFOLIS	SAFRA
32	4332	MDG0143	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B475634	MARCOPOLO-VIALE	2006	12 20	44	885075196	1/5/2006	4,39	MUN-FFOLIS	SAFRA
33	4333	MES4347	VOLARE W9 ON-MICRO	93PB12E3P7C021518	MARCOPOLO-VOLARE	2007	8 00	21	937221597	1/10/2007	2,98	MUN-FFOLIS	UNIBANCO
34	4334	MEF3538	VOLARE W9 ON-MICRO	93PB40E3P8C020322	MARCOPOLO-VOLARE	2007	8 00	26	940851253	1/1/2007	2,89	MUN-FFOLIS	UNIBANCO
35	4335	MEF3598	VOLARE W9 ON-MICRO	93PB40E3P8C020354	MARCOPOLO-VOLARE	2007	8 00	26	940851083	1/1/2007	2,89	MUN-FFOLIS	UNIBANCO
36	4336	MEF3888	VOLARE W9 ON-MICRO	93PB40E3P8C020305	MARCOPOLO-VOLARE	2007	8 00	26	940851083	1/1/2007	2,89	MUN-FFOLIS	UNIBANCO
37	4337	MEF4448	VOLARE W9 ON-MICRO	93PB40E3P8C020307	MARCOPOLO-VOLARE	2007	8 00	26	940850761	1/1/2007	2,89	MUN-FFOLIS	UNIBANCO
38	4390	LYC 1018	M.BENZ OF 1620	8AB3840871A18997	MARCOPOLO TORINO G.V	1996	12 00	37	658253730	1/1/1996	14,73	MUN-FFOLIS	
39	4391	LYC 0988	M.BENZ OF 1620	8AB3840871A19003	MARCOPOLO TORINO G.V	1996	12 00	37	658253944	1/1/1996	14,73	MUN-FFOLIS	
40	4392	LYC 1308	M.BENZ OF 1620	8AB3840871A19018	MARCOPOLO TORINO G.V	1996	12 00	37	658258427	1/1/1996	14,73	MUN-FFOLIS	
41	4394	MFC 9419	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B557741	MARCOPOLO TORINO	2007	12 00	41	945484623	17/12/2007	2,76	MUN-FFOLIS	BRADESCO
42	4395	MFC 9399	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B557753	MARCOPOLO TORINO	2007	12 00	41	945481810	17/12/2007	2,76	MUN-FFOLIS	BRADESCO
43	4396	MFC 9259	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B557750	MARCOPOLO TORINO	2007	12 00	41	945487398	17/12/2007	2,76	MUN-FFOLIS	BRADESCO
44	4397	MFC 9449	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B557802	MARCOPOLO TORINO	2007	12 00	41	945483252	17/12/2007	2,76	MUN-FFOLIS	BRADESCO
45	4398	MFC 9149	M.BENZ OF 1418	98ME3840676B557805	MARCOPOLO TORINO	2007	12 00	41	945419740	17/12/2007	2,76	MUN-FFOLIS	BRADESCO
46	4399	MEY 6444	VOLARE W9 ON-MICRO	93PB40E3P8C020307	MARCOPOLO-VOLARE	2008	8 00	26	964581750	1/6/2008	2,31	MUN-FFOLIS	FINAME ABN
47	4400	MEY 7164	VOLARE W9 ON-MICRO	93PB40E3P8C020304	MARCOPOLO-VOLARE	2008	8 00	26	967143110	1/6/2008	2,31	MUN-FFOLIS	FINAME ABN
48	4401	MEY 7314	VOLARE W9 ON-MICRO	93PB40E3P8C020305	MARCOPOLO-VOLARE	2008	8 00	26	967145317	1/6/2008	2,31	MUN-FFOLIS	FINAME ABN

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA

Data de Emissão: 21/9/2010

RELAÇÃO DE ÔNIBUS DA EMPRESA

Prefixo	Placas	Marca Chassis	Nº Chassis	Marca Carroceria	Ano	Compr.	Pass sent	Renavam	Operação	Início	Idade	Alienado/ Instituição
49	4402	MFE 4135	M.BENZ.-OF 1418	MARCOPOLO-TORINO U	2008	11,10	41	974154875	18/7/2008	18/7/2008	2,18	SAFRA
50	4403	MFE 4135	M.BENZ.-OF 1418	MARCOPOLO-TORINO U	2008	11,10	41	974183792	18/7/2008	18/7/2008	2,18	SAFRA
51	4404	MFE 4245	M.BENZ.-OF 1418	MARCOPOLO-TORINO U	2008	11,10	41	974183288	18/7/2008	18/7/2008	2,18	SAFRA
52	4405	MFE 4055	M.BENZ.-OF 1418	MARCOPOLO-TORINO U	2008	11,10	41	974154449	18/7/2008	18/7/2008	2,18	SAFRA
53	4406	MFK 1595	M.BENZ.-OF 1418	MARCOPOLO-TORINO G 6	2008	11,10	37	973885707	25/7/2008	25/7/2008	2,16	SAFRA
54	4407	MFC 0856	M.BENZ.-OF 1722	MARCOPOLO-TORINO U	2010	13,20	46	220463468	27/2010	27/2010	0,22	BOC-MERCEDES-BENZ
55	4408	MIC-0596	M.BENZ.-OF 1722	MARCOPOLO-TORINO U	2010	13,20	46	220436649	27/2010	27/2010	0,22	BOC-MERCEDES-BENZ
56	4409	MFC-0726	M.BENZ.-OF 1722	MARCOPOLO-TORINO U	2010	13,20	46	220448124	27/2010	27/2010	0,22	BOC-MERCEDES-BENZ
57	1006	LZU 6993	VOLKS 8.140 CO(MICRO) EX.	MARCOPOLO SENIOR	1998	8,00	22	698829778	1/1/1998	1/1/1998	12,73	UNIBANCO
58	1009	MFE3968	VOLARE W9 ON(MICRO) EX.	MARCOPOLO-VOLARE	2007	8,00	28	940850028	1/1/2007	1/1/2007	2,89	UNIBANCO
59	1010	MFE3938	VOLARE W9 ON(MICRO) EX.	MARCOPOLO-VOLARE	2007	8,00	28	940850230	1/1/2007	1/1/2007	2,89	UNIBANCO
60	1020	MFZ 6284	VOLARE W9 ON(MICRO) EX.	MARCOPOLO-VOLARE	2008	8,00	31	974003760	17/2008	17/2008	2,22	FINAME ABN
61	1021	MFZ 6304	VOLARE W9 ON(MICRO) EX.	MARCOPOLO-VOLARE	2008	8,00	31	974004134	17/2008	17/2008	2,22	FINAME ABN
62	2001	MEE 2975	M.BENZ OF-1418	MARCOPOLO-TORINO G 6	2008	11,80	45	974003034	18/7/2008	18/7/2008	2,18	SAFRA
63	2002	MED 4275	M.BENZ OF-1418	MARCOPOLO-TORINO G 6	2008	11,80	45	974003034	18/7/2008	18/7/2008	2,18	SAFRA
64	2003	MEE 2885	M.BENZ OF-1418	MARCOPOLO-TORINO G 6	2008	11,80	45	974188018	18/7/2008	18/7/2008	2,18	SAFRA
65	2004	MEE 4265	M.BENZ OF-1418	MARCOPOLO-TORINO G 6	2008	11,80	45	974191701	18/7/2008	18/7/2008	2,18	SAFRA
66	2005	MEK 1865	M.BENZ OF-1418	MARCOPOLO-TORINO G 6	2008	11,80	45	974184047	18/7/2008	18/7/2008	2,18	SAFRA
67	2006	MBS 5691	M.BENZ OF 1721	MARCOPOLO TORINO	2000	12,60	45	973882210	25/7/2008	25/7/2008	2,16	SAFRA
68	2007	LZO - 2160	M.BENZ OF 1620	MARCOPOLO TORINO GV	1995	11,70	33	753906694	1/1/2001	1/1/2001	9,73	MUN-S.JOSE
69	2008	LZO - 0778	M.BENZ OF 1620	MARCOPOLO TORINO GV	1996	11,70	38	647828510	1/1/1996	1/1/1996	14,73	MUN-S.JOSE
70	2009	LZO 2170	M.BENZ OF 1620	MARCOPOLO TORINO GV	1996	12,00	37	658252372	1/1/1996	1/1/1996	14,73	MUN-S.JOSE
71	2010	LX3 0352	M.BENZ OF 1620	MARCOPOLO TORINO GV	1996	12,00	37	647917955	1/1/1996	1/1/1996	14,73	MUN-S.JOSE
72	2011	LX30482	M.BENZ OF 1620	MARCOPOLO TORINO GV	1996	12,00	37	647919850	1/1/1996	1/1/1996	14,73	MUN-S.JOSE
73	2012	LX0482	M.BENZ OF 1620	MARCOPOLO TORINO GV	1996	12,00	37	647920530	1/1/1996	1/1/1996	14,73	MUN-S.JOSE
74	2013	LXC0938	M.BENZ OF 1620	MARCOPOLO TORINO GV	1996	12,00	37	658254170	1/1/1996	1/1/1996	14,73	MUN-S.JOSE
75	2014	LXC 1088	M.BENZ OF 1620	MARCOPOLO TORINO GV	1996	12,00	37	658256947	1/1/1996	1/1/1996	14,73	MUN-S.JOSE
76	1002	LZD 1358	VOLKS 8.140 CO(MICRO)	MARCOPOLO SENIOR	1997	8,00	22	685455033	1/1/1997	1/1/1997	13,73	EX-INTER
77	1013	MBM 8872	M.BENZ OH 1621 (executivo)	BUSSCAR URBPLUS	2000	12,20	44	754187888	1/1/2001	1/1/2001	9,73	ALIENAÇÃO BC-SAFRA
78	1014	MBM 8902	M.BENZ OH 1621 (executivo)	BUSSCAR URBPLUS	2000	12,20	44	806017570	1/1/2001	1/1/2001	9,73	ALIENAÇÃO BC-SAFRA
79	1016	MDW 5062	VOLKS 17240 (executivo)	MARCOPOLO-VIALE	2002	13,20	47	806017570	1/1/2003	1/1/2003	7,73	EX-INTER
80	1017	MDW 5072	VOLKS 17240 (executivo)	MARCOPOLO-VIALE	2002	13,20	50	806018798	1/1/2003	1/1/2003	7,73	EX-INTER
81	1018	MEY 9764	VOLARE W9 ON(MICRO) EX.	MARCOPOLO-VOLARE	2008	8,00	31	967144841	1/6/2008	1/6/2008	2,31	GRAVAME/BCO REAL
82	1019	MEY 7364	VOLARE W9 ON(MICRO) EX.	MARCOPOLO-VOLARE	2008	8,00	31	967146640	1/6/2008	1/6/2008	2,31	GRAVAME/BCO REAL
83	1100	MBS 5711	VOLKS 16210	MARCOPOLO TORINO	00/01	12,60	44	753907321	1/1/2001	1/1/2001	9,73	EX-INTER
84	1101	MBS 5731	VOLKS 16210	MARCOPOLO TORINO	00/01	12,60	44	753908247	1/1/2001	1/1/2001	9,73	EX-INTER
85	1102	MBS 5741	VOLKS 16210	MARCOPOLO TORINO	00/01	12,60	44	753908247	1/1/2001	1/1/2001	9,73	EX-INTER
86	1103	MBS 5751	VOLKS 16210	MARCOPOLO TORINO	00/01	12,60	44	753908247	1/1/2001	1/1/2001	9,73	EX-INTER
87	1104	MBS 5771	VOLKS 16210	MARCOPOLO TORINO	00/01	12,60	44	753908247	1/1/2001	1/1/2001	9,73	EX-INTER
88	1105	MBS 5651 -	M.BENZ 1721	MARCOPOLO TORINO	2000	12,60	45	753909235	1/1/2001	1/1/2001	9,73	EX-INTER
89	1106	MBS 5641	M.BENZ 1721	MARCOPOLO TORINO	2000	12,60	45	753909235	1/1/2001	1/1/2001	9,73	EX-INTER
90	1107	MBS 5611	M.BENZ 1721	MARCOPOLO TORINO	2000	12,60	45	753905787	1/1/2001	1/1/2001	9,73	EX-INTER
91	1108	MBS 5621	M.BENZ 1721	MARCOPOLO TORINO	2000	12,60	45	753905787	1/1/2001	1/1/2001	9,73	EX-INTER
92	1123	LZO - 2060	M.BENZ 1620	MARCOPOLO TORINO	2000	12,60	45	753904462	1/1/2001	1/1/2001	9,73	EX-INTER
93	1124	LZO - 2080	M.BENZ 1620	MARCOPOLO TORINO	1995	11,70	37	647828057	1/1/1996	1/1/1996	14,73	EX-INTER
94	1125	LZO - 2100	M.BENZ 1620	MARCOPOLO TORINO	1996	11,70	37	647828146	1/1/1996	1/1/1996	14,73	EX-INTER
95	1126	LZO - 2130	M.BENZ 1620	MARCOPOLO TORINO	1996	11,70	37	647828235	1/1/1996	1/1/1996	14,73	EX-INTER
96	1127	LZO - 2150	M.BENZ 1620	MARCOPOLO TORINO	1995	11,70	47	647828375	1/1/1996	1/1/1996	14,73	EX-INTER
96	1127	LZO - 2150	M.BENZ 1620	MARCOPOLO TORINO	1995	11,70	47	647828480	1/1/1996	1/1/1996	14,73	EX-INTER

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA

Data de Emissão: 21/09/2010

RELAÇÃO DE ÔNIBUS DA EMPRESA

Prefixo	Placas	Marca Chassis	Nº Chassis	Marca Carroceria	Ano		Pass. sent	Renavam	Início Operação	Idade Chassi (anos)	Tipo de linha	Alienado/ instituição
					Fabr.	Compr.						
97	1130	M.BENZ 1620	8AB384087T1A19188	MARCOPOLO TORINO GV	1996	11.70	47	658260464	1/1/1996	14,73	INTER/MUN	
98	1131	M.BENZ 1620	8AB384087T1A19276	MARCOPOLO TORINO GV	1996	11.70	47	658259353	1/1/1996	14,73	INTER/MUN	
99	1132	M.BENZ 1620	8AB384087T1A19304	MARCOPOLO TORINO GV	1996	11.70	47	658256408	1/1/1996	14,73	INTER/MUN	
100	1134	M.BENZ 1620	8AB384087T1A19348	MARCOPOLO TORINO GV	1996	11.70	47	658257897	1/1/1996	14,73	INTER/MUN	
101	1139	M.BENZ 1620	9BM384087VBI27999	MARCOPOLO TORINO GV	1997	11.70	38	682377899	1/1/1997	13,73	INTER/MUN	
102	1140	M.BENZ 1620	9BM384087VBI28201	MARCOPOLO TORINO GV	1997	11.70	38	682379328	1/1/1997	13,73	INTER/MUN	
103	1141	M.BENZ 1620	9BM384087VBI28207	MARCOPOLO TORINO GV	1997	11.70	38	682373362	1/1/1997	13,73	INTER/MUN	
104	1142	M.BENZ 1620	9BM384087VBI28214	MARCOPOLO TORINO GV	1997	11.70	38	682378950	1/1/1997	13,73	INTER/MUN	
105	1143	M.BENZ 1620	9BM384087VBI28238	MARCOPOLO TORINO GV	1997	11.70	38	682378437	1/1/1997	13,73	INTER/MUN	
106	1144	M.BENZ 1620	9BM384087VBI28768	MARCOPOLO TORINO GV	1997	11.70	38	682102318	1/1/1997	13,73	INTER/MUN	
107	1145	M.BENZ 1620	9BM384087VBI28792	MARCOPOLO TORINO GV	1997	11.70	38	682101648	1/1/1997	13,73	INTER/MUN	
108	1146	M.BENZ 1620	9BM384087VBI28764	MARCOPOLO TORINO GV	1997	11.70	38	682111198	1/1/1997	13,73	INTER/MUN	
109	1147	M.BENZ 1620	9BM384087VBI28796	MARCOPOLO TORINO GV	1997	11.70	38	682112364	1/1/1997	13,73	INTER/MUN	
110	1148	M.BENZ 1620	9BM384087VBI28778	NEOBUS	1997	11.70	47	682113000	1/1/1997	13,73	INTER/MUN	ABN
111	1149	MAO 1031	9BM384073WBI183457	MARCOPOLO TORINO GVU	98/99	11.70	45	713734485	1/1/1999	11,73	INTER/MUN	
112	1150	MAO 0961	9BM384073WBI183458	MARCOPOLO TORINO GVU	98/99	11.70	45	713733322	1/1/1999	11,73	INTER/MUN	
113	1151	MAO 1121	9BM384073WBI183454	MARCOPOLO TORINO GVU	98/99	11.70	45	713733384	1/1/1999	11,73	INTER/MUN	
114	1152	MAO 1271	9BM384073WBI184055	MARCOPOLO TORINO GVU	98/99	11.70	45	713737301	1/1/1999	11,73	INTER/MUN	
115	1153	MAO 0921	9BM384073WBI183452	MARCOPOLO TORINO GVU	98/99	11.70	45	713732725	1/1/1999	11,73	INTER/MUN	
116	1154	MAO 1451	9BM384073WBI183463	MARCOPOLO TORINO GVU	98/99	11.70	45	713739398	1/1/1999	11,73	INTER/MUN	
117	1155	MAO 0891	9BM384073WBI183459	MARCOPOLO TORINO GVU	98/99	11.70	45	713736291	1/1/1999	11,73	INTER/MUN	
118	1156	MAO 1201	9BM384073WBI184090	MARCOPOLO TORINO GVU	98/99	11.70	45	713739843	1/1/1999	11,73	INTER/MUN	
119	1157	MAO 1471	9BM384073WBI183462	MARCOPOLO TORINO GVU	98/99	11.70	45	713739843	1/1/1999	11,73	INTER/MUN	
120	1158	MAO 1316	9BM384073WBI183466	MARCOPOLO TORINO GVU	98/99	11.70	45	713738391	1/1/1999	11,73	INTER/MUN	
121	1159	MBT 7716	9BWRF82W6R2000018	MARCOPOLO VIALE	01/02	13.10	48	768284309	1/1/2001	9,73	INTER/MUN	SAFRA
122	1160	MBT 7736	9BWRF82W4R2000064	MARCOPOLO VIALE	01/02	13.10	48	768284309	1/1/2001	9,73	INTER/MUN	SAFRA
123	1161	MBT 7726	9BWRF82WX2R2000006	MARCOPOLO VIALE	01/02	13.10	48	768284740	1/1/2001	9,73	INTER/MUN	
124	1162	MBS 5783	9BWHG82Z2R208072	COMIL-SVELTO	2002	13.20	45	782775241	1/1/2002	8,73	INTER/MUN	
125	1163	MBS 5743	9BWHG82Z2R208073	COMIL-SVELTO	2002	13.20	45	782774636	1/1/2002	8,73	INTER/MUN	
126	1164	MBS 5703	9BWHG82Z2R208064	COMIL-SVELTO	2002	13.20	45	782773699	1/1/2002	8,73	INTER/MUN	
127	1165	MBS 5633	9BWHG82Z2R204947	COMIL-SVELTO	2002	13.20	45	782770335	1/1/2002	8,73	INTER/MUN	GRAV/REAL-INSULAR
128	1166	MBS 5683	9BWHG82Z2R219841	COMIL-SVELTO	2002	13.20	45	782772668	1/1/2002	8,73	INTER/MUN	GRAV/REAL-INSULAR
129	1167	MDW 3082	9BWHG82Z2R218462	MARCOPOLO-VIALE	2002	13.20	47	806019565	1/1/2003	7,73	INTER/MUN	GRAV/REAL-INSULAR
130	1168	MDW 5092	9BWHG82Z2R218462	MARCOPOLO-VIALE	2002	13.20	47	806020156	1/1/2003	7,73	INTER/MUN	GRAV/REAL-INSULAR
131	1169	MDW 5102	9BWHG82Z2R220187	MARCOPOLO-VIALE	2002	13.20	47	806021330	1/1/2003	7,73	INTER/MUN	GRAV/REAL-INSULAR
132	1170	LZE 3518	9BSFU4X2ZV3407138	MARCOPOLO TORINO	1997	18.00	51	685747514	1/1/1997	13,73	INTER/MUN	ABN
133	1177	MCV 8681	9BM3840677B515476	MARCOPOLO TORINO	06/07	12.00	41	907540775	1/1/2007	3,72	INTER/MUN	UNIBANCO
134	1178	MCV 8151	9BM3840677B515644	MARCOPOLO TORINO	06/07	12.00	41	907538690	1/1/2007	3,72	INTER/MUN	UNIBANCO
135	1179	MCV 0031	9BM3840677B515647	MARCOPOLO TORINO	06/07	12.00	41	907540503	1/1/2007	3,72	INTER/MUN	UNIBANCO
136	1180	MCV 8351	9BM3840677B515657	MARCOPOLO TORINO	06/07	12.00	41	907536565	1/1/2007	3,72	INTER/MUN	UNIBANCO
137	1181	MCV 7601	9BM3840677B515658	MARCOPOLO TORINO	06/07	12.00	41	907538185	1/1/2007	3,72	INTER/MUN	UNIBANCO
138	1182	MCV 0081	9BM3840677B515675	MARCOPOLO TORINO	06/07	12.00	41	907541089	1/1/2007	3,72	INTER/MUN	UNIBANCO
139	1183	MCV 7321	9BM3840677B515848	MARCOPOLO TORINO	06/07	12.00	41	907538932	1/1/2007	3,72	INTER/MUN	UNIBANCO
140	1184	MCV 8551	9BM3840677B515850	MARCOPOLO TORINO	06/07	12.00	41	907539432	1/1/2007	3,72	INTER/MUN	UNIBANCO
141	1185	MCV 6201	9BM3840677B516068	MARCOPOLO TORINO	06/07	12.00	41	907540171	1/1/2007	3,72	INTER/MUN	UNIBANCO
142	1186	MCV 6671	9BM3840677B516072	MARCOPOLO TORINO	06/07	12.00	41	907539750	1/1/2007	3,72	INTER/MUN	UNIBANCO
143	1187	MEE 4115	9BM3840678B594039	MARCOPOLO TORINO U	2008	11.70	45	974154784	18/7/2008	2,18	INTER/MUN	SAFRA
144	1188	MEE 4205	9BM3840678B594044	MARCOPOLO TORINO U	2008	11.70	45	974183385	18/7/2008	2,18	INTER/MUN	SAFRA

TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA

Data de Emissão: 21/9/2010

RELAÇÃO DE ÔNIBUS DA EMPRESA

Prefixo	Placas	Marca Chassis	Nº Chassis	Marca Carroceria	Ano		Compr.	Pess.sent	Renavam	Início		Tipo de linha	Alienado/ Instituição
					Fabr.	Operação				Chassi (anos)	Idade		
145	1189 MEE 4175	M.BENZ OF 1418	9BM3840678B594054	MARCOPOLO TORINO U	2008	18/7/2008	11.10	45	974183520	18/7/2008	2,18	INTER/MUN	SAFRA
146	1190 MEE 4075	M.BENZ OF 1418	9BM3840678B594074	MARCOPOLO TORINO U	2008	18/7/2008	11.10	45	974154563	18/7/2008	2,18	INTER/MUN	SAFRA
147	1191 MEE 3985	M.BENZ OF 1418	9BM3840678B594083	MARCOPOLO TORINO U	2008	18/7/2008	11.10	45	974148148	18/7/2008	2,18	INTER/MUN	SAFRA
148	1192 MIC-0806	M.BENZ OF 1722	9BM384078AB714455	MARCOPOLO TORINO U	2010	2/7/2010	11.10	45	220457395	2/7/2010	0,22	INTER/MUN	BCO.MERCEDES-BENZ
149	1193 MHQ3507	M.BENZ OF 1722	9BM384078AB714464	MARCOPOLO TORINO U	2010	12/7/2010	11.10	45	220457395	12/7/2010	0,19	INTER/MUN	BCO.MERCEDES-BENZ
											MÉDIA	8,10	

VERDE MUNICIPAL
PRETO INTER
AZUL MUN-S.JOSE

Última Alteração

DISTRIBUIÇÃO DA FROTA POR MARCAS		
	Motor Dianteiro	Motor Traseiro/Central
MERCEDES:	107	10
SCANIA:	1	
VOLKS:	20	12
OUTROS:		
Sub-total:	128	
Micro-wv	2	
M/Volare	14	
Sub-total:	16	
TOTAL:	144	22

Distribuição por ano de operação		
ANO	QTDE.	%
1995	9	6%
1996	11	8%
1997	12	8%
1998	21	15%
2000	12	8%
2001	15	10%
2002	10	7%
2006	20	14%
2007	12	8%
2008	22	15%
2009		
2010		
	144	100%

VEÍCULOS DE APOIO:

CAMINHÃO BOIADEIRO PLACA LWZ-6711 ANO 1991
FIAT/FIORINO-FLEX PLACA MFI-3433 ANO 2008
FIAT/ PALIO PLACA MEA-3304 ANO 2008
VW-SPACEFOX PLACA MDK-9835 ANO 2008
CAÇAMBA PLACA MAF-8058 ANO 1982